



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Ramon Torres Araujo

**Da falta ao conflito: reflexões sobre o debate de movimentos sociais e
conflitos rurais a partir de análises quantitativas**

Rio de Janeiro

2020

Ramon Torres Araujo

Da falta ao conflito: reflexões sobre o debate de movimentos sociais e conflitos rurais a partir de análises quantitativas



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

A663

Araujo, Ramon Torres.

Da falta ao conflito: reflexões sobre o debate de movimentos sociais e conflitos rurais a partir de análises quantitativas / Ramon Torres Araujo. – 2020.

107f. : il.

Orientador: José Eduardo Leon Szwako.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Movimentos sociais – Teses. 2. Trabalhadores rurais – Brasil - Teses. 3. Renda – Distribuição – Brasil – Teses. 4 - Conflitos sociais – Teses. I. Szwako, José Eduardo Leon. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 323.233

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ramon Torres Araujo

Da falta ao conflito: reflexões sobre o debate de movimentos sociais e conflitos rurais a partir de análises quantitativas

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 02 de março de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Eduardo Leon Szwako (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Carlos A. Costa Ribeiro Filho

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Thiago Moreira da Silva

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Profa. Dra. Ana Paula Soares Carvalho

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Vinicius Pinheiro Israel

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À vovó Nilza e ao vovô Macedo (*in memoriam*), pessoas que, com o passar do tempo, amo
mais e mais, até o infinito...

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese só foi possível por ter contado com a solidariedade e o carinho de muitas pessoas que, agora, tenho a oportunidade de prestar uma singela homenagem e oferecer meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família, meus pais, avós, irmã, cunhado, tias, primos e sobrinhos de segundo grau por tudo que vivi com eles ao longo da minha vida. Todos eles são parte de mim, pessoas que amo muito.

Gostaria de agradecer aos amigos e amigas que me aturaram, acolheram e me deram muita alegria nesses anos de convívio. Sem eles, o mundo não valeria a pena.

Também gostaria de agradecer à minha companheira, Ana, que me ajudou muito durante a reta final da tese, momento mais difícil do doutorado. Com ela, a vida fica especialmente melhor, mais leve, mais gostosa, mais bela de se viver. Obrigado pelo amor, carinho e tudo mais.

Gostaria de prestar meus agradecimentos, atrasados, a Carla Bezerra, doutora em ciência política pela USP, pessoa a quem serei eternamente grato, cujo encontro representa um marco na minha vida. Foi por causa dela que cheguei até aqui.

Gostaria de agradecer aos colegas, professores e demais funcionários do IESP por todos esses anos de convivência, por todo o suporte, por todos os aprendizados. Levarei o IESP pra sempre comigo.

Gostaria de agradecer aos membros da banca pela disponibilidade e pelos comentários de grande importância para o meu amadurecimento enquanto intelectual e para a melhoria dos trabalhos apresentados.

Aproveito ainda para agradecer ao meu orientador Prof. Dr. José Szwako pela paciência, dedicação e carinho. Com ele, aprendi um mundo de coisas.

Por último, gostaria de agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que me deu a oportunidade de desenvolver a presente pesquisa.

RESUMO

ARAÚJO, Ramon Torres. *Da falta ao conflito*: reflexões sobre o debate de movimentos sociais e conflitos rurais a partir de análises quantitativas. Orientador: José Eduardo Leon Szwako. 2020. 107f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A presente tese é composta por três capítulos que compartilham duas características centrais: todos eles realizam diferentes tipos de análises quantitativas, apresentando, com isso, métodos não muito comuns entre os estudos de movimentos sociais, e abordam, de modos mais tangencial ou direto, questões relacionadas às lutas dos movimentos rurais no Brasil, opondo-se à parte de nossa sociologia (e, nela, opondo-se a uma parcela das teorias que um dia informaram a gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais) que tratou o rural, seus atores e lutas, a partir de uma perspectiva normativa. Ao contrário dessa sociologia da falta e do atraso, entre outros aspectos pejorativos, os três capítulos aqui reunidos demonstram não só como a sociologia vem abordando os atores e movimentos rurais, mas também como eles protagonizaram, ao longo da história nacional, uma série de conflitos de relevância política, apesar, da cobertura midiática enviesada.

Palavras-chave: movimentos sociais; movimento rurais; recrutamento; programas transferência; condicionada de renda; ocupação de terra. análise de eventos de protesto; viés de seleção.

ABSTRACT

ARAUJO, Ramon Torres. *From lack to conflict: reflections about Social Movements and Rural Conflicts' Debates based on quantitative analyses*. Orientador: José Eduardo Leon Szwako. 2020. 107f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This dissertation is composed of three chapters that have two central common features: they perform different kinds of quantitative analyses, presenting unusual methods among the studies of social movements; and they treat, in a tangential or a straight way, problems related to the rural movements' fights in Brazil, contradicting part of our sociology (including part of the theories that influenced the genesis of Brazilian social movements' debate) that treated the rural, as well as its actors and fights, based on normative perspectives. Unlike this sociology of lack and delay, among other pejorative aspects, the three chapters show as the recent sociology has treated the rural actors and movements, as well as these actors and movements headed, throughout history, many relevant political conflicts, despite of its biased coverage.

Keywords: social movements; rural movements; recruitment; conditional cash transfer programs; land occupations; protest event analysis; selection bias.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Nº de artigos sobre movimentos sociais - 2000-2017.....	29
Gráfico 2 –	Nº de artigos dedicados aos tipos de movimentos sociais.....	32
Gráfico 3 –	Ocupações cobertas na variável SP.....	81
Gráfico 4 –	Ocupações cobertas na variável Distância km.....	81
Gráfico 5 –	Ocupações cobertas na variável Abril Vermelho.....	82
Gráfico 6 –	Ocupações cobertas na variável N. de Famílias.....	82
Gráfico 7 –	Ocupações cobertas na variável Intensidade.....	83
Gráfico 8 –	Ocupações cobertas na variável log PIB-M.....	83
Gráfico 9 –	Ocupações cobertas na variável Anos.....	84
Gráfico 10 –	Pr(Y = 1) de acordo com SP-Ano.....	86
Gráfico 11 –	Pr(Y = 1) de acordo com Distância km-Ano.....	87
Gráfico 12 –	Pr(Y = 1) de acordo com Intensidade-Ano.....	87
Gráfico 13 –	Pr(Y = 1) de acordo com Ano.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Tipos de Trabalho	30
Tabela 2 –	Tipos de Métodos.....	30
Tabela 3 –	Regiões abarcadas pelas pesquisas.....	31
Tabela 4 –	Regiões do Brasil abarcadas pelas pesquisas.....	31
Tabela 5 –	16 autores mais frequentes nas referências bibliográficas.....	33
Tabela 6 –	15 palavras mais frequentes contidas nos resumos e títulos.....	35
Tabela 7 –	Clusterização por co-palavras.....	37
Tabela 8 –	Clusterização por correferências.....	39
Tabela 9 –	Estatísticas Descritivas.....	59
Tabela 10 –	Modelos Binomial Negativa.....	62
Tabela 11 –	Modelos Logísticos.....	63
Tabela 12 –	Estatísticas Descritivas.....	77
Tabela 13 –	Regressão Logística t, t^2, t^3	85

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRQ	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos
AEP	Análise de Eventos de Protesto
AEP	Análise de Eventos de Protesto
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BIREME	Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATALUTA	Banco de Dados de Luta pela Terra
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FSP	Folha de S. Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB	Movimento de Educação de Base
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária
OAN	Ouvidoria Agrária Nacional
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro

PIB	Produto Interno Bruto
TDA	Título da Dívida Agrária
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. A PRODUÇÃO DE ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS (2000-2017): TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES.....	23
1.1 Comentários metodológicos.....	25
1.2 Taxonomia.....	28
1.3 Análise longitudinal: termos e autores mais frequentes.....	33
1.4 Análises de subgrupos de co-palavras e correferências.....	36
1.5 Discussão – fragmentação e especialização, permanência e inovação.....	39
2. RECRUTAMENTO PARA AÇÕES DE ALTO CUSTO/RISCO E PROGRAMAS DE TRÂNSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: O CASO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL.....	44
2.1 Debate teórico.....	46
2.2 Dinâmica das ocupações de terra.....	51
2.2.1 <u>Militância e base</u>	52
2.2.2 <u>Mobilização e acampamento</u>	53
2.2.3 <u>Comportamento da base</u>	55
2.3 Fatores políticos.....	57
2.4 Dados, hipóteses e metodologia.....	58
2.5 Resultados.....	61
2.6 Discussão.....	64
3. OS VIESES DE SELEÇÃO DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i> E A CONSTRUÇÃO DE BASES DE DADOS SOBRE EVENTOS DE PROTESTO.....	66
3.1 As ocupações de terra.....	68
3.2 Debate teórico.....	70
3.3 Base DATALUTA.....	73
3.4 Dados e metodologia.....	75
3.5 Resultados.....	80
3.6 Discussão.....	88
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS.....	95

INTRODUÇÃO

A presente tese é composta por três capítulos que compartilham duas características centrais: todos eles realizam diferentes tipos de análises quantitativas, apresentando, com isso, métodos não muito comuns entre os estudos de movimentos sociais, e abordam, de modos mais tangencial ou direto, questões relacionadas às lutas dos movimentos rurais no Brasil, opondo-se à parte de nossa sociologia (e, nela, opondo-se a uma parcela das teorias que um dia informaram a gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais) que tratou o rural, seus atores e lutas, a partir de uma perspectiva normativa. Ao contrário dessa sociologia da falta e do atraso, entre outros aspectos pejorativos, os três capítulos aqui reunidos demonstram não só como a sociologia vem abordando os atores e movimentos rurais, mas também como eles protagonizaram, ao longo da história nacional, uma série de conflitos de relevância política – apesar, como veremos no último capítulo, da cobertura midiática enviesada.

A seguir, passaremos pelas discussões e questões teóricas mais amplas que atravessam todos os capítulos da tese, com o intuito de expor como parte importante das teorizações realizadas por sociólogos responderam aos dilemas sobre o rural e o urbano; como que, no Brasil, os diferentes atores rurais – sindicalistas, sem-terra, camponeses, atingidos, posseiros, entre tantos outros – apresentaram uma série de evidências que se opunham a estas teorizações; e, por último, como um grupo de cientistas sociais – no qual essa tese se insere –, atentando-se para a diversidade de lutas travadas no campo, elaborou novas interpretações do mundo rural brasileiro.

As interpretações das sociedades rurais no Brasil guardam um passado em que o espaço rural, juntamente com seus atores, era compreendido a partir da falta, do tradicionalismo, da passividade etc. Das teorias da modernização, passando pelo projeto nacional-desenvolvimentista e pelas definições legais, até a própria sociologia rural, esse espaço foi tratado como *locus* do atraso. Embora pesquisas subsequentes tenham apresentado um rural mobilizado, organizado, atuante, com capacidade de elaborar e lutar por diferentes tipos de reivindicações, os primeiros estudos realizados por intelectuais e cientistas sociais brasileiros sobre movimentos sociais também foram influenciados pela concepção da falta, da desorganização e da passividade, sem, contudo, assumi-la.

As teorias da modernização, por exemplo, concebiam a existência de dois tipos fundamentais de sociedades: a tradicional e a moderna. Enquanto a primeira era definida pela

estabilidade, pela falta de mobilidade, pela simplicidade da divisão social do trabalho e pela baixa produtividade; a segunda era caracterizada por contínua variabilidade, por grande mobilidade, por complexa divisão social do trabalho e por alta produtividade. Esses dois tipos de sociedade eram considerados como estágios em que a tradicional representava o estado inicial, original, de uma linha evolutiva, onde a sociedade moderna era o ponto final, de chegada (MACHADO, 1970, p. 170-172).

Um dos principais objetivos dos teóricos da modernização era explicar os motivos de algumas sociedades alcançarem o sucesso econômico, desenvolvendo técnicas extremamente produtivas, e outras não. O crescimento econômico era visto como a característica basilar de distinção entre as sociedades tradicional e moderna. De acordo com essas teorias, o conceito de modernização seria sinônimo do conceito de desenvolvimento, no sentido mais vago, isto é, de acreditar que o “progresso” técnico e cultural resultaria na melhoria das condições de vida de todas as camadas da população (MACHADO, 1970, p. 176).

Para explicar o porquê dessas disparidades, os autores empreenderam uma operação teórica de separar a dimensão econômica da dimensão social. A causa do atraso econômico estaria nas características psicossociais da população, isto é, estaria na falta de determinados traços culturais. As situações de miséria e pobreza eram atribuídas às atitudes e aos comportamentos tradicionais. Assim, o subdesenvolvimento era concebido como fruto da falta de “motivação para o desempenho”, como pensava D. McClelland, ou da criatividade, imaginação e abertura à experiência, como sustentava E. Hagen, ou ainda da carência de personalidade empática, como assumia D. Lerner. E todas essas características estavam presentes nas sociedades rurais. O espaço rural era visto, portanto, como a expressão do tradicionalismo, do atraso explicado pela falta (MARQUES, 2002, p. 100).

Essas ideias de caráter marcadamente evolucionista influenciaram uma série de outros esforços, sendo um deles os projetos desenvolvimentistas. No Brasil, o desenvolvimentismo – ideologia que mais gerou interpretações sobre a realidade econômica, social e política do país, no pós-1930 – fazia a defesa da industrialização e do avanço das forças capitalistas como meio de superar o “atraso” econômico e social. Esse debate travado por intelectuais, lideranças políticas e agentes governamentais acerca do desenvolvimento nacional ocorreu, entre os anos de 1930 e 1950, num contexto de passagem da hegemonia agrário-exportadora, com uma população predominantemente rural, para uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. Assim, a ideia que prevalecia era a de que seria necessário superar o passado tradicional-rural, além de tudo aquilo que não fazia parte do projeto de modernidade nacional urbano-industrial (OLIVEIRA, 1981).

O projeto desenvolvimentista da economia política nacional era composto por um conjunto de interpretações sobre o “atraso” do Brasil rural e propunha, como forma de superar tal condição, soluções planejadas para distintos setores da sociedade brasileira, que necessitavam seguir o avanço do processo industrial. O governo central tinha como objetivo implementar uma série de investimentos em obras de infraestrutura, em indústrias siderúrgicas, assim como realizar medidas como expansão do crédito, reorganização política-administrativa, formação da força de trabalho etc. (ALVES; SILVEIRA, 2014, p. 120).

Segundo esse projeto, o Estado cumpria o papel fundamental de catalizador do avanço da racionalização capitalista, buscando empreender as mudanças institucionais de modo a rechaçar o tradicionalismo e a realidade social do mundo rural. As ideias do desenvolvimentismo ganharam adeptos na burguesia industrial, em setores da classe média urbana, no proletariado, nas forças armadas e lideranças políticas de diferentes espectros ideológicos. O projeto da classe dominante e de grupos importantes do governo assentava-se na concepção de reconhecer como aspiração nacional a acumulação capitalista, valorizando o comportamento econômico racional. O *slogan* era para todos serem “soldados do desenvolvimento” com o intuito de superar o subdesenvolvimento (IANNI, 1989, p. 101).

A compreensão do rural a partir da falta, isto é, num registro negativo, deixou traços até hoje perceptíveis nas definições legais desse espaço. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o espaço urbano é considerado como qualquer área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; em suma, áreas transformadas pelo desenvolvimento urbano e reservadas à expansão urbana. Já o espaço rural, seguindo essa classificação, seria tudo aquilo que não é urbano, ou seja, tudo aquilo que não apresenta as características do que seria urbano (IBGE, 1999). Com base nessa definição, é possível notar a falta de referência às funções peculiares que diferenciam o espaço rural do urbano. O rural é definido como o não-urbano, ou seja, como espaço que ainda não passou pelas transformações proporcionadas pelo desenvolvimento urbano.

É importante salientar que as definições de rural e urbano também são influenciadas pelos interesses fiscais dos poderes municipais, pois, enquanto os impostos sobre imóveis urbanos são arrecadados pelos municípios, os impostos sobre imóveis rurais são arrecadados pela União. De acordo com Veiga (2002), esses critérios de definição levam à classificação de municípios muito pequenos, alguns com populações inferiores a 2.000 habitantes, como áreas urbanas. Essa distorção nos levaria a denominar como cidade o que, na verdade, seriam aldeias,

vilas e povoados, ocasionando numa superestimação de nosso grau de urbanização (VEIGA, 2002, p. 112).

Mesmo os primeiros trabalhos de sociologia rural foram influenciados por essa abordagem que compreende o mundo rural a partir da falta, a partir de uma perspectiva dicotômica que contrapõe o rural ao urbano. No âmbito da sociologia clássica, tal abordagem teve como uma de suas principais fontes de inspiração as concepções de F. Tönnies sobre comunidade e sociedade, que, elaborando sua teoria num contexto marcado pelo avanço das ideias e valores do racionalismo individualista, ligava a antítese comunidade/sociedade às antíteses tradicional/moderno e campo/cidade (MARQUES, 2002, p. 101).

De acordo com essas teorias, a “comunidade” referia-se ao princípio da organização social marcada por relações pessoais, face a face, vínculos de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal era integral e direto. Já a “sociedade” seria caracterizada por relações impessoais e laços contratuais. Essa definição de rural se fundamentava numa perspectiva que identificava o mundo rural com um passado comunal idealizado, se apresentando como a negação da sociedade urbana moderna (NISBET, 1986), ideias estas muito parecidas com as teorias da modernização e o projeto nacional desenvolvimentista, como vimos acima.

Esses esforços intelectuais que compreendiam o rural a partir da negatividade e de múltiplas faltas influenciaram a gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais, nos anos 1970. Trabalhos de duas grandes áreas das ciências sociais serviram de base para esse debate: a *sociologia urbana*, a partir de pesquisas sobre marginalidade, favela etc., e a *sociologia do trabalho*, a partir de pesquisas sobre sindicalismo, populismo, movimento operário etc.

De um lado, a ideia de explicar o “atraso” como uma consequência das características psicossociais da população permeou parte dos estudos da sociologia urbana, como no caso do conceito de “cultura da pobreza” de O. Lewis. No entanto, nessa área, os primeiros estudos sobre movimentos sociais urbanos no país se contrapunham a essa concepção culturalista de pobreza (cf. KOWARICK, 1977; MACHADO DA SILVA, 1967; PERLMAN, 1977).

Contudo, de outro lado, essa mesma ideia foi mobilizada pelos autores da sociologia do trabalho largamente desenvolvida em São Paulo. Ao observar o perfil e o comportamento político dos trabalhadores, os sociólogos uspianos acionavam a chave explicativa normativa do chamado ‘populismo brasileiro’, no contexto pré-1964.

Por exemplo, L. Rodrigues, um clássico dessa geração, dizia que:

O apelo populista, mais direto, mais paternal – além de contar com os meios de propaganda do poder central – adequava-se melhor às características do ambiente social brasileiro, permeando elementos tradicionais, sendo mais de acordo com o sistema de

valores e com os componentes psicossociais das populações rurais (RODRIGUES, 1966, p. 174-175).

Portanto, para Rodrigues, o eventual êxito político do movimento operário pós-1930 encontrava uma série de obstáculos, entre eles, a falta (ou uma suposta falta) de experiência na vida política e associativa, o baixo nível educacional e profissional, a persistência de uma passividade gerada por sistemas de valores tradicionais e a falta de consciência de classe dos trabalhadores de origem rural, que, ao migrarem para os centros urbano-industriais na busca de melhores condições de vida, substituíam os operários de origem europeia. Na visão de Rodrigues, os trabalhadores europeus eram “[...] donos de uma profissão, integrados no estilo de vida de uma sociedade moderna, [...] unida por fortes laços de solidariedade e com uma consciência de classe (ou profissional) fortemente desenvolvida”, capazes, por isso, de ter um comportamento reivindicatório mais agressivo (RODRIGUES, 1966, p. 168-186).

Essas ideias também informaram as primeiras formulações elaboradas por F. Weffort sobre o populismo brasileiro¹. Weffort apresentou uma das primeiras sistematizações desse conceito de populismo, que compreendia os trabalhadores de origem rural a partir da falta de consciência, de cultura associativa e de politização. Weffort compartilhava com P. Singer, O. Ianni e F. Cardoso a visão de que as chamadas “massas” eram despolitizadas, imaturas, e os partidos políticos desde 1930 eram todos clientelistas, sendo Vargas a expressão máxima da “política de clientela”, sobretudo em sua relação com o proletariado urbano pós-1930 politicamente dissolvido nas transformações da estrutura demográfica e ocupacional da classe (IANNI, 1965, p. 35).

Assim, o chamado “populismo” apresentava como traços centrais a imaturidade, a falta de consciência de classe e a massificação, todas noções atreladas ao dicionário explicativo do marxismo uspiano de então. Essas figuras do atraso são pistas de como uma parte do imaginário acadêmico interpretava o passado brasileiro. Desse conjunto de autores, Weffort foi o que marcou mais fortemente a reflexão brasileira das ciências sociais sobre os movimentos sociais em seu início.

A concepção weffortiana de populismo estava alinhada pelo par “crise de hegemonia” e “política de massa”. Para ele, desde o varguismo, a política brasileira seria marcada por uma dupla incapacidade: uma incapacidade burguesa de dominar politicamente as demais classes,

¹ Embora o populismo como tema e objeto de preocupação de nossas ciências sociais anteceda as décadas de 1960 e 1970, tendo ocupado parte dos debates publicados nos *Cadernos do Nosso Tempo* (GOMES, 2001; HOLLANDA, 2012), a reflexão mais influente e sistemática sobre o tema encontrou em Weffort seu mais importante teórico no Brasil (cf. GOMES, 2001, p. 29)

tanto quanto por uma incapacidade proletária, isto é, de se contrapor à dominação burguesa. O efeito (não sistematicamente aferido, mas) suposto desse arranjo é a subordinação e a adesão das massas populares a um chefe. Setores urbanos e grupos agrários dominantes estabeleciam uma situação de compromisso na qual nenhum grupo detinha exclusivamente o poder político (WEFFORT, 1978, p. 53).

O estatuto dado às massas no raciocínio da tese de Weffort era ambivalente. Por um lado, a manipulação por parte do líder político em relação a elas nunca foi absoluta, pois dinâmicas e trocas entre líder e massa permitiram também a canalização e a expressão de insatisfações populares (WEFFORT, 1978, p. 70). Como nenhuma classe encontrava respaldo direto no Estado, o chefe político dependia, nessas condições, de uma espécie de vazio político, da legitimação das massas. Por outro lado, porém, a emergência política dos setores urbanos e de seus interesses era resumida à “submissão a um senhor, a uma chefia que lhe [era] imposta pelas condições da luta política que [...] se movia pelos interesses de outras classes” (WEFFORT, 1978, p. 30).

Deste modo, a massa urbana se expressava politicamente apenas na medida em que, e porque, era politicamente manipulada – as massas “[eram] a raiz efetiva do poder”, mas nessa mesma condição não passavam de massa de manobra (WEFFORT, 1978, p. 60). Assim, o “populismo” das teorias das décadas de 1960 e 1970 foi, em boa medida, inspirado não só pelas intensas industrialização e urbanização, mas também por noções normativas como desmobilização e falta de consciência de classe. No meio dessas explicações que tentavam também compreender o que tinha acontecido em 1964, e seus porquês, estava uma concepção de atraso atribuída ao contingente de população vinda do campo que, por experimentar condições de escassez, se colocavam numa situação de disponibilidade política (WEFFORT, 1978, p. 60). Na imaginação teórica do populismo, a massa urbana era sinônimo de vários indivíduos reunidos e de múltiplas formas de situação ecológica que, juntas, tendiam a dissolver os vínculos com os padrões tradicionais sem chegar a formar propriamente uma classe politicamente ativa graças a composição social heterogênea, parte dela advinda do mundo rural.

Esse diagnóstico negativo do pacto populista e essa visão normativa dos trabalhadores de origem rural estavam ligados ao contexto no qual Weffort e outros uspianos produziram suas reflexões. Para o que nos interessa nos limites desta introdução, importa dizer não só que uma concepção negativa da “herança rural” permeava os textos de Weffort (1978, p. 84; 35). Importa também dizer que a influência teórica do conceito de populismo de Weffort pesou fortemente a gênese dos estudos de movimentos sociais no Brasil: enquanto uma parte dos cientistas sociais, desde meados da ditadura, como veremos no seguinte subitem, escolheu uma versão

menos normativa sobre os atores rurais, outros autores se inspiraram em análises baseadas na falta e na desmobilização. Foi esse o caso, por exemplo, de I. Scherer-Warren², segundo a qual “observa-se [até 1964] a história de uma luta pela tutela política do sindicato camponês ainda incipiente, entre o populismo, o PCB e a Igreja Católica” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 44). “Incipiente” e “tutelados”, estas noções estavam bem alinhadas àquela concepção normativa que via apenas massa, ou seja, um bando politicamente manipulado. Para essa mesma autora, os movimentos sociais da redemocratização seriam singulares: “[os] novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado” (SCHERER-WARREN, 1987, p. 42).

Na esteira desse debate, os três capítulos da tese endossam as críticas feitas por M. Paoli, E. Sader e V. Telles (1983) aos estudos que compreenderam o rural e seus atores a partir da falta e do atraso, se contrapondo, com isso, à parte do imaginário acadêmico da época. Vejamos, a seguir, um caminho teórico distinto, no qual o rural não se resume à falta.

A despeito das teorias normativas acima expostas, diversos autores deixaram de compreender o rural a partir da falta e passaram a evidenciar o conflito. Pesquisadores como J. M. Palmeira (1979), L. Sigaud (1986) e L. Medeiros (1989) se consagraram como referências entre os estudiosos de movimentos sociais rurais e, de maneira geral, dos conflitos travados no campo brasileiro. Em conjunto e separadamente, esses sociólogos e antropólogos demonstraram que, em diferentes configurações e contextos políticos nacionais, os atores rurais se mobilizaram historicamente para realizar reivindicações e para lutar por recursos materiais e simbólicos.

Poderíamos mencionar diversos casos de mobilizações no campo, em diferentes períodos, desde o início até o final do século XX. Entre 1912 e 1916, por exemplo, houve a Guerra do Contestado, um conflito armado entre posseiros e pequenos proprietários de terra, de um lado, e representantes dos governos estadual e federal, do outro. Nesse caso, ocorrido na divisa entre Santa Catarina e Paraná, os atores rurais resistiram à desapropriação de suas terras para construção de uma estrada de ferro.

Entre os anos 1950 e 1960, movimentos rurais como as Ligas Camponesas e o Sindicalismo Rural irromperam no cenário político nacional. As Ligas Camponesas emergiram como um grande movimento de camponeses no interior do estado de Pernambuco e se

² Como se verá no primeiro capítulo, esta se tornou uma referência incontornável dos estudos de movimentos sociais no Brasil.

expandiram, anos depois, para a Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, entre outras regiões do Brasil, protagonizando uma série de lutas entre 1955 e 1964. Já o sindicalismo rural, que também cumpria um papel importante na política nacional, era disputado por duas grandes forças: o, na época, Partido Comunista do Brasil – atualmente, Partido Comunista Brasileiro – (PCB) e a Igreja Católica. No campo da primeira força, quem congregava as entidades sindicais era União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), organização criada nos anos 1960 pelo PCB; no campo da segunda, quem reunia as entidades sindicais era a Ação Católica, organização criada sob o impulso do Papa Pio XI, no ano de 1935 (ALVES; SILVEIRA, 2014, p. 124-125).

No final dos anos de 1970, período de redemocratização, emergiram como protagonistas das lutas no campo movimentos como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que foi criada em 1964 e liderou, na medida do possível, diversas lutas durante o regime militar, mas ganhou ainda mais força com o processo de abertura política; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que surgiu, no início dos anos 1980, durante as lutas por terra no estado do Rio de Grande do Sul para, posteriormente, disseminar as ocupações como o principal repertório empregado pelos movimentos rurais, se transformando num dos principais movimentos sociais do país e, quiçá, do mundo (MEDEIROS, 1989).

Esses exemplos, entre muitos outros que poderiam ser mencionados, expressam a vivacidade das lutas sociais do campo. Ao contrário das diferentes teorias que foram expostas acima, os atores rurais sempre estiveram mobilizados e organizados para realizar diferentes tipos de reivindicações, desde o acesso à posse da terra até a garantia de determinados direitos trabalhistas. Mas, nas duas últimas décadas, as reivindicações dos movimentos rurais apresentaram uma diversidade ainda maior. Lutas por saúde e educação, por igualdade de gênero, por agroecologia, entre tantas outras, passaram a figurar nas pautas desses atores.

A produção acadêmica sobre os movimentos rurais também corrobora a intensa atividade e a grande diversidade desses atores, demonstrando suas relevâncias, não apenas para a política brasileira, como para o desenvolvimento das próprias ciências sociais do país. Numa breve pesquisa realizada nas revistas de ciências sociais e humanas, disponíveis no portal SciELO.br³, entre 2000 e 2019, utilizando como palavras-chave – considerando seus plurais – “movimento social”, “rural” e “campo”, foram encontrados 135 artigos sobre movimentos

³ O SciELO (*Scientific Library*) é um portal virtual de acesso livre a publicações acadêmicas financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme).

rurais, publicados em 47 periódicos. Além disso, em parte considerável desses trabalhos foram estudadas 15 organizações de movimentos sociais, como, por exemplo, o MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras.

No primeiro capítulo da tese, realizei uma análise de perfil bibliométrico – e somente parcialmente bibliográfico – sobre a produção de artigos que abordaram questões relacionadas a mobilizações e movimentos sociais no Brasil, publicados, entre 2000 e 2017, em periódicos de grande impacto das ciências sociais. Partindo das afirmações feitas por M. Silva, de que a “[característica] da literatura analisada [sobre movimentos sociais] é a ausência de um debate teórico comum que articule o conjunto da produção em torno de um campo compartilhado de discussões” (SILVA, 2010, p. 4); e por Scherer-Warren e Lüchmann que observavam “a manutenção de um campo fragmentado e disperso” (2015, p. 35), busquei responder as seguintes perguntas: o quê e quanto se produziu nas duas últimas décadas sobre esse tema? Se e como essa produção compartilha, ou não, autores e autoras comuns?

No tocante aos tipos dos métodos empregados no capítulo, realizei análises longitudinais e análises de rede, me perguntando pela frequência de temas e autores, bem como pela formação de subgrupos constituídos em torno de co-palavras e correferências para identificar a organização dos temas e debates teóricos. Entre outras conclusões, foi possível perceber que a produção de artigos sobre movimentos sociais cresceu consideravelmente nos últimos anos e que os movimentos rurais foram um dos mais estudados pelos cientistas sociais brasileiros.

No segundo, me inserindo no debate mais amplo sobre o processo de recrutamento para ações de alto custo/risco, tive como objetivo analisar se o Programa Bolsa Família (PBF) contribuiu para a redução das ocupações de terra no Brasil. Nas décadas de 1980 e 1990, a ocupação se estabeleceu como a principal forma de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras. Contudo, a partir da segunda metade da década de 2000, o número de ocupações começou a declinar consideravelmente.

Partiu-se da hipótese de que o aumento do grau de cobertura do PBF apresenta um efeito negativo nas ocupações de terra. Para testá-la, foram estimadas regressões binomiais negativa, por causa da grande dispersão dos dados e da variável dependente (número de famílias que participaram das ocupações) ser discreta. Os dados foram organizados a partir da *unidade de análise* município-ano e compreenderam o período de 2004 a 2014.

De acordo com os resultados estimados, foi possível perceber que o PBF apresenta um efeito negativo e substantivamente significativo sobre as ocupações. Em outras palavras, espera-se que o aumento do grau de cobertura do PBF gere, em média, a redução das ocupações de terra no Brasil. Esses resultados permitem chegar a duas conclusões relevantes para o debate sobre recrutamento: a primeira é que não existe um modelo único para explicar todas as ações coletivas contestatórias, como acreditavam Kim e Bearman (1997, p. 70); e a segunda é a de que as condições materiais de existência são fundamentais para explicar o engajamento em algumas ações coletivas, como as ocupações de terra.

No terceiro capítulo, buscando realizar uma discussão metodológica sobre o uso dos jornais na construção de bases de dados sobre eventos de protesto, apresentei um estudo de caso sobre os vieses de seleção. Nesse estudo, comparei as ocupações de terra registradas no *Banco de Dados de Luta pela Terra (DATA LUTA)*, que oferece um dos registros mais extensos sobre ações coletivas do país, utilizando-se de diversas fontes que serão apresentadas mais à frente, com as ocupações que foram cobertas pela *Folha de S. Paulo (FSP)*, buscando identificar quais variáveis aumentaram a probabilidade de determinadas ações serem reportadas pelo jornal, em detrimento de outras.

A base de dados do DATA LUTA com qual trabalhei oferece um registro extenso de ocupações empreendidas no Brasil, entre 2000 e 2016. Assim como todas as fontes, o DATA LUTA não está isento de vieses, mas por ele conter um número maior de ocupações, se comparado ao número coberto pela FSP, foi possível confrontar as ações que não foram reportadas pelo jornal com aquelas que foram. A partir dos resultados, pude concluir que as ocupações mais intensas, que ocorrem no estado de São Paulo, mais próximas a capital paulista e fora de anos de eleições presidenciais apresentam maiores probabilidades de serem cobertas pela FSP.

Deste modo, os três capítulos que compõem a presente tese servem, parcial e obliquamente, para se opor às teorias que compreendiam e ainda compreendem o rural a partir da falta, mostrando, não somente que os movimentos sociais rurais brasileiros sempre apresentaram um nível considerável de organização, mobilização e impacto político, como também esses atores foram tomados amplamente enquanto objeto de análise pelos cientistas sociais de instituições nacionais. Além disso, esses capítulos buscaram inovar ao abarcar essas temáticas com base em análises quantitativas, que não são muito comuns entre os trabalhos de movimentos sociais, sobretudo rurais, como será visto mais à frente.

1. A PRODUÇÃO DE ARTIGOS ACADÊMICOS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS (2000-2017): TENDÊNCIAS E INOVAÇÕES

A reflexão específica sobre movimentos sociais emerge nas ciências sociais, nas décadas de 1960 e 1970, em oposição à ideia de que pessoas e grupos que se mobilizam, ou que se mobilizam de modo disruptivo, não passariam de coletivos irracionais ou massas ressentidas e anormais (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Já no Brasil, a produção sobre os movimentos sociais nasceu sob o signo da redemocratização: movimentos populares (urbanos, de favela, de periferia, de luta por creche), movimento contra a carestia, comunidades eclesiais de base foram alguns dos personagens que entravam então em cena marcando a gênese dos estudos de movimentos sociais no país (cf. CARDOSO, 1983; BOSCHI, 1987; SADER, 1988). Ao lado desses movimentos sociais, outros sujeitos e causas, como os movimentos negros, ambientais e feminismos, também entravam na agenda pública sem data para sair. Desde fins dos anos 1970 até hoje, as ciências sociais brasileiras vêm, tanto intelectual como politicamente, acompanhando esses atores, de modo a inquirir suas relações e estratégias, conquistas e ambiguidades, limites e potenciais.

Desde os anos 1980, não foi pouco o investimento já feito por outras revisões bibliográficas sobre movimentos sociais⁴. Apesar dessa quantidade expressiva de sínteses, este texto não se propõe expor ou reler as principais ou mais destacadas obras sobre o tema. Assumindo, antes, perfil bibliométrico – e apenas parcialmente bibliográfico –, este capítulo se pergunta pela morfologia da produção de artigos sobre mobilizações e movimentos sociais no Brasil entre 2000 e 2017. Quer dizer, ofereci aqui um mapeamento da produção recente sobre o tema de olho na sua taxonomia e na continuidade, ou não, no âmbito das referências bibliográficas (se são compartilhadas ou dispersas) no conjunto de textos analisados. Antes de passarmos ao comentário metodológico seguido da análise taxonômica e das análises de redes dessa mesma produção, vou apresentar alguns dos principais pontos destacados na literatura mais recente sobre tendências e inovações na reflexão contemporânea nacional sobre movimentos sociais.

Ponto comum entre os esboços de estado da arte produzidos mais recentemente repousa na ideia de que, após um relativo declínio da produção observado nos anos 1990, há desde o começo deste século um interesse renovado e crescente em movimentos sociais (SILVA, 2010; BRINGEL; TEIXEIRA, 2015). Traço desse interesse renovado reside, em parte, na entrada da

⁴ Para os balanços, ver Jacobi (1980; 1987); Cardoso (1983; 1987); e Kowarick (1987).

embocadura dos teóricos da chamada *contentious politics* (MCADAM et. al., 2009) – mesmo se, inicialmente, ‘em pequena escala’ (ALONSO, 2009, p. 70). Outro fator destacado nos ensaios sobre movimentos sociais é a emergência mais recente do ativismo transnacional como objeto de preocupação (BRINGEL; TEIXEIRA, 2015). Por fim, o impulso crescente de pesquisas sobre movimentos sociais indiretamente levou, “na academia, a grupos especializados de pesquisa (...), bem como em uma produção científica mais especializada” (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2015, p. 20). Quer dizer, aquele surto associativo dos tempos da redemocratização não ficou restrito à gênese das reflexões propriamente dedicadas a movimentos sociais, pois teve também como efeito a especialização e a multiplicação da reflexão sobre “movimentos ambientalistas e pacifistas, movimentos urbanos, movimentos rurais, movimentos negros (...) etc., além de outros segmentos socioculturais e os respectivos recortes sub-temáticos que, conseqüentemente, produziram diversos ‘estados-da-arte’” (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2015, p. 20).

Ponto também convergente em parte das análises é a entrada não só do Estado, mas, mais amplamente, dos atores e instituições do sistema político nas equações analíticas pelas quais são compreendidos os movimentos sociais. Pode-se dizer *a posteriori* que essa inflexão se deu face à concepção enfática da *nova sociedade civil* típica dos 1990. Momento particularmente rico da inflexão rumo ao reconhecimento da complexidade estatal e de seu caráter heterogêneo esteve expressamente na produção de E. Dagnino e na sua noção de projetos políticos (cf. DAGNINO et. al., 2006). Inspiradas por tal reflexão, e atentas à ambigüidade das relações e tensões de redes e atores civis *vis a vis* partes do Estado brasileiro, outras produções passaram a enfatizar com maior acuidade o peso do sistema político nas explicações daqueles atores e redes (*inter alia* ABERS; BULOW 2011). No ritmo dessas inflexões, porém inspirados pelo neoinstitucionalismo histórico, uma porção do debate brasileiro assumiu e propôs uma sorte de *interacionismo socioestatal* (GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015, p. 178), distinguido pela ideia de codeterminação entre Estado e movimentos sociais, de modo a dar centralidade às lógicas, encaixes e capacidades operantes entre eles como componente (não-exógeno⁵) incontornável da explicação (GURZA LAVALLE et. al., 2019).

De modo interessante, a despeito dessa trajetória recente marcada por inflexões e acúmulos analíticos relativos, a síntese expressa nos esboços bibliográficos (à exceção de

⁵ A compreensão relacional implicada na cognição de Estado e MS como co-constituintes traz, como corolário, o princípio de não-externalidade entre ambos, de modo que é equívoca uma concepção segundo a qual ‘encaixes’ seriam *diferentes oportunidades de acesso ao Estado previamente disponíveis* (TATAGIBA et. al., 2018, p. 112) (Grifo nosso). Encaixes são, antes, artefatos institucionais disputados e construídos através de (re)iterações e interações socioestatais, portanto, não anteriores nem *prévios*, ou sequer exteriores, a padrões de interação.

GURZA LAVALLE; SZWAKO, 2015⁶) não traz uma autoimagem muito positiva: “[característica] da literatura analisada é a ausência de um debate teórico comum que articule o conjunto da produção em torno de um campo compartilhado de discussões” (SILVA, 2010, p. 4). Na esteira desse diagnóstico e, paradoxalmente, em plena publicação de celebração de três décadas de seu núcleo de pesquisa sobre movimentos sociais, Scherer-Warren e Lüchmann também observam “a manutenção de um campo fragmentado e disperso” (2015, p. 35). Sem a intenção de polemizar com este ou os demais diagnósticos, vou, assim como os traços anteriormente destacados, cotejar tal ideia (isto é, a noção de que não haveria entre nós um debate teórico comum) com os dados relativos à dispersão, sobretudo, das referências de autoras e autores co-ocorrentes, para verificar se, como e em que medida tal ideia se espelha no conjunto da produção bibliográfica analisada.

Após o comentário metodológico, apresentei na parte taxonômica os resultados encontrados relativamente à frequência da publicação de artigos sobre movimentos sociais no período selecionado; aos tipos de análises e de métodos empregados nos artigos; bem como à distribuição temática e espacial dos objetos aí escrutinados. No que tange às análises longitudinais e às de rede, perguntei pela frequência de temas e autores bem como pela formação de subgrupos constituídos em torno de co-palavras e correferências para identificar a organização dos temas e debates teóricos. Assim, este trabalho pergunta fundamentalmente pela organização da produção de artigos sobre movimentos sociais: o quê e quanto se produziu nas duas últimas décadas sobre esse tema? Se pergunta, além disso, sobre se e como essa produção compartilha, ou não, autores e autoras comuns? Pretendo, com isto, contribuir para a autocompreensão de nossa subárea temática.

1.1 Comentários metodológicos

A construção e a análise do *corpus* demandaram uma série de cuidados metodológicos. Assim, para organizar a presente seção, discorri, primeiramente, sobre o modo como ele foi construído para, na sequência, expor a forma como ele foi analisado.

Para construção do *corpus*, trabalhei com uma técnica de raspagens de dados na *web*, mais conhecida como *Web Scraping*, fazendo uso da linguagem de programação *Python* e do pacote apropriado para tal tarefa chamado *Beautiful Soup*. Em primeiro lugar, selecionei todos os textos do portal SciELO.br, publicados entre 2000 e 2017, que continham no título e/ou no resumo e/ou nas palavras-chave os seguintes termos: movimento ($n = 4.877$), movimentos

⁶ Cujo subtítulo enfatiza nomeadamente os *avanços no debate*.

(2.651), ação coletiva (575), ações coletivas (161), conflito (1.186), conflitos (1.725), confronto (417), confrontos (64), protesto (61), protestos (77), mobilização (941), mobilizações (83), manifestação (1.352), manifestações (2.734), reivindicação (96), reivindicações (145), totalizando 17.145 textos.

Após esta primeira compilação, selecionei, dos 17.145 textos, somente aqueles que foram publicados nos periódicos avaliados como A1 e A2 pelo sistema *Qualis-Capes*, durante o quadriênio 2013-2016, nas áreas de antropologia, ciência política e sociologia, fazendo com que o número de textos caísse para 4.473, já descartando os duplicados⁷. Em seguida, li os títulos dos mais de quatro mil textos e excluí aqueles que, definitivamente, não tinham relação com o tema de movimentos sociais. Os textos cujos títulos geraram qualquer dúvida foram mantidos. Deste modo, excluí 3.046 e selecionei 1.427 textos.

Dos excluídos ($n = 3.046$), selecionei aleatoriamente uma amostra de 228 textos⁸ para, a partir da leitura de seus resumos, confirmar se de fato não tratavam do tema de interesse – o que foi confirmado. Em relação aos selecionados ($n = 1.427$), para avaliar se faziam parte do campo em questão, preferi analisá-los através das leituras de seus resumos e de fragmentos dos textos, à luz de uma definição elaborada por nós de movimentos sociais. Assim como Kauchakje (2010), optei por este tipo de procedimento não automatizado ao perceber que se baseasse a seleção exclusivamente nas palavras-chave, por exemplo, perderia muitos textos importantes⁹.

Com isso, dos 1.427 textos selecionei aqueles que buscaram compreender, de diferentes maneiras, ações coletivas de diversos tipos (mais ou menos organizadas, espontâneas, disruptivas, institucionalizadas etc.) e em suas diferentes dimensões (organizacional, simbólica etc.) motivadas por reivindicações que buscavam disputar recursos políticos, econômicos e culturais, de modo a promover ou se opor a transformações sociais. Considerando que os recursos em disputa são escassos, as reivindicações deveriam ser, necessariamente, contrárias aos interesses de outros atores, ou seja, as ações coletivas abordadas nos trabalhos selecionados precisavam apresentar, em maior ou menor grau, um caráter conflitivo ou concorrencial.

⁷A distribuição do número de textos por palavras ficou da seguinte maneira: movimento ($n = 1.361$), movimentos (946), ação coletiva (410), ações coletivas (94), conflito (552), conflitos (802), confronto (180), confrontos (41), protesto (41), protestos (54), mobilização (324), mobilizações (63), manifestação (158), manifestações (314), reivindicação (65), reivindicações (110).

⁸ Esperei com a amostra $n = 228$ um erro amostral de 5%, num intervalo de confiança de 95%.

⁹ Só para mencionar um exemplo, o artigo de Gomes e Sorj (2014, p. 433), que buscou *explorar, a partir da análise da Marcha das vadias, os contrastes e continuidades entre diferentes gerações feministas*, não seria selecionado, pois suas respectivas palavras-chave são: *feminismo, Marcha das vadias, gerações e identidade*.

No procedimento da exclusão, foram excluídos trabalhos cujos movimentos sociais se faziam presentes, às vezes até com certa centralidade, mas que não buscavam compreender alguma dimensão da ação coletiva ou do conflito. Outros, que tratavam de movimentos artísticos, como o *movimento hip hop*, ou religiosos, como o *movimento pentecostal*, mas sem abordá-los como movimentos sociais – isto é, em nossa definição, sem tratá-los a partir de suas interações e disputas por recursos, seja contra outros movimentos sociais seja *vis a vis* o sistema político –, também foram excluídos. Além disso, descartei todas as resenhas, entrevistas, editoriais, entre outros tipos de escritos diferentes de artigos, assim como todos os artigos que não apresentavam resumos ou referências bibliográficas. Em outros termos, considereei somente os textos classificados *pelas próprias revistas* como artigos acadêmicos que dispunham de resumos e referências.

Ao final deste processo, selecionei, para compor o *corpus* da pesquisa, uma lista de 447 artigos publicados em 43 periódicos. Do total de 2.492 números que foram publicados por estes periódicos, entre 2000 e 2017, 2.234 estão disponíveis no SciELO.br, ou seja, 90% deles podem ser encontrados no portal.

No tocante ao modo como o *corpus* foi analisado, lancei mão da análise de frequência e da proporção de artigos publicados por ano sobre movimentos sociais em relação ao total de artigos publicados pelas revistas, com intuito de aferir se houve um aumento do interesse por este tema no período abarcado. Além disso, fiz uma espécie de taxonomia da produção, classificando, com base nas leituras dos resumos e de fragmentos dos artigos compilados, o tipo de trabalho (teórico ou empírico); e, caso fosse empírico, a metodologia empregada (qualitativa, quantitativa ou quali-quantitativa); a região compreendida pela pesquisa (Brasil, Argentina, Bahia, Minas Gerais etc.); e o tipo de movimento analisado (negro, mulheres/feminista, rural etc.). Na seção seguinte, onde expus os resultados desta análise, expliquei com maiores detalhes as categorias utilizadas por nós para classificar os artigos.

Avançando, neste sentido, realizei, com base em dois tipos de dados, dois tipos de análise. Em relação aos tipos de dados, analisei o conjunto de *palavras de interesse* presente nos títulos e resumos – sendo elas, analíticas, como contestação, repertório, ideologia, confronto, ação coletiva etc., ou empíricas, como indígena, feminismo, rural, urbano, sindicalismo etc. – e o conjunto de *autores citados* nos 447 artigos.

No que diz respeito aos tipos de análises, fiz, primeiramente, uma análise de frequência longitudinal das palavras de interesse e dos autores citados para buscar identificar se houve, durante o período abarcado, uma transformação no conjunto dos termos e das referências empregados. Posteriormente, realizei análises das redes de palavras de interesse (presentes nos

títulos e resumos) e dos autores citados. No grafo de co-palavras, foram incluídas aquelas que apresentaram, ao menos, quatro relações com outra palavra, ou seja, se dois termos apareceram juntos nos títulos e/ou resumos de, pelo menos, quatro artigos, eles foram inseridos no grafo. Já no grafo de co-referências, foram incluídos os autores que apresentaram, ao menos, oito relações com outro autor, isto é, se dois autores apareceram juntos nas referências bibliográficas de, pelo menos, oito artigos, eles foram inseridos no grafo. Desta feita, tais análises nos permitiram identificar as palavras e os autores que foram mencionados conjuntamente em diferentes artigos, proporcionando pistas relevantes para se compreender a configuração do debate.

As análises dos grafos foram feitas com o auxílio do pacote *NetworkX*, no *Python*, a partir de três medidas: densidade, densidade relativa e *betweenness*. A primeira – densidade – é a razão entre o número de arestas (relações) existentes e o total de arestas possíveis de existirem na rede, nos oferecendo uma noção básica do quão relacionados estão os nós de uma rede. A segunda – densidade relativa – foi empregada para identificar os subgrupos das duas redes gerais. Essa medida, que foi calculada a partir do método de modularidade¹⁰, identifica um conjunto de nós que apresentam alta densidade entre si, formando um subgrupo, e baixa densidade entre os outros, que, por sua vez, formam outros subgrupos. A terceira – *betweenness* (ou centralidade de intermediação) – mede o quanto um determinado nó encontra-se entre os outros nós, ou seja, o quanto um determinado nó está intermediando todos os outros nós, oferecendo uma noção da centralidade que determinados nós (palavras e autores) exercem em suas redes.

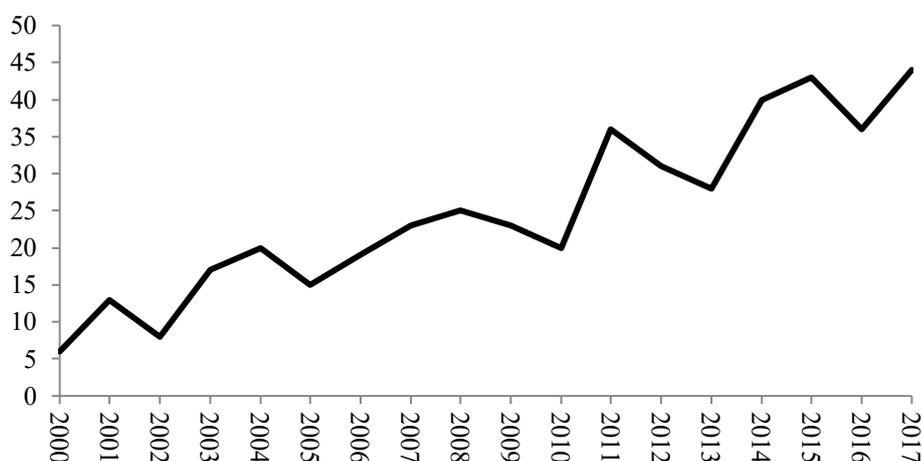
1.2 Taxonomia

O objetivo desta seção é oferecer uma noção introdutória do *corpus* analisado. De acordo com os resultados, é possível perceber o aumento do número de artigos sobre movimentos sociais, saindo de seis, em 2000, para 44, em 2017, apresentando uma tendência de crescimento ao longo de todo período. Também consegui identificar uma inflexão a partir de 2014, muito provavelmente, influenciada pelas chamadas Jornadas de Junho, em 2013. Se entre 2006 e 2013, foi publicada uma média de aproximadamente 26 artigos sobre movimentos sociais por ano, em 2014, foram publicados 40 artigos, aumentando ainda mais nos anos seguintes (ver Gráfico 1).

¹⁰ Mais especificamente, calculei a densidade relativa a partir do algoritmo Louvain (BLONDEL *et. al.*, 2008).

Analisando os artigos sobre movimentos sociais em relação ao total de artigos publicados pelas 43 revistas, também foi possível identificar o aumento do interesse pelo tema, considerando que, em 2000, somente 0,65% de todos os artigos publicados pelas revistas tratava de questões relacionadas aos movimentos e, em 2017, esta porcentagem subiu para 2,02%. Vale ressaltar ainda que, realmente, ocorreu uma inflexão em 2013, pois, entre 2006 e 2013, a média era de 1,28% artigos sobre movimentos sociais publicados por ano e, em 2014, aumentou para 1,91%.

Gráfico 1 - Nº de artigos sobre movimentos sociais – 2000-2017



Fonte: O autor, 2019.

Esta elevação acentuada do número de artigos no ano de 2014, após o ciclo de protestos que atravessou o mês de junho de 2013, reforça o argumento defendido por alguns autores de que, no Brasil, o interesse acadêmico pelos estudos de movimentos sociais está profundamente relacionado às mudanças na nossa conjuntura política. Assim, quando as manifestações se intensificam e os movimentos sociais ganham maior visibilidade, o interesse pelo tema cresce, e vice-versa. Para Bringel e Teixeira (2015), esta dinâmica gera alta volatilidade das interpretações, impedindo que haja a construção permanente de acúmulos coletivos orientados por questões teóricas comuns, o que reforça o argumento de que, supostamente, não há uma agenda de pesquisa comum entre os estudiosos da área.

Em relação ao perfil dos artigos analisados, 403 foram classificados como trabalhos empíricos, enquanto 44 foram definidos como teóricos. Considerei como empíricos aqueles trabalhos que se utilizaram de métodos específicos para analisar objetos observáveis, espacial e temporalmente definidos; e, como teóricos, quando a proposta do trabalho foi discutir,

sobretudo, ideias, conceitos, teorias etc. Alguns trabalhos teóricos, às vezes, até apresentaram determinados dados, mas de maneira pouco sistemática, de modo apenas a ilustrar certas afirmações teoricamente construídas. Os trabalhos empíricos, claro, também desenvolveram uma série de proposições teóricas, mas estas foram empiricamente fundamentadas, ao invés de ilustradas. Enquanto que, no primeiro caso, os dados foram pegos posteriormente de fontes secundárias para corroborar os argumentos, no segundo, os resultados das análises empíricas vieram antes que as conclusões teóricas. Importante dizer que os balanços bibliográficos – mesmo os mais bibliométricos – foram considerados como trabalhos teóricos (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Tipos de Trabalho

	Empírico	Teórico	Total
Nº de artigos	403	44	447
% de artigos	90,16	9,84	100,00

Fonte: O autor, 2019.

Os métodos qualitativos foram empregados pela grande maioria dos artigos empíricos, evidenciando e reforçando a escassez de pesquisas quantitativas nos estudos sobre movimentos sociais (DURIGUETTO et. al., 2009; VALMORE; DE SOUZA, 2016). Dos 403 trabalhos empíricos, 356 (88,34%) fizeram uso de entrevistas, observação participante, etnografias, grupos focais, entre outros métodos qualitativos. Apenas 11 artigos (2,73%) lançaram mão de métodos exclusivamente quantitativos e 36 (8,93%) de métodos mistos – quali-quant. Considerei como quantitativos (ou mistos) os trabalhos que utilizaram, pelo menos, estatísticas descritivas ou inferenciais para analisar os dados. Mas, como é possível perceber pelo número de artigos que empregaram métodos mistos, a maioria dos trabalhos usou somente estatísticas descritivas bem simples para complementar as análises qualitativas (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Tipos de Métodos

	Qualitativa	Quantitativa	Quali-quant	Total
Nº de artigos	356	11	36	403
% de artigos	88,34	2,73	8,93	100,00

Fonte: O autor, 2019.

Em relação às regiões abarcadas, as pesquisas se circunscreveram predominantemente ao Brasil. De todos os artigos empíricos, 287 (71,22%) compreenderam regiões limitadas à fronteira brasileira (o próprio país ou suas regiões, estados, cidades etc.). 95 (23,57%) artigos, que classifiquei como *internacionais*, analisaram, ao menos, um país diferente do Brasil. 17 deles empreenderam estudos comparativos entre o Brasil e outros países. O restante, isto é, 84 realizaram estudos comparativos entre países, sem considerar o Brasil, ou pesquisaram um país diferente do Brasil – como, por exemplo, Argentina, Portugal, Paraguai, África do Sul, Canadá, Marrocos, entre outros. Os 21 artigos (5,21%) que trataram explicitamente dos movimentos sociais ou, de maneira mais geral, do ativismo transnacional foram classificadas como *transnacionais* (ver Tabela 3).

Tabela 3 – Regiões abarcadas pelas pesquisas

	Nacional	Internacional	Transnacional	Total
Nº de artigos	287	95	21	403
% de artigos	71,22	23,57	5,21	100,00

Fonte: O autor, 2019.

Destes 287 artigos cujos objetos se encerraram no Brasil, 5 (1,74%) analisaram lugares localizados no Centro-Oeste, como Distrito Federal, Mato Grosso, Goiânia etc.; 15 (5,23%) abarcaram regiões do Norte do país, como Pará, Roraima ou a Amazônia; 21 (7,32%) compreenderam locais do Nordeste, como Bahia, Ceará, Pernambuco, Campina Grande etc.; 30 (10,45%) pesquisaram lugares do Sul, como Paraná, Rio Grande do Sul, Florianópolis etc.; e 78 (27,18%) estudaram locais da região Sudeste, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Campinas etc. Os outros 138 (48,08%) artigos abrangeram todo o território nacional ou mais de uma região (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Regiões do Brasil abarcadas pelas pesquisas

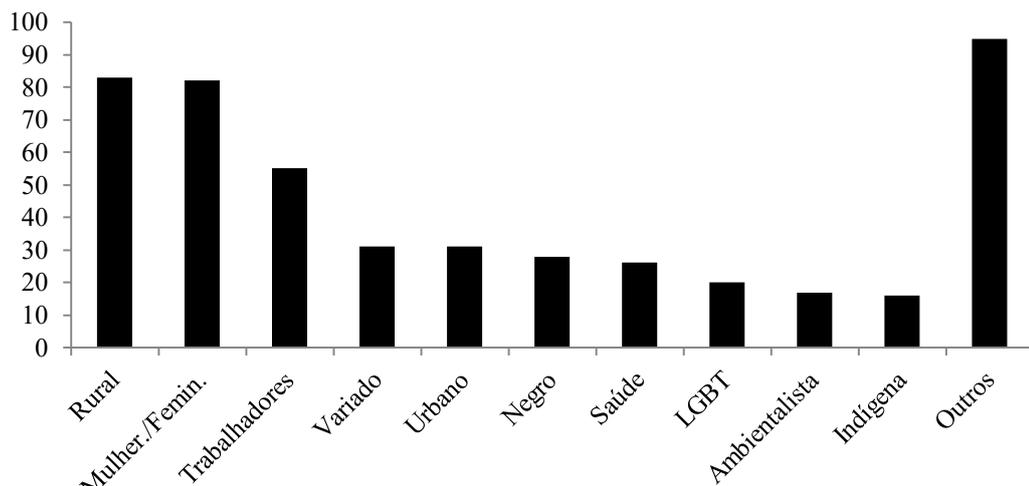
	Nacional	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Total
Nº de artigos	138	5	15	21	78	30	287
% de artigos	48,08	1,74	5,23	7,32	27,18	10,45	100,00

Fonte: O autor, 2019.

No que concerne aos tipos de movimentos sociais analisados, podemos perceber a predominância incontestável de três, a saber: os movimentos rurais, com 83 artigos; os de

mulheres/feministas, com 82; e os de trabalhadores, com 55; acompanhando, assim, os resultados encontrados por Kauchakje (2010, p. 123), pelo menos, em relação aos movimentos rurais e de trabalhadores, que responderam juntos por 45,7% das teses e dissertações analisadas pela autora. Vale ressaltar que o predomínio desses movimentos é compatível com os resultados dos subgrupos, como será visto mais à frente. Seguindo, os tipos de movimentos mais pesquisados foram os que chamei de *variado* (31 artigos), ou seja, os trabalhos que analisaram eventos de protesto, como as Jornadas de Junho, ao invés de se dedicar a um ou poucos movimentos específicos, sendo seguido pelos movimentos *urbanos* (31), *negros* (28), de *saúde* (26), *LGBTs* (20), *ambientalistas* (17) e *indígenas* (16). Outros tipos de movimentos também foram identificados no *corpus*, mas, pelo reduzido número de artigos dedicados a eles, preferi não apresentar seus resultados¹¹ (ver Gráfico 2).

Gráfico 2 – Nº de artigos dedicados aos tipos de movimentos sociais



Fonte: O autor, 2019.

Diversos artigos trataram de mais de um movimento, como, por exemplo, os que buscaram compreender o conflito entre os movimentos feministas e religiosos em torno dos direitos reprodutivos, ou de movimentos interseccionais, como o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento de Mulheres Negras, entre outros. Nestes casos, codifiquei mais de um tipo de movimento para o mesmo artigo. Desta maneira, a soma do número de artigos dedicados aos diferentes tipos de movimentos sociais supera os 447 trabalhos que compõem o *corpus*.

¹¹ Para mencionar um exemplo, incluí na categoria *Outros* os movimentos relacionados especificamente a questões educacionais, como o Movimento de Educação de Base (MEB), Escola Sem Partido, entre outros.

No que diz respeito às classificações passíveis de gerar certas confusões, no grupo dos movimentos rurais, incluí aqueles de luta pela terra (sem terras e posseiros), de camponeses, seringueiros, pescadores, agroecológicos etc. Como movimentos de trabalhadores, considerei as pesquisas sobre greves, sindicatos, fábricas recuperadas etc. Importante dizer que os trabalhos dedicados especificamente a sindicatos rurais foram classificados exclusivamente como de trabalhadores. Como movimentos urbanos, incluí os de luta por moradia (sem teto), favelados, sociedades de amigos de bairro etc. Classifiquei como movimentos de saúde os de prevenção às DSTs, de luta antimanicomial, sanitaristas etc.

1.3 Análise longitudinal: termos e autores mais frequentes

Elaborei duas análises longitudinais. A primeira delas é referente às autorias mais presentes nas referências bibliográficas, ao passo que a segunda diz respeito à frequência de termos mais ocorrentes em títulos e resumos. Vamos àquela primeira análise.

Tabela 5 - Autores mais frequentes nas referências

2000-2008		2009-2017	
(146 artigos)	<i>f</i>	(301 artigos)	<i>f</i>
Touraine, A.	19	Tarrow, S.	60
Castells, M.	16	Tilly, C.	55
Bourdieu, P.	14	Melucci, A.	48
Foucault, M.	14	Gohn, Maria da G.	40
Scherer-Warren, I.	14	McAdam, D.	39
Melucci, A.	13	Foucault, M.	30
Gohn, Maria da G.	11	Bourdieu, P.	28
Dagnino, E.	10	Dagnino, E.	28
Tarrow, S.	10	Alonso, A.	28
Sousa Santos, B.	9	Scherer-Warren, I.	25
Fraser, N.	9	Castells, M.	24
Giddens, A.	8	Touraine, A.	24
Habermas, J.	8	Harvey, D.	22
Hall, S.	8	Butler, J.	22
Eder, S.	8	Diani, M.	21
Tilly, C.	8	Avritzer, L.	21

Fonte: O autor, 2019.

Na frequência de autores, a Tabela 5, chama atenção, primeiramente, a entrada triunfal de autores ligados à Teoria do Processo Político, desenvolvida nos EUA. Sidney Tarrow e Charles Tilly ocupam aí os dois primeiros lugares no período entre 2009 e 2017, posto que pertenciam aos teóricos da escola europeia de Novos Movimentos Sociais como Alain Touraine e Manuel Castells. Outro expoente da Europa é Boaventura de Sousa Santos, que desaparece da lista dos 16 autores mais frequentes, enquanto chama a atenção a permanência dos franceses Michael Foucault e Pierre Bourdieu e a importância de Alberto Melucci em ambos os períodos.

Entre os autores brasileiros, permanecem Maria da Glória Gohn, Evelina Dagnino e Ilse Scherer-Warren, que mantiveram a produção em torno de movimentos sociais nos anos 1990, ao passo que Angela Alonso desponta na segunda lista – o que mostra a importância de pesquisadoras neste campo de estudo no Brasil. O que a comparação entre os dois períodos nos mostra, em geral, é uma mudança na importância de grupos de autores que representam abordagens teóricas distintas sobre os movimentos sociais, com a ascensão de autores ligados à chamada *política de confronto*, o que pode explicar a frequência de palavras ligadas ao Estado e instituições, como veremos a seguir. Ao mesmo tempo, essa mudança não impediu alguma continuidade, mui rebaixada, da escola europeia, representada por A. Touraine e M. Castells. Por fim, vale apontar, a presença de autores que não pertencem propriamente a nenhuma escola, mas continuam como importantes referências tais como P. Bourdieu, D. Harvey e J. Butler. Talvez, essas referências dissipadas na lista dos autores mais importantes sejam indicador bibliométrico de debates especializados.

A análise das quinze palavras mais frequentes nos dois períodos analisados (2000-2008 e 2009-2017) chama atenção, em primeiro lugar, para a presença maciça de termos empírico-descritivos (terra, mulher, educação, trabalhador, direito, MST, feminismo, lutas, participação etc.), em detrimento de categorias analíticas propriamente ditas relacionadas às teorias de movimentos sociais *qua* modo específico de ação coletiva. Em segundo lugar, se nota a repetição de dez das quinze palavras o que indica que não houve uma grande inflexão ao longo dos 17 anos, bem como um conjunto de termos que se referem a termos de caráter teórico-descritivo como instituição, participação, organização, lutas, experiência e mobilização. Perdem lugar os termos empíricos como educação, MST, direito, saúde e os novos ocupantes da lista dividem-se entre os empíricos (sindicalismo e trabalhador) e os de caráter mais analítico, ainda que genéricos, que vão de atores e ação coletiva a movimentos empíricos como é o caso de mulher, feminismo, trabalhador e terra.

Tabela 6 - Palavras mais frequentes

2000-2008		2009-2017	
(146 artigos)	<i>f</i>	(301 artigos)	<i>f</i>
Mulher	38	Estado	82
Organização	37	Lutas	78
Lutas	36	Participação	71
Estado	35	Organização	62
Feminismo	32	Feminismo	55
Educação	29	Instituição	54
Participação	28	Mobilização	54
Terra	27	Mulher	51
Gênero	24	Trabalhador	50
Direito	23	Governo	47
Saúde	22	Sindicalismo	47
Experiência	21	Experiência	46
MST	21	Ação coletiva	43
Mobilização	20	Atores	43
Instituição	19	Terra	42

Fonte: O autor, 2019.

No que se refere ao lugar que as palavras mais frequentes ocupam na lista, as que dizem respeito a instituições e a Estado passam, no período entre 2009 a 2017, a ocupar lugares mais altos na lista: participação, por exemplo, sai do sétimo lugar e vai para o terceiro, enquanto que instituição sai do último para o sexto. Somada à observação da última coluna da Tabela 7, essa mudança vem acompanhada da entrada de várias das categorias de análise que caracterizam a abordagem desenvolvida por autores como Sidney Tarrow e Charles Tilly, pois aí se destacam: oportunidade política, recursos e repertórios, sendo a noção de enquadramento a única ausência notória entre eles. Por fim, a presença do Melucci detectada anteriormente nos dois períodos não se reflete no uso do seu conceito de identidade coletiva. Essa composição, portanto, tende

a indicar uma incorporação parcial de categorias teórico-analíticas junto a uma tendência de conformação de agendas e energia de pesquisa investidas em torno dos atores empíricos.

1.4 Análises de subgrupos de co-palavras e correferências

Com intuito de investigar como se configuram os debates teórico-analíticos em torno de movimentos sociais, lancei mão do procedimento de análise de redes com o uso de co-palavras e correferências bibliográficas, como descrito nos procedimentos metodológicos, para visualizar a formação dos subgrupos (*clusters*). O principal resultado referente às co-palavras reafirma a tendência identificada no quadro taxonômico da produção, segundo o qual há uma quantidade exígua de artigos dedicados à produção propriamente teórica sobre movimentos sociais. Para este mesmo sentido, apontam os dados da Tabela 7 com a conformação de subgrupos em torno de movimentos empíricos, o que indica que os pesquisadores seguem os atores específicos em suas pesquisas. Em outras palavras, parece haver uma filiação aos estudos de movimentos específicos em detrimento do uso de abordagens teórico-analíticas relacionadas com este ator coletivo.

A primeira linha desta tabela contém denominações por nós próprios atribuídas e que sintetizam as palavras que possuem maior medida de *betweenness* (a terceira linha da tabela); são os *clusters*: ambiental, sexual, gênero, rural, trabalhador e mobilização. Os clusters diferem em tamanho. De tamanho diminuto, há os clusters ambiental e sexual, que não passam, respectivamente, de 08 e de 06 nós. De tamanho intermediário são gênero, rural, trabalhador, variando entre 25 e 37 nós. É interessante notar que tanto os *clusters* menores como os *clusters* intermediários trazem, entre seus principais nós, termos que designam categoria empíricas: movimento ambientalista, gays, mulher, terra, trabalhador. Em contraste com esses cinco *clusters*, o subgrupo que chamei de mobilização se destaca não tanto, ou não só, pela quantidade maior de nós, mas, em especial, por não aparecer atrelado a um movimento social específico. Quer dizer, aparecem no *cluster* mobilização co-palavras que dizem respeito a Estado e às instituições, tais como: governo, conselho, representação, políticas públicas, legislação, democracia.

Já a clusterização por correferências (isto é, por autores que tendem a aparecer conjuntamente nas referências bibliográficas) reforça boa parte dos achados anteriores. O lado esquerdo da tabela, com as três primeiras colunas, traz subgrupos de autores centrais nos seguintes debates: rural (Sigaud); democracia/reconhecimento (Habermas e Honneth); e gênero e sexualidade (Bourdieu, Foucault e Macrae). No que diz respeito ao debate sobre ação coletiva e movimentos sociais, é interessante notar o deslocamento de Habermas – autor que já teve seu

lugar no pódio dos debates brasileiro e latino-americano sobre movimentos (cf. ALONSO, 2009) – para um subgrupo mais próximo a questões de teoria política e teorização democrático-normativa.

Tabela 7 - Clusterização por co-palavras

Clusters	Ambiental	Sexual	Gênero	Rural	Trabalhador	Mobilização
[Nº de nós]	[8]	[6]	[33]	[37]	[25]	[58]
Densidade	0,35	0,4	0,16	0,13	0,18	0,12
<i>Betweenness</i>	Ambientalismo	Mov. LGBT	Feminismo	Lutas	Organização	Estado
	Redes	Gays	Mulher	Educação	Trabalhador	Participação
	Mov. Ambient.		Direito	Experiência	Sindicalismo	Instituição
			Gênero	Terra	Militante	Mobilização
Demais nós	Capacidade	Homossexualid.	Autonomia	Acampamento	Articulação	Ação coletiva
	Ecologia	Lésbico	Desigualdade	Agrário	Associativismo	Aids
	Meio ambiente	Queer	Discriminação	Assentamento	Ciclo	Ativismo
	Natureza	Travestis	Diversidade	Camponês	Classe	Atores
	Socioambiental		Doença	Comunidade	Comunicação	Atuação
			Doméstico	Conservadorismo	Confronto	Campanha
			Esquerda	Contradição	Crise	Cidadania
			Étnico	Cotidiano	CUT	Cidadão
			Feminino	Ditadura	Desempregar	Cidade
			Geração	Emancipação	Dialético	Conselho
			Identidade	Enfrentamento	Economia	Consumo
			Igualdade	Espacialidade	Empregar	Contemporâneo
			Inclusão	Estudante	Empresarial	Contestação
			Marchar	Exclusão	Engajamento	Controle
			Mov. Feminista	Exploração	Greve	Cooperativismo
			Mov. Negros	Ideologia	Hegemonia	Corpo
			Negro	Memória	Militância	Demandar
			Poder	Modernidade	Mov. Sindical	Democracia
			Racial	Moradia	Negociação	Direitos Hum.
			Racismo	Mov. Rurais	Operário	Discursivo
			Reforma	Mov.estudantil	Trabalhista	Eleitoral
			Reivindicação	MST		Esfera pública
			Reprodutivo	Neoliberal		Etnográfico
			Saúde	Pedagógico		Globalização
			Sexualidade	Pobreza		Golpe
			Subjetividade	Popular		Governo
		Sujeito	Povos		Indígena	
		Sus	Radical		Junho de 2013	

Fonte: O autor, 2019.

Outro detalhe instigante nesse lado da tabela é a presença de Pierre Bourdieu. Como veremos ao final do texto, tal como ocorre com a apropriação da obra de C. Tilly, a presença bourdieusiana aí não precisa ser tomada como sinônimo de uma sorte de plena liderança desse francês na literatura especializada sobre gênero e sexualidade. Tal posição pode denotar, ao contrário, o conjunto de críticas que foram endereçadas tanto à *Dominação masculina*, como à obra de Bourdieu, mais amplamente.

O outro lado da tabela distingue subgrupos especificamente dedicados à pesquisa sobre a ação coletiva, seus atores e dilemas, e são tais subgrupos que caracterizam o que pode ser chamado hoje de o debate *próprio* de movimentos sociais, autoproclamada *Contentious Politics*: Tilly, Tarrow e McAdam. Outros autores, como Diani e Giugni, se destacam aí pela formalização dada não só ao conceito de movimento social, mas também a seus múltiplos efeitos – se culturais, institucionais, discursivos etc. E ainda no âmbito dos sobrenomes de estrangeiros, nota-se novamente, *à la* análise longitudinal, a permanência consistente que Melucci segue exercendo.

Reforçando os achados da mudança ocorrida nas duas últimas décadas, a presença da autoria vinda do debate internacional, sobretudo da *Contentious Politics*, denota o dramático deslocamento sofrido por autores como Touraine e Castells. Tal deslocamento, como veremos ao final do texto, está em grande medida ligado à emergência teórico-analítica do sistema político e das interações socioestatais – sem carga normativa *a priori* como era de praxe, notadamente, em Touraine – como dimensões explicativas fundamentais da ação dos movimentos sociais e de seus efeitos.

Nas colunas de autores do debate próprio sobre movimentos sociais, a presença de sobrenomes de brasileiros expressa as diferentes gerações do debate. Mais ligadas a Diani, M. G. Gonh e I. Sheren-Warren expressam a vitalidade de um debate que atravessou décadas, o debate dos então chamados *movimentos sociais urbanos* que marcou os anos 1980, permanecendo até hoje como referência nacional incontornável entre nós. Mais ligados a Tilly, L. Avritzer e L. Tatagiba são a marca de uma geração contemporânea de agendas e avanços de pesquisas dedicadas às dinâmicas de participação e de institucionalização de demandas dos movimentos sociais frente ao Estado e nele (cf. GURZA LAVALLE et. al., 2019), seja sob formas conflituosas, cooperativas ou ambivalentes.

Assim, esta tabela nos mostra ao menos duas coisas. Considerada em sua divisão entre esquerda e direita, nos traz autores, de um lado, ligados a debates específicos e especializados – reforçando, portanto, o achado dos subgrupos analisados na tabela anterior – e, de outro, um conjunto de autores propriamente dedicadas aos movimentos sociais *qua* problema de pesquisa.

Além disso, vista pelo prisma do lado direito, a tabela com os principais nós correferenciados permite notar, simultaneamente, tendências geracionais tanto de permanência como de inovação autorais no debate.

Tabela 8 - Clusterização por correferências

Clusters	1	2	3	4	5	6	7
[nº de nós]	[5]	[9]	[9]	[9]	[18]	[18]	[19]
Densidade	0,5	0,3	0,33	0,75	0,12	0,21	0,28
	Sigaud, L.	Harbermas, J.	Bourdieu, P.	Diani, M.	Tarrow, S.	Melucci, A.	Tilly, C.
Betweenness		Taylor, C.	Foucault, M.	Gohn, Maria da G.	Giugni, M.	McAdam, D.	Tatagiba, L.
			Macrae, E.	Scherer-Warren, I.			Avritzer, L.
	Elias, N.	Fraser, N.	Butler, J.	Castells, M.	Swidler, A.	Snow, D.	Doimo, A. M.
	Rosa, M. C.	Weber, M.	Facchini, R.	Della Porta, D.	Kriesi, H.	Alonso, A.	Dagnino, E.
	Navarro, Z.	Dewey, J.	Misoczky, M.	Touraine, A.	Kowarick, L.	Goodwin, J.	Mische, A.
	Camargo, A.	Carvalho, J. M.	Fry, P.	Seoane, J.	Harvey, D.	Olson, M.	Abers, R.
Demais nós		Alexander, J.	Fine, B.	Sousa Santos, B.	Lefebvre, H.	McCarthy, J.	Gurza Lavalle, A.
		Honneth, A.	Coleman, J.	Warren, M.	Stamatov, P.	Morris, A. D.	Eder, S.
		Oro, A.			Putnam, R.	Johnston, H.	Silva, M. K.
					Boschi, R.	Polletta, F.	Dowbor, M.
					Amenta, E.	Benford, R.	Goldstone, J.

Fonte: O autor, 2019.

1.5 Discussão - fragmentação e especialização, permanência e inovação

Embora esteja ainda em seus primeiros passos nas ciências sociais brasileiras, a análise quantitativa mostra resultados profícuos. Na busca pelo conjunto dos artigos que giram ao redor da ação dos movimentos sociais, encontrei como primeiro resultado: a Antropologia, a Sociologia e Ciência Política dedicam, no Brasil, investimento significativo a atores e atrizes

em ação. Quer dizer, ao invés de nos depararmos com termos que evidenciam dinâmicas macrosociológicas, tais como ‘classe’ ou ‘estrutura social’, encontrei coletivos e personagens organizados distinguidos por clivagens como, por exemplo, gênero e distribuição espacial.

Parte relevante desses atores e atrizes estudados é composta por sem-terra, posseiros, pequenos agricultores, atingidos, camponeses, em suma, movimentos rurais. Esses movimentos, que têm sido os mais pesquisados pelos estudiosos do campo de ação coletiva e movimentos sociais, foram abordados a partir de diferentes problemas de pesquisa. Os trabalhos que trataram desses atores analisaram as iniciativas de comunicação desses movimentos, as suas lutas por educação, saúde e igualdade de gênero, as questões relacionadas aos modelos produtivos (agroecologia vs. agronegócio), entre outros. Como vimos, os movimentos rurais apareceram em 83 artigos, sem contar os sindicatos rurais, que aumentariam ainda mais esse número. Esses resultados deixam claro que os movimentos sociais rurais e as lutas travadas no campo têm sido fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras.

No entanto, vale ressaltar que, ao analisarmos os *clusters* de co-palavras e de co-referências relativo aos trabalhos de movimentos rurais, percebemos que essa área não compartilha de debates e referenciais teóricos comuns. Apesar do *cluster* “Rural” de co-palavras (na Tabela 7) contar com 37 nós, sendo, assim, o segundo maior, parte considerável desses nós se refere a termos empíricos (educação, terra, acampamento, agrário, assentamento etc.), contando com poucos termos analíticos (experiência, contradição etc.). Ademais, o *cluster* 1 de co-referências conta apenas com cinco autores e, excetuando-se N. Elias, todos os outros são brasileiros, explicitando uma área marcadamente nacionalizada.

As análises por frequências de palavras e autores e de subgrupos por co-palavras e co-referências confirmam o que alguns diagnósticos (SILVA, 2010; SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2015; BRINGEL; TEIXEIRA, 2015) já estavam apontando: a especialização empírica e a fragmentação teórica do campo de estudos de movimentos sociais. A especialização consiste na produção de pesquisas sobre movimentos sociais em torno de atores empíricos específicos (mulheres, trabalhadores etc.), dado reforçado pela esmagadora presença (quase 90%) de artigos de perfil empírico. Nota-se, então, com base na produção qualificada e publicada nas últimas décadas, que os pesquisadores de movimentos sociais na área de ciências sociais seguem atores empíricos e condensam em torno deles suas investigações. A exceção, neste caso, ficou evidente no caso do subgrupo a que denominei mobilização. Aqui, ao contrário dos demais, os termos que unem os artigos em análise são tendencialmente menos extraídos de contextos e casos empíricos, assumindo veia mais analítica: ação coletiva, instituição,

representação e mobilização que constituem algumas das categorias que configuram o debate sobre movimentos sociais enquanto uma forma específica de ação coletiva.

A fragmentação, por sua vez, refere à dispersão de referências teóricas, isto é, a existência de subgrupos de autores diferentes e que não são compartilhados entre si. Tal diferenciação, por sua vez, nos leva a outra conclusão, obliquamente reforçada pelos subgrupos de correferências, qual seja: se as ciências sociais brasileiras tanto seguem atores e suas formas de mobilização, como se especializam *pari passu* a tais formas de mobilização, elas não o fazem do mesmo modo, isto é, não o fazem partindo de modelos e debates teóricos unificados. Diferentes debates se estruturam e se especializam segundo distintas tradições e fortunas teóricas¹².

É tendo em vista esses debates que podemos observar as transformações no conjunto de autores e autoras que vêm pautando nossa agenda a um só tempo diversa e unificada, na qual inovação conceitual e permanência autoral andam juntas. Veja-se, por exemplo, a liderança conquistada pelos teóricos da *Contentious Politics* no Brasil e a respectiva inserção no debate brasileiro das categorias por eles desenvolvidas a exemplo de “repertórios” e “oportunidades”; ao mesmo tempo em que Tilly e Tarrow ganharam notório peso entre nós, sobrenomes como os de Melucci, Dagnino e Gohn seguem fortes na influência bibliométrica. A tabela das correferências traz dados que apontam no mesmo sentido: permanência e inovação – Gohn e Sheren-Warren, clássicas da primeira geração de estudos de quando *novos personagens entraram em cena*, dividem espaço, entre os nós mais referenciados, com as duplas Tilly e Tarrow e, não por acaso, Avritzer e Tatagiba. E este último dado nos leva à nossa última apreciação.

A posição de liderança dos autores da *Contentious Politics* é evidente nos dados. Tilly e Tarrow, juntos de McAdam e Giugni, desbancaram Habermas e Touraine – apenas Melucci sobreviveu aos anos 1990. Essa mutação na configuração do debate traz consigo uma mudança fundamental: a entrada do sistema político, de seus atores e dinâmicas, na heurística utilizada para explicar os movimentos sociais, suas condições e efeitos. No Brasil, passo analítico fundamental dado nesse sentido foi operado por Evelina Dagnino ao dessacralizar a sociedade civil e desdemonizar o Estado (cf. DAGNINO, 2002) invocando, em seguida, a heterogeneidade estatal (DAGNINO et. al., 2006).

¹² Embora sem evidência empírica robusta, Sheren-Warren e Luchmann (2015) destacaram exatamente este ponto ao falar da multiplicação de GTs no âmbito da Anpocs ao longo dos anos 1990.

A entrada *Contentious Politics* deve ser entendida, então, nesse contexto de debate no qual as interações com o sistema político passam a contar nas análises superando algum voluntarismo normativo. Tal incorporação, contudo, não pode ser tomada como uma importação bem-comportada de teorias estrangeiras. Ao contrário, na literatura brasileira recente, a leitura da obra de Tilly, em especial, foi submetida a inúmeras críticas e ressignificada sob formas muito criativas de apropriação (cf. *inter alia* ALONSO, 2009; DOWBOR; SZWAKO, 2013; ABERS et. al., 2014). Assim, se Tilly e Tarrow perfilam no topo de nossas bases bibliométricas, isso não significa automaticamente que essa liderança seja incontestada ou abraçada sem as devidas reservas e nuances.

Se a análise taxonômica mostrou um crescimento de publicações sobre os movimentos sociais, outros resultados aqui discutidos apontam para o desafio da construção teórico-analítica a partir desse conjunto de subgrupos. O desafio contém em si potencial à medida que o esforço coletivo entre diversos campos de estudos de movimentos sociais resulte em elaboração teórico-analítica com base no sólido conhecimento de movimentos sociais no Brasil e em diálogo com a literatura internacional. Resta ainda pensar como essa futura interlocução acadêmica pode contribuir para com os próprios movimentos.

Outro resultado interessante (e também um tanto ambíguo) diz respeito à composição de gênero da autoria que marca os debates de movimentos sociais no país. Ao contrário do senso comum reinante nos corredores e currículos, parte predominante da produção bibliográfica dedicada a movimentos sociais é liderada, no Brasil, por mulheres. Os principais nomes aí são: Evelina Dagnino, Ilse Sheren-Warren e Maria da Gloria Gohn, com a emergência mais recente de Angela Alonso, seguida de Luciana Tatagiba e Rebecca Abers. Apenas com os dados relativos à mudança temporal na liderança dos autores e com os subgrupos também de autores, não seria possível aferir os porquês desse perfil altamente femininizado. Poderíamos, porém, lançar uma hipótese disciplinar segundo a qual esse perfil generificado pode ser compreendido em razão do caráter limítrofe ocupado pelos estudos de movimentos sociais na fronteira entre a Sociologia e a Ciência Política. Isto é, uma fronteira entre duas disciplinas nas quais a divisão sexual do trabalho intelectual é, respectivamente, fracamente demarcada e fortemente demarcada, de modo que o tema *movimentos sociais* ocuparia um lugar *menor* no espaço da produção e da reflexão politológicas, altamente masculinizado e, não raro, masculinista.

No seu todo, enfim, este capítulo mostrou alguns dos caminhos pelos quais nossas ciências sociais aprofundaram e complexificaram um movimento teórico que vinha, no Brasil, se desenhando, pelo menos, desde fins do regime autoritário quando a Sociologia, a Ciência

Política e, em particular, a Antropologia passaram a criticar categorias *macro* e a seguir atores e atrizes em suas lutas e experiências. Mais que isso: mostrei também que os artigos das pesquisas aqui analisadas se situam num debate internacional mais amplo, frente ao qual autores e, sobretudo, autoras fizeram suas críticas e reservas, trazendo teorizações e inovações a partir daquelas experiências e personagens.

2. RECRUTAMENTO PARA AÇÕES DE ALTO CUSTO/RISCO E PROGRAMAS DE TRÂNSFERÊNCIA CONDICIONADA DE RENDA: O CASO DAS OCUPAÇÕES DE TERRA NO BRASIL

As ocupações de terra compõem o repertório de ação dos movimentos sociais que lutam pela profunda transformação da estrutura fundiária brasileira desde, pelo menos, o início dos anos 1960. Após o golpe de 1964, a repressão que se instaurou no país fez com que esta forma de ação deixasse de ser empregada, voltando a aparecer no cenário nacional somente no final dos anos 1970. Durante os anos 1990, as ocupações se tornaram a forma predominante de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras.

Contudo, a partir de 2005, quando o Programa Bolsa Família (PBF)¹³ se tornou uma das principais políticas sociais do Governo Federal brasileiro, o número de famílias engajadas nas ocupações de terra começou a declinar acentuadamente, caindo de 111.852 famílias, em 2004, para 2.163, em 2014. Este fenômeno ganhou considerável destaque público, mobilizando cientistas sociais, militantes de movimentos sociais e autoridades.

Para Gilmar Mauro, membro da direção nacional do MST, além da maior oferta de emprego no setor da construção civil ter desmobilizado moradores da periferia de grandes centros urbanos para participar das ocupações, o PBF gerou certa acomodação em grupos sociais potencialmente interessados em lutar pela reforma agrária (ARRUDA, 2011).

Segundo Bernardo Mançano Fernandes, professor de geografia da Universidade Estadual Paulista, este fenômeno ocorreu por três fatores: o aquecimento econômico do país, a baixa renda das famílias assentadas e as políticas compensatórias, como o PBF. A combinação de uma acentuada queda na renda dos agricultores familiares com o surgimento de empregos em outros setores da economia fez com que o desejo de conquistar um pedaço de terra diminuísse e, conseqüentemente, a luta pela terra se arrefecesse. De acordo com Fernandes, seria difícil supor que pessoas que passam a ter acesso a algum tipo de renda por meio de políticas compensatórias e que encontram oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos queiram enfrentar o “frio e a fome à beira de estrada” para conseguir um lote de terra (FERNANDES, 2011).

¹³ O PBF é uma política de transferência condicionada de renda que visa combater a pobreza e a desigualdade no Brasil. Ele foi criado em 2003 e possui dois principais eixos de atuação: 1) complementa a renda, pois as famílias beneficiárias recebem um dinheiro mensal diretamente do governo federal; e 2) possibilita o acesso a direitos, pois as famílias beneficiárias devem cumprir algumas condicionalidades, que têm como compromisso reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social.

Numa matéria publicada, em 2007, pela *Folha de S. Paulo* (FSP), os entrevistados listados abaixo afirmaram que o PBF foi um dos principais responsáveis pela redução da participação das famílias nas ocupações. Plínio de Arruda Sampaio, coordenador do II Plano Nacional de Reforma Agrária, disse haver fortes indícios que o PBF tirou a combatividade das pessoas para lutar pela reforma agrária, sendo este, o efeito mais perverso do programa. Já para Dom Tomás Balduino, ex-presidente da CPT, o programa arrefeceu a luta dos sem-terra e as ocupações só se mantiveram onde havia “consciência política”. Segundo Maria Cecília Turatti, autora de “Os Filhos da Lona Preta”, dissertação defendida no departamento de antropologia da Universidade de São Paulo, “certamente as periferias das cidades são um importante bolsão de arregimentação de acampados e um incremento da renda para a subsistência pode sim contribuir para desmotivar o cidadão a escolher viver sob as duras condições impostas num acampamento”, mas, segundo ela, esta hipótese deve ser verificada por meio de pesquisas apropriadas (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

Entretanto, apesar de diversos especialistas considerarem a expansão do PBF um fator relevante para explicar a redução do número de famílias nas ocupações, nenhuma pesquisa foi feita para verificar a existência de uma relação entre essas duas variáveis. Alguns artigos até chegaram a estabelecer tal relação, atribuindo ao PBF parte da responsabilidade por tal redução, além do arrefecimento da luta pela reforma agrária, mas sem apresentar análises empíricas que apoiassem tal afirmação (HALL, 2008; GIRARDI; ROSSETTO; PEREIRA, 2013; CLEPS Jr. et. al., 2014; VINHA; GIRARDI, 2014; SAUER; MÉSZÁROS, 2017).

Apenas Fernandes (2008), que afirmou que o PBF diminuiu “o poder de pressão dos movimentos organizados” para lutar pela reforma agrária, apresentou em seu artigo dados como conversas com lideranças de movimentos sociais e matérias jornalísticas, algumas, inclusive, supracitadas. Mas, apesar das lideranças de movimentos serem uma fonte de informação importante, considerando que são elas as principais responsáveis em mobilizar famílias para participar das ocupações, o autor não realizou nenhuma análise mais abrangente que corroborasse esta tese.

Outra carência importante encontrada nos trabalhos citados diz respeito à falta de diálogo com a extensa literatura existente sobre engajamento/recrutamento¹⁴ para ações coletivas. Se o objetivo dos autores – ou, pelo menos, um dos objetivos – era compreender a

¹⁴ A maioria dos trabalhos que pesquisaram essa questão utilizou o termo “recrutamento”, que parte da perspectiva dos movimentos que recrutam. Mas, como existe a perspectiva de quem se “engaja” na ação, de maneira ativa, ao contrário de passiva, trabalharei como os dois termos “engajamento/recrutamento”.

redução do engajamento/recrutamento das famílias para participar das ocupações, seria pertinente dialogar com esta bibliografia.

Desta maneira, buscarei nesse capítulo explicar os motivos para redução do engajamento/recrutamento das famílias nas ocupações de terra, dedicando uma atenção especial ao papel desempenhado pelo PBF para tal redução, e demonstrar que este caso específico contribui para esclarecer algumas questões presentes no debate sobre a dinâmica de engajamento/recrutamento para ações coletivas.

O capítulo está dividido em cinco seções. Na primeira, apresentarei o debate teórico sobre engajamento/recrutamento para ações coletivas. Na segunda, discutirei a dinâmica das ocupações de terra realizadas no Brasil, em diálogo com a literatura tratada na seção anterior. Na terceira, exporei o conjunto de dados que foram analisados, as hipóteses das quais parti, assim como a metodologia empregada para testá-las. Na quarta, tratarei dos resultados encontrados. Por fim, na quinta seção, farei uma breve conclusão.

2.1 Debate Teórico

A compreensão das dinâmicas de engajamento/recrutamento para ação coletiva fomentou um dos principais debates nos estudos sobre movimentos sociais. Diversas pesquisas, que foram empreendidas a partir da análise de diferentes casos, apresentaram uma série de fatores importantes para explicar a participação nestas ações, tais como: disponibilidade biográfica, afinidade ideológica, redes de relações, incentivos coletivos e seletivos, percepção dos custos e benefícios de participar ou não da ação, entre outros.

A disponibilidade biográfica se refere à ausência de constrangimentos pessoais que podem dificultar a participação dos indivíduos nas ações coletivas, como possuir empregos com horários flexíveis, não ser casado ou não ter filhos muito novos, não ser financeiramente dependente de pais contrários à participação em movimento sociais etc.

Os resultados das pesquisas que empregaram esta variável para compreender o engajamento/recrutamento mostraram-se divergentes. McAdam (1986, p. 87), por exemplo, concluiu que a disponibilidade biográfica foi necessária, mas não suficiente para determinar a participação dos indivíduos no *Mississippi Freedom Summer project*¹⁵. Em outro estudo, McAdam e Wiltfang (1991, p. 997) constaram que aqueles que não possuíam filhos ou que nunca haviam sido casados apresentaram maior suscetibilidade em participar do *Sanctuary*

¹⁵ *Mississippi Freedom Summer project* foi uma campanha de solidariedade que levou, durante o verão de 1964, centenas de estudantes universitários do norte dos Estados Unidos ao estado do sul do país, chamado Mississippi, para ajudar os negros a exercerem seus direitos civis (MCADAM, 1986, p. 71).

*Movement*¹⁶. Contudo, Nepstad e Smith (1999, p. 34), em suas pesquisas sobre o *Nicaragua Exchange*¹⁷, não acharam uma influência significativa da disponibilidade biográfica para explicar a engajamento/recrutamento.

Outro fator que aparece em vários trabalhos com terminologias distintas e com pequenas variações na definição é a afinidade ideológica. Walsh e Warland (1983, p. 765-766) ressaltaram que as privações repentinas impostas aos indivíduos poderiam se desdobrar em protestos a depender das *ideias e atitudes individuais*. Já Snow et. al. (1986, p. 464) trabalharam com a noção de *alinhamento de enquadramento*, que quer dizer a congruência e a complementaridade entre o conjunto de interesses, valores e crenças individuais e as atividades, os objetivos e as ideologias dos movimentos sociais. McAdam (1986, p. 71), se contrapondo aos autores que questionaram a relevância da *afinidade atitudinal* a partir da análise da participação de indivíduos em ações de baixo custo/risco¹⁸, afirmou que o profundo comprometimento com a ideologia e os objetivos dos movimentos é fundamental para entender a participação em ações de alto custo/risco. Segundo Klandermans e Oegema (1987), aqueles que assumem uma *posição positiva* em relação a determinados movimentos sociais apresentam um “potencial de mobilização”, assim como Andretta e della Porta (2015, p. 54), que apontaram que a *consciência de ser parte de um coletivo* facilita a participação política.

No entanto, alguns autores destacaram uma questão de grande importância, sobretudo para o presente trabalho, como ficará claro mais à frente. Loveman (1998, p. 482), buscando entender a participação em Organizações de Direitos Humanos durante as ditaduras argentinas, chilenas e uruguaias, enfatizou a necessidade de incluir, na análise, a identificação dos indivíduos com os objetivos e ideologias das organizações, mas questionou, mencionando outras pesquisas, até que ponto a identidade explica ou é explicada pela participação nos movimentos. Kim e Bearman (1997, p. 74) levaram este questionamento mais a sério, ao afirmarem que a participação em movimentos sociais leva os indivíduos a descobrirem que são

¹⁶ O *Sanctuary Movement* foi um movimento político-religioso localizado em alguns dos estados dos Estados Unidos que fazem fronteira com o México (ex. Arizona, Novo México e Texas), cujo objetivo era ajudar imigrantes da América Central (MCADAM; WILTFANG, 1991, p. 990).

¹⁷ *Nicaragua Exchange* foi uma campanha de solidariedade que enviou, entre 1983 e 1987, aproximadamente 1.500 cidadãos estadunidenses a Nicarágua para ajudar o governo revolucionário do país no conflito contra os chamados Contra, grupo antirrevolucionário que contava com o apoio do governo dos Estados Unidos (NEPSTAD; SMITH, 1999, p. 26).

¹⁸ O “custo” refere-se ao gasto de tempo, dinheiro, energia, em suma, ao gasto de recursos exigidos para as pessoas se engajarem em determinadas ações. Já o “risco” refere-se aos perigos esperados pelas pessoas ao se engajarem em determinadas ações (ser preso, assassinado, demitido etc.), sendo, portanto, um possível “custo” futuro. Enquanto o “custo” está sob o controle daqueles que participam das ações, o “risco” depende das respostas dadas por outros atores às ações. Como o “risco” abrange as expectativas das pessoas, para uma melhor compreensão desta noção, faz-se necessário analisar as definições subjetivas de “risco” associadas aos “riscos” objetivos (MCADAM; WILTFANG, 1991, p. 989-990).

ativistas e que a identidade como ativista e o interesse em um movimento são produzidos ou fortalecidos dentro das redes de relações compostas por outros ativistas, argumento também defendido por McAdam e Paulsen (1993, p. 663).

Talvez o fator que recebeu maior atenção dos autores tenha sido a rede de relações sociais, que também foi trabalhada com algumas variações. Para McAdam (1986, p. 70-71), estar inserido em *redes ativistas*, isto é, ter tido um contato prévio com *agentes de recrutamento*, é uma das principais características do perfil dos participantes em ações de alto custo/risco.

McAdam (1986, p. 76-77) identificou três tipos de contatos prévios. *Afiliação com organizações*: indivíduos que entram em contato com movimentos por já fazerem parte de outras organizações ou um movimento que é criado a partir da união de vários grupos. *Contatos prévios com outros participantes*: indivíduos que entram em contato com um ativista importante durante o processo de recrutamento. *Contatos prévios com o cotidiano interno dos movimentos*: indivíduos que têm a oportunidade de conhecer o cotidiano interno de determinado movimento social.

Della Porta (1988), em seu estudo sobre o engajamento/recrutamento para organizações clandestinas italianas, destacou a importância das *redes afetivas*, composta por amigos e parentes, pois tais redes geram o desejo por parte daqueles que não participam das organizações em querer demonstrar solidariedade com os que participam, além de oferecerem meios de lealdade.

Nepstad e Smith (1999, p. 36) fizeram uma diferenciação importante, entre *laços pessoais* e *organizacionais* de relação. No caso que eles estudaram, os *laços organizacionais* foram importantes para difusão do projeto *Nicaragua Exchange's*, mas, após a divulgação do projeto, não se apresentou como um fator de diferenciação entre brigadistas e os que desistiram de participar. Já os *laços pessoais* foram decisivos durante o processo de recrutamento, mas não na difusão do projeto para uma população mais ampla.

Klandermans e Oegema (1987) expandiram a definição de redes, mostrando a importância das *redes de recrutamento* para participação em movimentos sociais. De acordo com os autores, as pessoas fazem parte das redes de recrutamento por meio da grande mídia, de emails diretos, dos laços organizacionais, dos laços de amizade etc. Ou seja, qualquer fonte de informação dos movimentos sociais, seja ela direta ou indireta, faz parte das redes de recrutamento. Snow et. al. (1980) também trabalham com esta distinção, definindo quatro *canais microestruturais de relação* com base na combinação de quatro condições de comunicação: 1) comunicação face-a-face feita por canais públicos; 2) comunicação face-a-

face feita por canais privados; 3) comunicação mediada feita por canais públicos; 4) comunicação mediada feita por canais privadas.

Alguns autores fizeram críticas importantes ao emprego da noção de redes de relação no estudo de engajamento/recrutamento para ações coletivas. Gould (1991, p. 716), por exemplo, afirmou que os *efeitos das redes de relação*, nos trabalhos que empregam tal noção, foram, com frequência, tratados como contagem de laços sociais, ou seja, as redes de relação foram analisadas apenas no nível individual como número de pessoas com que cada indivíduo possui contato. Assim, ele procurou demonstrar que os efeitos das redes de relação dependem da forma na qual estas relações são estruturadas. Kitts (2000, p. 242), observando uma questão de grande relevância que foi negligenciada por parte considerável dos trabalhos que empregaram tal noção, lembrou que nem todas as relações sociais apoiam o ativismo, mas algumas, ao contrário, chegam a desencorajar a participação ou competir com o tempo ou outros recursos dos indivíduos. Ademais, nem todos os laços são avaliados positivamente, isto é, algumas pessoas podem ignorar ou mesmo se rebelar contra alguns agentes que tentem influenciá-las. Por último, Jasper e Poulsen (1995, p. 494), apesar de não descartarem a relevância das redes de relação para explicar a participação em movimentos sociais, ressaltaram que tais redes são exigidas em todas as ações coletivas, pois o fato de serem coletivas pressupõe a existência de redes de relações sociais.

Finalmente, os últimos fatores que serão tratados aqui são comumente associados à teoria da escolha racional, sendo eles: os incentivos coletivos e seletivos, a percepção dos custos e benefícios de participar ou não da ação e a expectativa.

Os autores que trabalham com estes fatores costumaram realizar uma distinção entre incentivos coletivos e seletivos. O primeiro diz respeito aos incentivos produzidos por todos os bens que, uma vez conquistado por alguns indivíduos numa coletividade, são automaticamente disponibilizados para o consumo de todos os indivíduos desta coletividade. O segundo se refere aos bens que são dados apenas aos indivíduos que, trabalhando em função dos interesses coletivos, participam da ação (WALSH; WARLAND, 1983, p. 764), podendo ser bens simbólicos ou materiais (OPP, 1986, p. 88).

Esta distinção gerou o seguinte problema teórico: se os indivíduos que não participam da ação coletiva também são beneficiados pelos seus resultados positivos, caso esta seja bem sucedida e vise unicamente bens coletivos, nenhum deles se interessará em participar da ação para não precisar arcar com seus custos e riscos, preferindo ficar na posição do “carona”, ou seja, preferindo ficar na posição daquele que não se envolve e, mesmo assim, desfruta dos

resultados positivos, caso eles ocorram. Deste modo, os incentivos seletivos seriam mais propícios para explicar a participação dos indivíduos em ações coletivas.

Müller e Opp (1986), contrariando os modelos convencionais de escolha racional que procuraram explicar a participação em rebeliões, afirmaram que os bens coletivos são mais importantes para determinar a participação. Os autores buscaram solucionar o *problema do carona* assumindo que os “cidadãos médios” adotam uma concepção coletivista de racionalidade ao reconhecer que a individualidade racional é coletivamente irracional, pois, ao assumir a postura do carona, eles reduzem a chance de sucesso da rebelião¹⁹. Klandermans e Oegema (1987, p. 528-529) também afirmaram, com base na análise do movimento pacifista holandês, que os incentivos coletivos foram mais importantes que os seletivos em determinar a participação dos indivíduos.

Na perspectiva da escolha racional, a participação é vista como uma decisão racional de indivíduos baseada na percepção de custos e benefícios de participar ou não da ação. Para construção desta percepção os indivíduos levam em consideração a suas expectativas de sucesso ou fracasso e o valor do resultado esperado. Esses dois fatores apresentam estreita relação, pois, mesmo se o valor dos resultados esperados for alto, os indivíduos não participarão da ação se a expectativa de sucesso for baixa. A expectativa, por sua vez, é construída com base em experiências, ou seja, espera-se determinado desfecho de acordo com os resultados passados (KLANDERMANS, 1984, p. 584).

Mas, apesar de as percepções serem individuais, elas são influenciadas por terceiros, sejam eles contrários ou favoráveis à ação, demonstrando a importância da *persuasão* para a mobilização (KLANDERMANS, 1984, p. 597). Como notou Della Porta (1988, p. 156), existe um forte caráter subjetivo nos pressupostos da escolha racional, pois tanto a definição de custos e benefícios quanto a expectativa de sucesso ou fracasso dependem das percepções dos indivíduos, mas, diferentemente da autora, acredito que os custos e benefícios, assim como a expectativa, podem ser objetivamente definidos, ao menos, de maneira aproximada.

Vale dizer que diversas pesquisas ignoraram completamente estes fatores ou se dedicaram a questionar suas relevâncias para explicar a participação dos indivíduos nas ações coletivas, sendo algumas das críticas bastante pertinentes. Contudo, como buscarei demonstrar,

¹⁹ Um dos problemas deste artigo é que os autores trabalham com uma definição muito ampla de “rebelião”, compreendendo ações assaz distintas, como greves; recusa em pagar impostos; tomadas de fábricas, escritórios e outros prédios; confronto com policiais em manifestações; tomadas de governo por meios violentos (MULLER; OPP, 1986, p. 476).

tais fatores são fundamentais para compreender o processo de engajamento/recrutamento das famílias para participar das ocupações de terra no Brasil.

2.2 Dinâmica das ocupações de terra

As ocupações de terra vêm sendo realizadas há mais de quatro décadas, por centenas de milhares de famílias, em todas as regiões do país. Porém, independentemente da enorme quantidade de ações e de participantes, é possível afirmar, com base nos estudos que se propuseram a analisar esta forma de ação, que elas possuem uma dinâmica hegemônica.

As ocupações não nascem de uma aglutinação espontânea de famílias que anseiam por um pedaço de terra. Ao contrário, elas são planejadas e promovidas por organizações de movimentos sociais, como o MST, a CPT, a CONTAG, entre tantas outras. Estas organizações criam a demanda por terra, mobilizando as pessoas para realizar as ocupações, comandando a formação de acampamentos nas propriedades ocupadas e, em seguida, apresentando-se perante o Estado como representantes dos acampados para reivindicar a desapropriação e redistribuição da terra em questão, alegando o não cumprimento de sua função social²⁰ (SIGAUD et. al., 2008, p. 108).

Após o pedido de desapropriação, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) principal órgão responsável por desapropriar e redistribuir as terras – envia uma equipe de técnicos à propriedade para vistoriá-la. Se constatada a improdutividade, o INCRA dá andamento ao processo, enviando a documentação a Brasília, onde fica localizado o seu escritório nacional, que a submete ao Presidente da República, cabendo a ele assinar o decreto de desapropriação (SIGAUD, 2005, p. 268).

As organizações de movimentos sociais que empregam as ocupações de terra costumam respeitar os limites legais, só ocupando imóveis considerados improdutivos e, portanto, passíveis de desapropriação. O INCRA, por sua vez, legitima as ações das organizações, desapropriando, na maioria das vezes, apenas as propriedades que sofrem as ocupações e as redistribuindo somente para os acampados²¹ (SIGAUD et. al., 2006, p. 62), mostrando, como

²⁰ A Constituição Federal brasileira prevê, em seu Art. 184, que o Estado pode desapropriar por interesse social a propriedade rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em Títulos da Dívida Agrária. Em 1993, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 8.629 que regulamenta o conceito de “função social”, definindo a improdutividade, calculada a partir de indicadores técnicos, como um dos critérios para caracterizar o seu não cumprimento.

²¹ “A categoria ‘acampado’ figura com o código 09 do item 05 do formulário para seleção de candidatos aos assentamentos, que trata da história ocupacional do chefe da família. Cf. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. *Informações para seleção de candidatos, s/d*” (SIGAUD, 2000, p. 81).

assinalou José de Souza Martins (2011), que a luta pela reforma agrária no Brasil é marcada por um intenso legalismo.

2.2.1 Militância e Base

Para compreender o processo de engajamento/recrutamento das famílias para participar das ocupações de terra, faz-se necessário realizar uma distinção entre *militância* e *base*.

A militância é composta por aqueles que integram os quadros das organizações de movimentos sociais, se identificando com seus objetivos e ideologias. Os militantes, como são chamados, passam por processos de formação, possuem experiências prévias de ativismo e se responsabilizam, no caso estudado, em promover as ocupações de terra. Além disso, muito dos militantes recebem ajuda de custo para organizar e participar das atividades dos movimentos sociais, sendo, portanto, profissionais (MACEDO, 2005, p. 492). Nestes casos, o próprio engajamento nas organizações gera a disponibilidade biográfica para a atuação.

A base, no caso das ocupações, é composta, em grande medida, por pessoas pauperizadas que se encontram em situações de penúria e que, por isso, decidem participar das ocupações para conquistar um pedaço de terra com o intuito de “melhorar de vida” (LOERA, 2006, p. 40). Parte das pessoas que compõe a base dos movimentos sociais não possui uma experiência prévia de ativismo e não se identifica, necessariamente, com os objetivos e ideologias das organizações. Algumas possuem até certo receito de participar das ações por considerá-las “erradas”, só sendo convencidas do contrário depois de um intenso trabalho de persuasão feito, na maioria das vezes, pelos próprios militantes (FERNANDES, 2001, p. 5).

Os militantes se engajam nos movimentos com intuito de defender a pauta da reforma agrária e fortalecer as suas organizações. De modo mais geral, eles procuram contribuir para a realização de projetos que visam transformar profundamente a sociedade. Já as famílias que compõem a base dos movimentos participam das ocupações para conquistar um pedaço de terra, com intuito de “trabalhar só para si e não para o patrão”, com o objetivo de “melhorar de vida”. Muitas vezes, o engajamento nestas ações é visto como uma solução ao desemprego, como um modo de superar situações de extrema penúria (LOERA, 2006, p. 39).

O engajamento da base nas ocupações é, na maioria das vezes, uma estratégia familiar²² e não individual. O membro desempregado da família participa da ocupação e vive o cotidiano do acampamento enquanto o outro trabalha em empregos que exigem baixa qualificação. Ou, quando todos se encontram desempregados, um participa da ocupação enquanto o outro procura

²² Neste caso, familiar diz respeito à família nuclear.

emprego. Também é comum os filhos morarem nos acampamentos e frequentarem escolas próximas à área ocupada ou, mesmo, frequentarem escolas construídas pelas organizações no próprio acampamento. Desta forma, a disponibilidade biográfica se mostra necessária, mas não suficiente para explicar a participação em ocupações, pois existem várias famílias com membros desempregados que não se engajam nestas ações (SIGAUD et. al., 2008, p. 110).

A ideia de que os participantes de uma ocupação são membros da organização que promove a ação é uma das pré-noções disseminadas pela grande mídia, em diversos casos, para difamar a organização, ou uma estratégia utilizada pela própria organização para demonstrar força. Contudo, aqueles que buscam entender a dinâmica das ocupações não podem deixar de distinguir estes grupos: militância e base.

2.2.2 Mobilização e Acampamento

As ocupações de terra começam a ser planejadas bem antes de elas ocorrerem. Em primeiro lugar, são identificadas as áreas improdutivas, assim como suas situações jurídicas (MACEDO, 2005, p. 486). Em alguns casos, quando, por exemplo, as ocupações ocorrem em fazendas que entram em estado de falência e deixam de pagar seus empregados, a procura por áreas improdutivas se faz desnecessária (SIGAUD et. al., 2008).

Após a identificação das áreas a serem ocupadas, começa o processo de mobilização das famílias que participarão das ocupações e a organização da ação. No processo de mobilização, as redes pessoais e os agentes de recrutamento cumprem um papel fundamental. Muitos participantes ficam sabendo das reuniões preparatórias para ocupação por meio de parentes, amigos, vizinhos e conhecidos (MACEDO, 2005, p. 478). Ademais, a proximidade afetiva e a confiança naqueles que convidam para as reuniões são importantes para diminuir o medo e o receio de participar deste tipo de ação (FERNANDES, 2001, p. 5; SIGAUD, 2005, p. 265-166). Os agentes de recrutamento, que são, na maioria das vezes, os próprios militantes, visitam as periferias das cidades próximas às propriedades a serem ocupadas convidando as famílias para a reunião preparatória (ROSA, 2004, p. 481). Este trabalho de convocação é chamado, pelos militantes, de “trabalho de base” e as reuniões preparatórias de “reuniões de frente de massa” (MACEDO, 2005, p. 481).

Em alguns casos, sobretudo quando as ocupações que estão sendo organizadas são precedidas por outras que conquistaram a redistribuição da terra, as famílias são mobilizadas por meio de matérias de rádios e jornais, que servem como redes indiretas de recrutamento. O fato de as matérias divulgarem que terras foram desapropriadas e redistribuídas faz com que as

pessoas se dirijam aos locais onde ocorrerão as novas ações ou onde já existem acampamentos montados (SIGAUD et. al., 2008, p. 118).

As reuniões preparatórias são realizadas, com frequência, em igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, escolas e moradias de apoiadores (FERNANDES, 2001, p. 3), podendo ocorrer durante meses (MACEDO, 2005, p. 477). Nelas, os militantes apresentam os objetivos, as histórias e as próprias formas de ação das organizações. Desde modo, as reuniões preparatórias representam, para muitos, a primeira experiência de participação num espaço de ativismo, assim como o início da construção de um comprometimento da base com a ideologia e os objetivos da organização. Portanto, no caso estudado, a chamada afinidade ideológica da base com a organização ocorre ao longo da preparação e execução das ocupações.

Os militantes também aproveitam para apontar os possíveis percalços no acampamento, que, muitas vezes, levam as famílias a desistir durante a reunião ou no próprio acampamento, além de lembrar o que cada participante precisa levar no dia da ocupação – lona para montar a barraca, suprimentos alimentares não-perecíveis, instrumentos de trabalhos agrícolas, assim como utensílios básicos de higiene e saúde. Por questões de segurança, as informações sobre o local e a data da ação são passadas para os participantes apenas momentos antes da ocupação (MACEDO, 2005, p. 481).

Estas reuniões preparatórias também produzem a socialização entre as famílias e a integração entre base e militância, provocando entre os participantes uma consciência de ser parte de um coletivo. Macedo (2005, p. 488) percebeu em sua pesquisa que existia uma relação positiva entre o número de reuniões frequentadas pelos participantes e o tempo de permanência no acampamento, visto que muitas pessoas desistem.

Assim que a ocupação da terra acontece, o acampamento é montando com a construção das barracas de lonas pretas e o hasteamento, em um mastro elevado, da bandeira da organização que promove a ação, de modo a ficar visível para todos que passam perto do acampamento. As barracas são organizadas de maneira a criar ruas. Existem regras de convivência que devem ser cumpridas por todas as famílias, sob o risco de serem expulsas. Os participantes são divididos em comissões de trabalho, como a comissão de segurança, que protege o acampamento, sobretudo, à noite e nos primeiros dias; de alimentação, que administra o estoque de alimentos e fica responsável em buscar mais, caso acabe; de limpeza, que limpa a área pública; entre outras (SIGAUD, 2005, p. 258).

Além disso, os acampados se comunicam por meio de um vocabulário próprio associado às ocupações. Por exemplo: se diz *ocupar*, pois o termo invadir costuma ser empregado por atores contrários às ocupações; quando famílias chegam após a ocupação com intuito de *entrar*

no acampamento, elas perguntam ao coordenador responsável se há *vaga*; havendo, elas se instalam no acampamento para viver *debaixo da lona preta*, maneira, frequentemente, utilizada para descrever a vida de um acampado, sinalizando uma situação de sujeição às intempéries, como chuva, calor, frio, violência, entre outras condições difíceis (SIGAUD, 2005, p. 259-260). No momento que os participantes se instalam no acampamento, eles passam a ser identificados e a se identificar como sem-terra (SIGAUD, 2005, p. 271), não significando, todavia, uma filiação como militante das organizações. Contudo, estas aproveitam para arregimentar os participantes, sobretudo os mais jovens, que demonstram maior interesse e afinidade ideológica com a organização (SIGAUD, 2000, p. 84).

A dinâmica apresentada acima conforma uma *performance* que é prontamente entendida por diferentes interlocutores. Ao se ocupar uma propriedade e se instalar um acampamento, o Estado reconhece que os participantes estão reivindicando a desapropriação e redistribuição das terras em questão; o proprietário da fazenda ocupada também reconhece que sua propriedade pode ser desapropriada, tomando, assim, as medidas necessárias para pôr fim ao acampamento, e o grande público reconhece que existe uma disputa por terra (SIGAUD et. al., 2008, p. 108).

2.2.3 Comportamento da base

Na maioria das ocupações de terra, o número de famílias foi maior do que o de militantes. Em momentos propícios, não foram raras as vezes que menos de dez militantes mobilizaram centenas de famílias. Por isso, para compreender a redução do número de famílias nas ocupações, assim, como o processo de engajamento/recrutamento para esta forma de ação, faz-se necessário entender, sobretudo, o comportamento da base.

Como vimos acima, a identificação ideológica com os objetivos mais gerais das organizações que promovem as ações não explica o engajamento da base nas ocupações. Neste tipo de ação, a base decide se engajar a partir de cálculos racionais baseados em percepções de custos e benefícios. As famílias participam das ocupações com o intuito de conquistar um lote de terra. Diferentemente da militância que organiza as ações visando conquistar bens coletivos, como a reforma agrária ou mesmo a revolução social, a base participa das ocupações motivadas por incentivos seletivos. Considerando que as famílias que acampam possuem prioridade no momento de distribuição da terra, no caso das ocupações, não existe o problema do “carona”. Para se beneficiar da ação, é necessário participar dela (SIGAUD, 2005, p. 270; HIDALGO et. al., 2010, p. 507).

Se há uma crença compartilhada pelas famílias que se envolvem nas ocupações de terra, esta crença é que, uma vez acampadas, elas podem, num curto prazo, melhorar suas condições

de vida, lembrando que, em parte considerável dos casos, as famílias encontram-se em situações de extrema penúria.

Numa pesquisa sobre as condições socioculturais que levam ao engajamento em ações do MST, constatou-se, com base em indicadores econômicos, que as famílias que participam das ações se encontram entre as camadas sociais mais pobres do campo. A tendência ao empobrecimento dificilmente mostra-se reversível por meio das estratégias habituais empregadas por estas famílias, fazendo com que a indigência e a miséria sejam, para elas, uma realidade próxima (GAIGER, 1999, p. 72).

Soma-se à situação de privação material, o sentimento de injustiça, que é reforçado pelos militantes durante as reuniões preparatórias. Muitas famílias percebem que não é por falta de terra ou por falta de esforço pessoal que elas se encontram nesta situação. Com frequência, este sentimento de injustiça produz uma atitude de abertura aos discursos que estimulam a participação; produz uma disponibilidade maior à mobilização (GAIGER, 1999, p. 75).

Diante da falta de alternativas, a ocupação de terra aparece como uma forma possível de melhorar de vida (SIGAUD et. al., 2006, p. 58-59). Apesar do custo de participar ser sempre alto, considerando que os acampados são sujeitos a uma série de intempéries como chuva, calor, frio, falta d'água e comida etc., em situações de extrema penúria, o custo de *não* participar também se mostra alto, pois as famílias também são sujeitas as mesmas adversidades. Desta maneira, o benefício de se engajar nas ações tende a aumentar junto com o aumento da gravidade da situação de penúria. Em outras palavras, a valorização atribuída ao resultado esperado da ação, ou seja, a valorização atribuída à conquista da terra tende a aumentar à medida que a situação de penúria se agrava.

Além disso, o fato de o Estado desapropriar e redistribuir as propriedades ocupadas legitima esta forma de ação e aumenta a expectativa das famílias de conquistar um pedaço de terra (SIGAUD, 2005, p. 271; SIGAUD et. al., 2008, p. 124; ALBERTUS et. al., 2016, p. 27). As famílias, ao perceberem que os resultados das ocupações precedentes foram positivos, se sentem mais incentivadas em se engajar em novas ações. Em suma, quanto mais o Estado atende aos acampados através da criação de assentamentos, mais as famílias se sentem estimuladas a participar das ocupações. A passagem abaixo, escrita a partir do trabalho de campo desenvolvido por Sigaud et. al. durante a década de 1990, na Zona da Mata pernambucana, ilustra bem esta relação:

Alguns participantes daquela ocupação contam que no início poucos iam às reuniões preparatórias, pois desconfiavam do que lhes era dito e temiam o que lhes pudesse vir a acontecer. Progressivamente o grupo foi aumentando. [...] Quando, a partir de 1993,

o Incra começou a desapropriar as terras ocupadas, a crença ganhou força e solidez – as pessoas passaram a ter menos medo e menos dúvidas a respeito da pertinência de entrar nas terras (SIGAUD, 2005, p. 265-266).

Entretanto, os fatores subjetivos, abordados aqui por meio de noções como *percepções* de custo e benefício, *valorização* atribuída ao resultado da ação e *expectativas*, precisam ser analisados em consonância com fatores objetivos. O próprio fato de o Estado realizar políticas de criação de assentamentos é um fator objetivo que produz efeitos subjetivos entre aqueles que participam das ocupações. Mas, além deste, existem outros fatores que devem ser levados em consideração.

2.3 Fatores políticos

Por visarem a desapropriação e redistribuição das terras e por serem encabeçadas por organizações de movimentos sociais que buscam transformar radicalmente a estrutura fundiária brasileira, as ocupações enfrentam resistência dos grandes proprietários rurais. Estes tentam de diferentes formas, que vão desde a judicialização do conflito até o uso da violência contra os participantes e apoiadores das ações, impedir que as ocupações sejam bem sucedidas e disseminadas.

Além disso, como apontei acima, a desapropriação do imóvel ocupado é realizada com base no argumento legal do não cumprimento de sua função social, sendo a improdutividade o principal elemento para atestar o não cumprimento. Portanto, em períodos de aquecimento do mercado de *commodities* e, conseqüentemente, de aumento da produção agropecuária, as organizações encontram mais dificuldade de encontrar terras improdutivas. Como constataram Hidalgo et. al. (2010), as quedas na produção agropecuária tendem a aumentar o número de ocupações de terra e o número de famílias que se engajam nessas ações.

Nesses períodos, os grandes proprietários rurais também costumam apresentar um poder maior para influenciar as agendas políticas governamentais, impedindo ou dificultando, entre outras medidas, que novos assentamentos sejam criados, e, portanto, que as ocupações sejam legitimadas pelo Estado. Albertus et. al. (2016) constataram em suas análises que um maior nível de organização política dos grandes proprietários rurais²³ tende a dificultar a realização de novas ocupações em seus municípios.

²³ O nível de organização política foi medido pelos autores através de três variáveis: 1) desigualdade fundiária dos municípios, sendo uma maior concentração de terra uma evidência de maior organização política; 2) a capacidade de empregar a violência contra participantes e apoiadores das ocupações, sendo o maior número de homicídios contra estas pessoas uma demonstração de maior organização política; e 3) a conexão política dos

Outro fator importante que influi na dinâmica das ocupações e que também ocorre por consequência do aquecimento do mercado de *commodities* é o aumento do valor da terra. Como os proprietários que sofrem com a desapropriação são indenizados com o Título da Dívida Agrária (TDA), que possui valor de mercado, quanto maior o valor da terra, mais custoso se torna a política de criação de assentamentos (SAUER; MÉSZÁROS, 2017, p. 402).

Já nos períodos de declínio do mercado de *commodities*, ocorre o inverso. Mais imóveis rurais se tornam improdutivos, os grandes proprietários rurais perdem poder político e o valor da terra diminui, estagna ou deixa de crescer acentuadamente. Existiram alguns casos raros, mas ilustrativos, em que os próprios proprietários incentivaram as ocupações de suas terras para receber a indenização e, com ela, sanar dívidas e realizar investimentos em outras áreas (SIGAUD et. al., 2006, p. 36).

Todos os fatores apresentados acima demonstram que a dinâmica das ocupações de terra – compreendida a partir da perspectiva de quem participa das ações – é determinada pela interação entre fatores subjetivos e objetivos, sendo necessário, para explicar os motivos para redução do engajamento/recrutamento para as ocupações, levar em consideração essas duas dimensões.

2.4 Dados, hipóteses e metodologia

Para realizar uma análise empírica com base na dinâmica que foi exposta acima, os diferentes fatores apontados como determinantes para o engajamento/recrutamento das famílias para as ocupações precisam ser traduzidos em variáveis analíticas. Para tal, elaborei um banco de dados agregado no nível município-ano, que compreende os municípios brasileiros, entre 2004 e 2014, cujas variáveis com suas respectivas estatísticas descritivas encontram-se listadas na Tabela 9. O recorte temporal obedeceu à disponibilidade de dados sobre o PBF. Vale dizer que, diferentemente de grande parte dos trabalhos sobre engajamento/recrutamento para ações coletivas, não analisei os dados a partir do nível individual. Contudo, acredito que as variáveis escolhidas, mesmo agregadas, servem como bons indicadores para testar as nossas hipóteses, mas, desde já, alerta que os resultados encontrados devem ser interpretados com cautela para não se incorrer no problema conhecido como falácia ecológica²⁴.

proprietários com parlamentares da bancada ruralista, sendo uma maior conexão uma expressão de maior organização.

²⁴ Para mais informações sobre o problema da falácia ecológica, ver Robinson (1950).

Como *variável dependente*, usei o número de famílias que participaram das ocupações de terras. Estes dados foram tirados do DATALUTA, coordenado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos da Reforma Agrária (NERA), situado na Universidade Estadual Paulista. O DATALUTA sistematiza uma série de informações em escala nacional sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos sociais e estrutura fundiária²⁵.

Tabela 9 - Estatísticas Descritivas

Estatísticas	N	Média	Dev. Padrão	Min	Max
No. de Fam. nas Ocupa.	61.064	8,0	71,0	0,0	3.875,0
No de Ocupa.	61.064	0,1	0,5	0	22
Ocupa. (binária)	61.064	0,04	0,2	0	1
Cobertura PBF	61.064	0,4	0,3	0,0	13,0
No de Fam. PBF	61.064	2.099,1	6.619,4	0	378.987
No. de Fam. Assent.	61.064	5,9	87,1	0	7.318
No de Assent.	61.064	0,1	0,5	0	44
PIB (R\$ 1000,00)	61.064	439.912,1	6.855.015,0	5,1	942.059.340,0
Gini da Terra	61.064	0,7	0,1	0,01	1,0
População	61.064	33.788,4	199.138,6	792,0	11.581.203,0

Fonte: O autor, 2019.

Entre 2004 e 2014, aproximadamente 480 mil famílias participaram das 4.337 ocupações realizadas em todo Brasil, isto é, uma média de cerca de 100 famílias por ação. Os três estados que contaram com o engajamento do maior número de famílias e presenciaram uma maior quantidade de ocupações durante este período foram: Bahia, com aproximadamente 63 mil famílias e 464 ocupações; São Paulo, com cerca de 65 mil e 817 ocupações; e Pernambuco, com um pouco mais de 74 mil famílias e 600 ocupações. Ademais, vale notar que mais de 58 mil ou algo em torno de 96% de municípios-anos não presenciaram uma ocupação sequer.

Como *principal variável independente*, usei o grau de cobertura do PBF em relação à população dos municípios (MARQUES et. al., 2009), isto é, o número de famílias beneficiárias do PBF multiplicado por 4,4 – que corresponde ao tamanho médio das famílias pobres, em 2006, segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) –, dividido pela população total de cada município. Os dados sobre o PBF foram tirados da base do MDS e os dados sobre a população

²⁵ Para mais informações sobre o NERA e o DATALUTA, acessar: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>. Acesso em 15 set. 2017.

de cada município foram tirados do IBGE. Entre 2004 e 2014, o grau de cobertura do PBF dobrou, saindo de cerca de 15% para aproximadamente 30% da população brasileira. No mesmo período, o número de famílias beneficiárias pelo PBF mais que dobrou, partindo de aproximadamente seis milhões para quase 14 milhões em todo país.

Como disse, as ocupações de terra são vistas pela base como uma alternativa à indigência e à miséria. Desta maneira, a degradação das condições materiais de vida tende a produzir nas famílias uma disponibilidade maior à mobilização, pois elas passam a atribuir um valor maior à conquista da terra. Portanto, o benefício de se engajar nas ações tende a aumentar à medida que a situação de penúria se agrava e, ao contrário, quando surgem outros canais de melhora de vida, como, por exemplo, o PBF, o benefício de se engajar nas ocupações tende a diminuir. Traduzindo esta relação em termos de hipótese:

Hipótese1: *espera-se que o aumento do grau de cobertura do PBF esteja associado à redução do número de famílias engajadas nas ocupações de terra.*

Também analisei como *variável independente* o número de famílias assentadas pelo INCRA, cuja fonte foi a própria base de dados do instituto. Entre 2004 e 2014, foram assentadas mais de 360 mil famílias em 3.750 assentamentos, ou seja, uma média de um pouco menos de 100 famílias por assentamento, assim como a média do número de famílias que participaram de cada ocupação.

Contudo, diferentemente das ocupações, os assentamentos foram criados predominantemente no norte do país. Os três estados que presenciaram o maior número de famílias assentadas e de criação de assentamentos foram: Pará, com aproximadamente 138 mil famílias assentadas em 628 assentamentos; Amazonas, com um pouco mais de 35 mil famílias assentadas em 98 assentamentos; e Maranhão, com 34 mil famílias assentadas em 357 assentamentos. Curioso notar que no estado do Amazonas, apesar da grande quantidade de famílias assentadas, foram criados poucos assentamentos. O estado da Bahia, por exemplo, que contou com um pouco menos de 19 mil famílias assentadas, presenciou a criação de exatamente 357 assentamentos, assim como no Maranhão.

Como apontei acima, a criação de assentamentos, que demonstra a legitimação das ocupações por parte do Estado, aumenta a expectativa das famílias em adquirir um pedaço de terra, além de reduzir a desconfiança e o temor de participar deste tipo de ação. Assim, ao saberem através de parentes, amigos, notícias de jornal, entre outros meios, que as ocupações precedentes foram bem sucedidas, as famílias se sentem mais incentivadas a se engajar em novas ocupações. Esta relação pode ser expressa a partir da seguinte hipótese:

Hipótese2: *espera-se que o aumento do número de famílias assentadas esteja associado ao aumento do número de famílias engajadas nas ocupações de terra.*

De modo a verificar a robustez dos resultados, também estimei modelos usando como variável dependente uma variável dicotômica medindo a ausência (codificada como 0) ou a presença (codificada como 1) de ocupações nos municípios-anos (substituindo, assim, o número de famílias que participaram das ocupações); e assumindo como variáveis independentes o número de famílias beneficiárias do PBF (substituindo o grau de cobertura) e o número de assentamentos criados (substituindo o número de famílias assentadas). Os dados destas quatro variáveis foram tirados das mesmas fontes dos dados apresentados acima.

Como *variáveis de controle*, usei Produto Interno Bruto (PIB) municipal (em R\$ 1000,00) deflacionado, o Gini da terra e a população dos municípios. Os dados das três variáveis foram tirados de bases do IBGE. O PIB municipal foi empregado como variável de controle, pois o aumento da renda das famílias, que, de acordo com a *Hipótese1*, espera-se que esteja associado à redução das suas mobilizações para as ocupações de terra, pode ter advindo do crescimento econômico e não do PBF. O Gini da terra foi usado por representar um dos aspectos relacionados aos fatores políticos, isto é, por representar, em altos níveis de desigualdade, considerável poder por parte dos grandes proprietários de terra. Por último, a população foi assumida como variável de controle para facilitar a comparação entre municípios brasileiros que possuem acentuadas diferenças populacionais.

Com intuito de testar tais hipóteses, estimei uma série de modelos a partir de regressões binomial negativa, pois além da variável dependente ser de contagem, ela apresenta substancial dispersão dos dados, o que pode ser visto através de sua média e do seu desvio padrão, expostos na Tabela 9. Como a variável dependente também apresenta uma quantidade excessiva de zeros (visto que 96% de municípios-anos não presenciaram ocupações), de modo a verificar a robustez dos resultados, estimei regressões logísticas assumindo a variável binária que mede a ausência ou a presença de ocupações nos municípios-anos como variável dependente. Por conta de os dados estarem organizados em painel, todos os modelos foram estimados com efeitos fixo para os municípios-anos. Ademais, as variáveis número de famílias assentadas e número de assentamentos criados foram estimadas com uma defasagem de um ano.

2.5 Resultados

Quando comparamos as porcentagens de famílias que participaram das ocupações e as beneficiárias do PBF, entre os anos 2004 e 2014, encontramos indícios que apontam como a

expansão do PBF está associada à redução do número de famílias nas ocupações. Enquanto que quase 23% das famílias que participaram das ocupações ao longo dos 11 anos se engajaram nessas ações em 2004, apenas 0,5% se engajaram no ano de 2014. No sentido oposto, enquanto que somente 5% das famílias que foram beneficiadas pelo PBF durante este período se concentraram no ano de 2004, 11% reuniram-se em 2014. Contudo, essa relação não confirma a *Hipótese 1*. Para tal, faz-se necessário analisar os resultados dos modelos estimados.

Tabela 10 - Modelos Binomial Negativa

	<i>Variável Dependente:</i>				
	No de Fam. nas Ocupa.				
	Modelo 1	Modelo 2	Modelos 3	Modelos 4	Modelos 5
Cobertura PBF	-21.3*** (2.6)	-7.2*** (2.8)	-25.4*** (3.0)	-27.9*** (3.1)	-28.1*** (3.1)
No Fam. Assent. (t - 1)		0.02*** (0.003)	0.01*** (0.003)	0.01*** (0.003)	0.01*** (0.003)
PIB				-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
Gini da Terra					-18.2* (10.1)
População			-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
N	61,064	55,512	55,512	55,512	55,512
R ²	0.001	0.001	0.01	0.01	0.01
R ² Ajustado	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1	-0.1
Estatística F	67.5*** (df = 1; 55511)	19.6*** (df = 2; 49958)	87.6*** (df = 3; 49957)	72.7*** (df = 4; 49956)	58.8*** (df = 5; 49955)

Nota: p<0.1; **p<0.05; *
***p<0.01

Fonte: O autor, 2019.

A Tabela 10, que apresenta os coeficientes dos modelos binomiais negativa, cuja variável dependente é o número de famílias nas ocupações, confirma nossa *Hipótese1*, ou seja, confirma que o aumento do grau de cobertura do PBF apresenta uma associação negativa e estatisticamente significativo com a variável dependente. De acordo com o coeficiente da variável Cobertura PBF do Modelo 5 (-13,5)²⁶, o mais completo da Tabela 10, espera-se que o aumento de 1% do grau de cobertura seja acompanhado, em média, pela redução de 1,37 famílias engajadas nas ocupações de terra, mantendo todas as demais variáveis constantes.

Tabela 11 - Modelos Logísticos

	<i>Variável Dependente:</i>		
	Ocupações (Binária)		
	Modelos 6	Modelos 7	Modelos 8
Cobertura PBF	-0.1*** (0.01)		
No de Fam. PBF		-0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)
No Fam. Assent. (t – 1)	0.000 (0.000)	0.000 (0.000)	
No Assent. (t – 1)			0.01*** (0.002)
PIB	-0.0 (0.0)	-0.0 (0.0)	-0.0 (0.0)
Gini da Terra	-0.03 (0.03)	-0.02 (0.03)	-0.02 (0.03)
População	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)	-0.000*** (0.000)
N	55,512	55,512	55,512
R ²	0.003	0.001	0.001
R ² Ajustado	-0.1	-0.1	-0.1
Estatística F (df = 5; 49955)	33.3***	8.6***	11.5***
Nota:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		

Fonte: O autor, 2019.

Da mesma forma, os coeficientes do número de famílias assentadas confirmam a *Hipótese2*, isto é, que esta variável possui uma relação positiva e estatisticamente significativa

²⁶ Para a interpretação dos modelos binomial negativa se tornar mais intuitiva, é preciso tirar os exponenciais de seus coeficientes. Portanto, todas nossas as interpretações levaram isto em consideração.

com a variável dependente. Contudo, os resultados de todos os coeficientes do número de famílias assentadas não demonstram uma significância substantiva. O PIB, como esperado, apresenta uma associação positiva com a variável dependente, mas sem alterar a direção da associação ou a significância estatística do grau de cobertura do PBF, reforçando ainda mais a evidência de que o PBF contribuiu para a redução do número de famílias nas ocupações. O Gini da Terra, também como esperado, possui uma associação negativa com a variável dependente, mas apresenta uma significância estatística apenas para o nível 0,1.

Os modelos logísticos, cujos coeficientes estão expostos na Tabela 11, demonstram a robustez da associação entre aumento do grau de cobertura do PBF e a redução da participação das famílias nas ocupações de terra. A despeito do resultado do número de famílias beneficiárias do PBF não nos permitir descartar a hipótese nula, o grau de cobertura do PBF continua mantendo sua significância estatística. Da mesma forma, a associação negativa e estatisticamente significativa entre o PIB e a variável dependente reforça as evidências de que o PBF contribuiu para a redução do número de famílias nas ocupações. Vale notar que o número de assentamentos criados é estatisticamente significativo, diferentemente do número de famílias assentadas, revelando-se, aparentemente, como uma variável mais adequada para representar a expectativa das famílias.

2.6 Discussão

O número de famílias que participaram das ocupações de terra, assim como o número de ocupações que foram realizadas durante os 11 anos abarcados na pesquisa (2004-2014), demonstram movimentos rurais brasileiros extremamente ativos e mobilizados, se contrapondo às teorias que compreenderam o rural do país e seus atores a partir da falta, da passividade, da inconsciência de classe e do atraso.

Os resultados expostos acima demonstram que o grau de cobertura do PBF possui uma associação positiva com o número de famílias nas ocupações. Em outras palavras, espera-se que o aumento do grau de cobertura seja acompanhado pela redução do número de famílias nestas ações, confirmando, assim, a *Hipótese 1* e reforçando o argumento de que a atenuação da situação de penúria, gerada através do PBF, faz com que as ocupações de terra deixem de ser vistas pelas famílias como uma alternativa interessante para melhorar de vida. Esses resultados demonstram a importância das condições materiais de existência para explicar o processo de engajamento/recrutamento em alguns tipos de ações.

No entanto, é importante chamar a atenção para duas questões. Primeiro, apesar do grau de cobertura do PBF apresentar uma associação estatisticamente significativa, o coeficiente do

Modelo 5, por exemplo, não possui uma significância substantiva tão nítida. Como vimos, espera-se que o aumento de 1% no grau de cobertura do PBF – o que seria expandir o PBF para uma quantidade considerável de pessoas – seja acompanhado pela redução de somente 1,37 famílias nas ações, mantendo as demais variáveis constantes. Segundo, como alertou Sigaud et. al. (2008, p. 110), a situação de penúria não é suficiente para explicar o engajamento/recrutamento das famílias para as ocupações, sendo necessário, portanto, levar em consideração outros fatores.

Os resultados expostos acima também demonstram que os números de famílias assentadas e de assentamentos criados possuem uma associação positiva com o número de famílias nas ocupações. Em outros termos, espera-se que o aumento dos números de famílias assentadas ou de assentamentos criados sejam acompanhados pelo aumento do número de famílias engajadas/recrutadas para as ocupações, confirmando a *Hipótese2* e reforçando o argumento que o fato de o Estado desapropriar e redistribuir as propriedades ocupadas legitima esta forma de ação e aumenta a expectativa das famílias de conquistar um pedaço de terra.

Por fim, é importante dizer que estas noções nos ajudaram a entender o processo de engajamento/recrutamento de uma forma de ação específica, pois, diferentemente de Kim e Bearman (1997, p. 70), não acredito que seja possível elaborar um modelo para explicar as dinâmicas sociais e as condições estruturais da ação coletiva na sociedade humana. Assim como McAdam (1986, p. 67), acredito que existe uma enorme diversidade de processos de engajamento/recrutamento, quiçá tão grande quanto a variedade das formas de ação.

3. OS VIESES DE SELEÇÃO DA *FOLHA DE S. PAULO* E A CONSTRUÇÃO DE BASES DE DADOS SOBRE EVENTOS DE PROTESTO

Desde os anos 60, estudiosos do campo de ações coletivas e movimentos sociais vêm desenvolvendo uma série de pesquisas a partir da metodologia que ficou conhecida como Análise de Eventos de Protesto (AEP). Essa metodologia, que surgiu de um esforço de se construir uma extensiva base de dados sobre eventos de protesto levados a cabo em centenas de países, se caracteriza, principalmente, por mapear, sistematizar e analisar quantitativamente dados sobre protestos. O fato de a AEP permitir aos pesquisadores estudarem diferentes tipos de protestos, realizados por diversos movimentos ou por pessoas que não fazem parte de movimento, em várias localidades, de forma longitudinal, indo além das investigações restritas a poucos casos, provocou – e ainda vem provocando – um amplo e profícuo debate²⁷.

Diversos desenhos e problemas de pesquisa foram elaborados e analisados por autores de instituições internacionais a partir da AEP, mas, apesar da existência de um vasto debate, essa metodologia só passou a ser empregada no Brasil recentemente. Muito provavelmente, impulsionados pela onda de mobilizações que levou milhões de pessoas às ruas de centenas de cidades do país, durante 2013, pesquisadores de instituições nacionais passaram a dar maior atenção aos protestos, começando a construir bases de dados sobre esses tipos de evento e a desenvolver estudos fundamentados na AEP (cf. ALONSO; MISCHÉ, 2016; SILVA; SILVA, 2016; SILVA et. al., 2016; SOARES, 2017; TATAGIBA, 2017; TATAGIBA; GALVÃO, 2019; TATAGIBA et. al., 2015).

Assim como a maioria dos trabalhos que empregaram essa metodologia, as pesquisas realizadas em instituições nacionais utilizaram jornais como fonte. O grupo coordenado por M. K. Silva, no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fez uso do diário *Zero Hora* para mapear e estudar os eventos de protesto levados a cabo no estado. Já os dois grupos de São Paulo, um, coordenado por A. Alonso, no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, e, outro, pelas pesquisadoras L. Tatagiba e A. Galvão, no Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas, lançaram mão da FSP para catalogar e analisar os eventos de protestos realizados no Brasil.

Os jornais vêm sendo utilizados como principal fonte dessas bases de dados por reportarem eventos de diferentes tipos, diariamente, de maneira contínua, abarcando um período considerável; por serem de fácil acesso; e por prezarem, em certa medida, pela confiabilidade das informações. Outros tipos de documentos já foram usados em poucos

²⁷ Para balanços do debate sobre a AEP, ver Olzak (1989), Rucht et. al. (1999) e Hutter (2014).

trabalhos, como, por exemplo, registros policiais, mas, em muitos casos, os jornais não são somente as melhores fontes; são as únicas disponíveis (MÜELLER, 1997, p. 821).

Entretanto, o jornal, como qualquer outra fonte, apresenta certos problemas que precisam ser levados em consideração de modo a evitar conclusões equivocadas. Para mencionar um exemplo, Baguley (2010, p. 617) afirmou que existia um viés de gênero que fazia com que os jornais não cobrissem protestos feministas. Segundo o autor, esse viés ocorria pelos fatos de, até recentemente, as equipes de jornalistas serem compostas majoritariamente por homens e dos jornais darem preferência aos protestos mais violentos. Desta maneira, o pesquisador que utilizasse os jornais para estudar os protestos feministas poderia concluir equivocadamente que as feministas realizaram poucas manifestações ou que só empregaram táticas violentas. Porém, sem saber, o pesquisador estaria chegando a resultados enviesados que diriam respeito mais aos padrões de cobertura jornalística do que às dinâmicas dos protestos propriamente.

Mas esses problemas não impedem que estudos bem fundamentados sejam realizados a partir de jornais. Só é necessário que o pesquisador, ao utilizar tal fonte, conheça seus limites. Se determinado jornal não cobrir manifestações pacíficas, não faz sentido estudar o emprego de repertórios pacifistas a partir dessa fonte. Porém, se esse mesmo jornal registrar uma quantidade representativa de protestos violentos, ele pode ser uma boa fonte para se estudar, por exemplo, a relação entre manifestações violentas e governos autoritários. Portanto, faz-se necessário identificar os vieses que existem nas fontes para se alcançar uma maior confiança nos resultados de pesquisa.

Estudiosos da área identificaram a existência de dois tipos de vieses nas coberturas jornalísticas dos protestos: os vieses de *seleção* e de *descrição*. Partindo do princípio que os meios de comunicação não reportam todos os protestos que são realizados, os vieses de seleção se referem aos fatores que aumentam ou diminuem a probabilidade de os protestos serem cobertos. A partir do momento que eles são cobertos, destacam-se os vieses de descrição, que dizem respeito às informações sobre os protestos que são ou deixam de ser reportadas nas matérias e à forma como estas são reportadas.

Assim, de modo aumentar a nossa compreensão sobre os impactos das coberturas jornalísticas na construção de bases sobre eventos de protestos, *este capítulo tem o objetivo de analisar os vieses de seleção existentes na FSP*, visto que esse jornal vem sendo utilizado como fonte de duas das principais bases construídas em instituições nacionais.

Os vieses de seleção da FSP foram analisados a partir das coberturas das ocupações de terra levadas a cabo no Brasil, entre 2000 e 2016, e em comparação com o DATALUTA, que

oferece um dos registros mais extensos sobre ações coletivas do país, utilizando-se de diversas fontes que serão apresentadas mais à frente. Presumindo que o jornal não reportou todas as ocupações de terra, busquei compreender quais variáveis aumentaram a probabilidade de determinadas ações serem cobertas, em detrimento de outras.

Assim como todas as fontes, o DATALUTA não está isento de vieses, mas o fato dele conter um número maior de ocupações, se comparado ao número coberto pela FSP, me permitiu confrontar as ações que não foram reportadas pelo periódico com as que foram. Com isso, pude constatar, entre outros pontos, que as ocupações realizadas no estado de São Paulo ou mais próximas da cidade de São Paulo, com um nível maior de intensidade e nos anos sem eleições presidenciais apresentaram maiores probabilidades de serem cobertas pelo jornal.

O capítulo está organizado em seis seções, afora esta breve introdução. Na primeira, apresentei as ocupações enquanto forma de ação empregada por diferentes tipos de movimentos sociais para reivindicar, sobretudo, a posse da terra. Na segunda, realizei um debate teórico, dialogando com trabalhos que também se propuseram a analisar os vieses de seleção de outros meios. Na terceira, procurei explicar os motivos de ter usado o DATALUTA como fonte de validação externa. Na quarta, apresentei o processo de coleta de dados da FSP, a base criada e analisada por mim, assim como as metodologias empregadas. Na quinta, interpretei os resultados encontrados e, na sexta e última parte, os discuti à luz do debate teórico realizado na segunda seção.

3.1 As ocupações de terra

Nos registros do DATALUTA, existem três tipos de movimentos sociais que realizaram ocupações de terra: os movimentos agrários, compostos por organizações de trabalhadores rurais, como o MST, a CONTAG, entre outras; os indígenas, formados por povos como os Xakriabá, Tupinambá, Tapeba, entre outros; e os quilombolas, constituídos por entidades como a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (ACRQ), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), entre outras.

As ocupações realizadas pelas diferentes organizações consideradas como movimentos agrários têm como principal objetivo reivindicar ao Estado – sobretudo, ao INCRA – a desapropriação e redistribuição das terras em questão, alegando o não cumprimento de sua função social (SIGAUD et. al., 2008), pois, segundo a Constituição Federal de 1988, no Art. 184, a União tem o poder de *desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social* (BRASIL, 1988, p. 113).

Estes tipos de ocupações passaram a ser empregadas no Brasil a partir dos anos 60. Após o golpe de 1964, a repressão que se instaurou no país fez com que esta forma de ação deixasse de ser realizada, voltando a aparecer no cenário nacional somente no final dos anos 70. A partir da segunda metade da década de 1990, as ocupações se tornaram a forma predominante de reivindicar a desapropriação e redistribuição das terras para fins de reforma agrária. Apenas entre 1996 e 1999, foram realizadas mais de duas mil e quinhentas ocupações.

As organizações, como CONTAG, MST etc., promovem estas ações, mobilizando e organizando famílias para ocupar os imóveis improdutivos, montar acampamento e iniciar o processo legal de reivindicação da desapropriação e redistribuição das terras. Estas famílias compõem o que se costuma chamar de base, que é um grupo diferente da militância. Enquanto a base se engaja nas ocupações para conquistar um pedaço de terra, visando superar o desemprego e a situação de penúria, com intuito de *trabalhar só para si e não para o patrão*, com o objetivo de *melhorar de vida*, os militantes se engajam nestas ações com intuito de defender a pauta da reforma agrária e, muitas vezes, uma transformação social mais profunda (LOERA, 2006, p. 39).

As ocupações de terra realizadas pelos movimentos indígenas – mais conhecidas como retomadas – visam reivindicar ao Estado – sobretudo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – a identificação e demarcação das Terras Indígenas (FERREIRA GUERRA, 2011, p. 12), definidas pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 231, inciso primeiro, como, basicamente, terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, necessárias para suas atividades produtivas e culturais (BRASIL, 1988, p. 133).

As retomadas, que buscam recuperar as áreas tradicionais que se encontram em posse de não-índios, são realizadas desde, ao menos, o final da década de 1970, quando o povo *Kiriri*, localizado no sertão da Bahia, retomou uma área situada entre a cidade de Mirandela e Ribeira do Pombal para exigir a sua demarcação. Depois desta iniciativa, diversas ações foram realizadas em diferentes partes do Brasil pelos mais variados povos (TÓFOLI, 2010, p. 37).

Assim como nas ocupações dos movimentos agrários, na maioria das vezes, os indígenas são motivados a realizar as retomadas por causa das situações de miséria e de fome em que se encontram, fazendo com que, em muitos casos, imediatamente após a entrada nas terras, comece a se produzir roças comunitárias, onde se cultivam culturas locais. Os diversos casos de ameaça e violência sofridos pelos povos indígenas também servem de motivação para realização das retomadas, pois, com estas ações, estes povos demonstram força e criam certa visibilidade para o conflito (ALARCON, 2013, p. 107).

Dos três tipos de movimentos, os quilombolas foram os que menos realizaram ocupações de terra e, por coincidência ou não, as suas ocupações são as que menos foram estudadas. Contudo, apesar das poucas pesquisas, é possível dizer que os quilombolas começaram a empregar esta forma de ação, inspirados pelos dois movimentos mencionados acima, para reivindicar ao Estado a titulação de seus territórios. O INCRA também é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas – que são terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos usadas para suas reproduções sociais. Mas, além do INCRA, a Fundação Cultural Palmares cumpre um papel fundamental no processo de reconhecimento destas comunidades.

As ocupações realizadas pelos movimentos quilombolas também têm como uma das principais motivações a superação de situações de penúria. Em alguns casos, os quilombolas, cansados de só receber cestas básicas, utilizaram a ocupação para aprofundar o conflito com os fazendeiros e, conseqüentemente, forçar o Estado a se posicionar em relação à questão fundiária (COSTA; OLIVEIRA, 2010, p. 232). Ademais, assim como os povos indígenas, os quilombolas reconhecem que, em determinado momento da história, a área ocupada e reivindicada foi roubada deles ou de seus ancestrais e que o proprietário não tem o direito sobre a terra.

Além de servir, na maioria dos casos, como uma estratégia de superação da miséria vivenciada por estes grupos, uma característica comum aos três tipos de movimentos é que todos eles, ou, ao menos, grande parte das organizações e dos povos que os compõem, a despeito de se utilizarem da ação direta para reivindicar, principalmente, a posse da terra, seguem, em grande medida, o devido processo legal, realizando as ocupações para pressionar o Estado a reconhecer seus direitos à terra.

3.2 Debate teórico

Os trabalhos que se propuseram a analisar os vieses de seleção de diversos meios de comunicação apresentaram, ao menos, quatro conjuntos de argumentos para explicar as razões pelas quais se escolhe noticiar determinados protestos em detrimento de outros. O primeiro está relacionado aos posicionamentos político-ideológicos dos meios e dos protestos; o segundo se refere à rotina do trabalho de produção de notícias; o terceiro diz respeito às características dos protestos que os tornam mais interessantes de serem cobertos; e, por fim, o quarto tem a ver com a influência dos contextos político-sociais.

Em relação ao primeiro conjunto, os autores defendem que os protestos que se contrapõem aos interesses de determinados jornais apresentam menores chances de serem cobertos por estes meios. Deste modo, as manifestações realizadas contra o *establishment*

apresentam menores chances de serem cobertas por meios mais conservadores e maiores chances de serem cobertas por meios mais progressistas, e vice-versa. No entanto, vale observar que os autores que analisaram tal argumento partiram do princípio que os jornais preferem ignorar os protestos que se posicionam contra os seus interesses do que reportá-los de forma negativa (MÜELLER, 1997; SMITH et. al., 2001).

Mas esse argumento não foi considerado na presente pesquisa, pois, para analisá-lo, precisaria dispor de uma base com protestos e/ou meios de comunicação de diferentes espectros político-ideológicos e, como já foi exposto, analisei apenas as ocupações de terra e as coberturas feitas pela FSP, não havendo, portanto, variação nos posicionamentos dos protestos e do meio analisados.

O segundo conjunto pode ser desmembrado em três argumentos: o primeiro e mais importante afirma que quanto mais próximo da sede do jornal os protestos acontecem, maiores são as chances de eles serem cobertos, pois a proximidade tende a facilitar o acesso dos jornalistas aos eventos (cf. DANZGER, 1975; MCCARTHY et. al., 1996; MYERS; CANIGLIA, 2004); o segundo defende que os protestos com certa previsibilidade, como os que acontecem anualmente, em datas específicas, apresentam maiores chances de serem cobertos, pois os jornalistas tendem a ter mais tempo de se preparar (cf. OLIVER; MYERS, 1999); o terceiro sustenta que os protestos levados a cabo nos finais de semana apresentam maiores chances de serem reportados, pois estes dias tendem a ter poucos acontecimentos importantes para disputar o espaço dos jornais e a atenção dos jornalistas (cf. BARRANCO; WISLER, 1999; MCCARTHY et. al., 1996).

Ao contrário dos dois primeiros argumentos, o terceiro não foi analisado, pois, na época em que grande parte dos trabalhos foi escrita, não existiam jornais online ou, pelo menos, não tinham tanta relevância como atualmente. Hoje, com os websites, os espaços para as matérias são quase ilimitados e, como analisei a versão online da FSP, não fazia sentido considerar tal argumento.

O terceiro conjunto se refere às características que tornam os protestos mais interessantes de serem cobertos, pois dificilmente os jornais publicam matérias sobre acontecimentos ordinários, que acontecem todos os dias sem chamar a atenção. Desta maneira, (i) o tamanho do protesto, em número de participantes, (ii) os níveis de conflitividade e violência, (iii) o tempo de duração, (iv) a relevância do local onde o protesto ocorre, e (v) o envolvimento de pessoas e/ou instituições proeminentes, como participantes ou alvos das manifestações, são características que tendem a impactar o processo de seleção dos jornais.

Diversas pesquisas, que analisaram meios de comunicação, eventos e contextos completamente distintos, concluíram que o maior número de manifestantes aumentou as chances de o protesto ser coberto (cf. ALMEIDA; LICHBACH, 2003; HERKENRATH; KNOLL, 2011; HUG; WISLER, 1998; MARTIN, 2005).

A maioria dos autores também constatou que os eventos envolvendo questões conflitivas e com casos de violência apresentaram maiores chances de serem reportados (cf. BARRANCO; WISLER, 1999; MYERS; CANIGLIA, 2004; OLIVER; MANEY, 2000; OLIVER; MYERS, 1999). Mas, diferentemente do tamanho do protesto, que foi definido por todos a partir do número de manifestantes, os níveis de conflitividade e violência foram definidos de diversas formas.

A duração, definida como a extensão do protesto no tempo, além de não ter despertado tanto interesse, demonstrou não ser tão relevante como as outras características, mas, ainda assim, apresentou efeitos sobre a cobertura (MÜELLER, 1997, p. 829; MARTIN, 2005, p. 163). O tamanho, os níveis de conflitividade/violência e a duração foram considerados conjuntamente por alguns autores para definir o que eles chamaram de *intensidade dos protestos* (HERKENRATH; KNOLL, 2011; MARTIN, 2005; MÜELLER, 1997; MYERS; CANIGLIA, 2004; SNYDER; KELLY, 1977).

Outras características pertinentes para determinar a cobertura dos protestos são a relevância dos locais onde eles são realizados e o envolvimento de pessoas ou instituições proeminentes, como manifestantes ou alvo das manifestações. Mas, assim como a duração, estas características despertaram pouco interesse. Apenas Herkenrath e Knoll (2011, p. 175) concluíram que os protestos realizados nas capitais dos países analisados e com a participação de pessoas proeminentes apresentaram maiores probabilidades de receberem cobertura internacional. O envolvimento de instituições proeminentes só aumentou a probabilidade de os protestos serem reportados quando estas eram reconhecidas como alvo dos manifestantes.

Os níveis de conflitividade/violência e o envolvimento de pessoas/instituições proeminentes não foram considerados na presente análise por falta de dados, pois, embora diversas matérias tenham tratado de ocupações com casos de conflito/violência e que foram realizadas em imóveis de pessoas/instituições proeminentes, não dispunha dessas informações para todas as observações. Já a duração não foi considerada por não fazer sentido para a análise das ocupações, ao contrário, por exemplo, das greves ou dos bloqueios de rodovias.

Analisei, assim, três características relacionadas a este conjunto de argumentos: o tamanho das ocupações, representada pelo número de famílias que se engajaram nas ações; a intensidade, definida como o número de ocupações que ocorreram no mesmo dia-estado; e a

relevância dos municípios onde se deram as ações, traduzida a partir do log PIB-M. As variáveis utilizadas para exprimir tais características serão apresentadas mais à frente.

O quarto conjunto diz respeito ao impacto que os contextos político-sociais geram nos padrões de cobertura dos protestos. Para mencionar um exemplo, é plausível supor que em períodos de censura seja mais difícil cobrir determinados protestos, mas esse impacto pode se dar de maneira mais sutil. Os primeiros pesquisadores a considerar esse conjunto de argumentos foram Snyder e Kelly (1977), a partir da noção de *clima político*, definido por fatores políticos que determinariam a *sensibilidade da mídia*.

McCarthy et. al. (2008, p. 140) constataram, por exemplo, que, no período de maior abertura democrática durante o processo de transição na Bielorrússia, os quatro jornais estudados reportaram um número maior de protestos. Oliver e Maney (2000) também analisaram a influência desses fatores por meio da noção de ciclos político-eleitorais. Segundo os autores, o aumento da cobertura dos protestos, de 1994 para 1995, foi causado pelo interesse dos jornais nas manifestações relacionadas às reformas encabeçadas pelos Republicanos, e, em contrapartida, a redução da cobertura, de 1995 para 1996, foi causada pela priorização dada pelos jornais à eleição presidencial de 1996 (OLIVER; MANEY, 2000, p. 477).

Assim, em diálogo com esses trabalhos, analisei, especificamente, se o padrão de seleção da FSP sofreu alterações nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, em que houve eleições presidenciais no Brasil, e, de maneira mais geral, se o padrão de seleção sofreu alterações ao longo do tempo, independentemente dos ciclos eleitorais.

3.3 Base DATALUTA

O DATALUTA foi criado, em 1998, pelo NERA com o intuito de facilitar o acesso a informações sistematizadas sobre ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, entre outras categorias da questão agrária brasileira. A partir dos anos 2000, esta base passou a ser elaborado pela Rede DATALUTA, constituída por diversos grupos de pesquisa de diferentes estados do país que foram se somando ao projeto progressivamente, contribuindo, portanto, para expandir a sua cobertura.

A base específica sobre ocupações de terra tem como unidade de análise as próprias ocupações, contando com 6.298 observações, entre 2000 e 2016, além de conter seis variáveis, sendo elas: a data de ocorrência, os municípios e estados em que as ações foram realizadas, o número de famílias envolvidas, o nome do imóvel ocupado e o nome/sigla do movimento responsável pela ação.

Os registros das ocupações são feitos a partir de fontes primárias e secundárias, segundo uma metodologia em que são confrontados os dados compilados pela Ouvidoria Agrária Nacional (OAN) com os colhidos pela CPT e pelos grupos que compõem a Rede DATALUTA. Estes dados são conferidos e comparados com o objetivo de eliminar os casos duplicados e de corrigir as discrepâncias. Por compreender os dados da OAN e da CPT, além daqueles registrados pelos grupos da Rede, o DATALUTA figura como a base mais completa sobre ocupações de terra e umas das mais completas sobre ações coletivas do Brasil.

A OAN era um departamento ligado ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, por ter como uma de suas competências diagnosticar os conflitos sociais no campo, acabava sendo comunicada de diversas ocupações através do Disque Terra e Paz, que funcionava gratuitamente, sete dias da semana, atendendo telefonemas de todo o país (CLEPS Jr. et. al., 2009, p. 8). O desempenho de tais funções possibilitou a OAN registrar casos de ocupações a nível nacional. Em 2009, a Ouvidoria deixou de reunir estes dados, mas o fortalecimento da Rede, durante este período, possibilitou ao DATALUTA manter a mesma abrangência.

Já a CPT elabora, desde 1985, um relatório anual chamado *Conflitos no Campo Brasil*, que, assim como o DATALUTA, visa disponibilizar e divulgar dados sistematizados sobre conflitos pela terra e pela água no país. A coleta de informações é feita a partir de fontes como jornais de circulação local, estadual e nacional; de diferentes documentos de sindicatos, movimentos sociais, partidos, órgãos governamentais e igrejas; de boletins de ocorrência policial; além das informações colhidas no campo pelos agentes pastorais (CLEPS Jr. et. al., 2009, p. 8). O uso destas fontes primárias e secundárias permite que os dados da CPT também tenham uma dimensão nacional.

Já os grupos que compõem a Rede DATALUTA compilam diariamente informações de jornais impressos, rádios e revistas de circulação local, regional e nacional, além de utilizarem como fonte os militantes e as publicações dos próprios movimentos sociais que realizam as ações.

No caso do NERA, as informações são reunidas dos jornais *O Estado de S. Paulo*, FSP e *O imparcial* (FERNANDES et. al., 2003, p. 91). No caso do Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade Federal de Uberlândia, a coleta é feita nos jornais *Estado de Minas*, *Correio*, além 12 periódicos disponíveis em meios eletrônicos (CLEPS Jr., 2007, p. 6). O Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos, da Universidade Federal de Sergipe, utiliza como fonte o *Jornal da Cidade*, (FILHO, 2013, p. 66). Já o Núcleo de Estudos Agrários, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, faz um monitoramento dos jornais do estado *Zero*

Hora e Correio do Povo, dos jornais locais como *A Plateia* e *O Pioneiro*, além das notícias das *Rádios Gaúchas* e *Guaíba*. Em suma, todos os grupos utilizam fontes locais e regionais, fazendo com que a coleta de dados da Rede também disponha de uma abrangência nacional. Mais recentemente, os grupos passaram a lançar mão da ferramenta *Google Alerta*, que monitora e avisa quando conteúdos com determinadas palavras-chave são publicados na web (MUNHOZ; MEDEIROS, 2017).

Ademais, como observei acima, a Rede também compila informações de websites e publicações dos movimentos sociais. Os dados coletados nas diferentes fontes – incluindo os meios de comunicação supracitados – ainda são confirmados e confrontados junto aos militantes destes movimentos, via telefone. Este contato direto permite que a base abarque ocupações que não são divulgadas pelos meios de comunicação comerciais e faz com que as ações mais previsíveis, normalmente ligadas a datas simbólicas, e, portanto, de certa importância para os movimentos que as realizam, sejam informadas aos grupos (CLEPS Jr., 2007, p. 7).

Com esse processo de compilação de dados, a base do DATALUTA conta com uma série de registros de ocupações que foram realizadas em diferentes locais do país, o que possibilitou analisar se as ações levadas a cabo no estado de São Paulo, em municípios mais próximos da cidade de São Paulo e de maior relevância econômica apresentaram maiores probabilidades de serem reportadas.

Além disso, o fato de o DATALUTA utilizar os próprios militantes como fonte faz com que a base contenha registros de ocupações realizadas em datas simbólicas e com o envolvimento de um número variado de famílias, possibilitando analisar se as ações mais previsíveis e numerosas apresentam maiores probabilidades de serem cobertas.

Por último, com registro de mais de seis mil casos de ocupação distribuídos ao longo dos anos, sendo que algumas delas foram realizadas nos mesmos dias-estados, o uso dessa base possibilitou analisar se houve mudanças no padrão de seleção da FSP durante o período compreendido e se as ocupações mais intensas apresentaram maiores probabilidades de serem reportadas.

3.4 Dados e metodologia

A presente seção foi dividida em três partes. Na primeira, apresentei o processo de compilação das matérias sobre ocupações de terra publicadas pela FSP. Na segunda, discorri

sobre a estrutura e as variáveis da Base Geral²⁸, que foi construída a partir da base sobre ocupações do DATALUTA. Na terceira, expus as metodologias que foram empregadas para analisar a Base Geral.

A compilação das matérias sobre ocupações de terra foi feita por meio da página de busca da FSP²⁹ a partir de nove palavras-chave (incluindo seus plurais), a saber: *ocupação, invasão, retomada, terra, campo, rural, imóvel, fazenda e indígena*. Foram coletadas as URL's e os títulos de todas as matérias publicadas entre 1 de janeiro de 1995³⁰ e 31 de dezembro de 2016, de quase todos os editoriais³¹ das versões impressa e online em que, pelo menos, uma das três palavras que designam a ação (ocupação, invasão e retomada) apareceu junta com, ao menos, uma das outras seis que se referem ao local (terra, campo, rural, imóvel e fazenda) e ao grupo autor da ação (indígena)³².

Das 72 buscas, feitas a partir de todas as combinações – incluindo a forma plural – entre os dois grupos de palavras³³, foram encontradas 32.441 matérias, já excluindo as URL's duplicadas. Com base na leitura de todas, foram selecionadas apenas aquelas que tratavam de alguma forma sobre as ocupações levadas a cabo no Brasil. Ademais, como a presente pesquisa compreende o período entre 2000 e 2016, foram excluídas todas as matérias publicadas em anos anteriores. Desta maneira, restaram, ao final do processo, *1482 matérias*, desconsiderando aquelas praticamente iguais, que foram publicadas uma na versão impressa e outra na online.

As ocupações de terra reportadas nas 1482 matérias foram comparadas com as registradas pelo DATALUTA a partir da data de ocorrência, municípios e estados em que as ações foram empreendidas, o número de famílias envolvidas, o nome do imóvel ocupado e o nome/sigla do movimento responsável. Com isso, identifiquei todas as ocupações cobertas pelo jornal que constavam na base do DATALUTA. Nos casos em que três ou quatro das seis informações correspondiam, mas duas ou uma divergiam, optei por manter as registradas pelo

²⁸ Essa base será chamada de Base Geral para evitar confusões com a base do DATALUTA. A relação entre as duas ficará mais clara a seguir.

²⁹ A página de busca da FSP pode ser acessada através do seguinte endereço: <http://search.folha.uol.com.br>. Último acesso em 24/6/ 2019.

³⁰ As matérias publicadas antes de 2000 foram consideradas para possibilitar a construção de uma base mais extensa passível de ser usada para outros fins.

³¹ Só não foram considerados os editoriais *Mundo*, relacionado aos conteúdos internacionais, o *Livraria da Folha*, onde se divulga e vende, sobretudo, livros, e o *Shows*, onde é exibido a programação de diversos eventos artísticos.

³² Esta palavra só foi inclusa por causa da retomada, que, diferentemente de ocupação e invasão, se refere mais especificamente às ações promovidas pelos povos indígenas.

³³ Para mencionar um exemplo, combinou-se *ocupação e terra* (as duas no singular); *ocupação* (no singular) e *terras* (no plural); *ocupações* (no plural) e *terra* (no singular); *ocupações e terras* (as duas no plural).

DATALUTA por causa de sua metodologia de verificação de dados através da comparação entre as diversas fontes.

Não foram consideradas matérias que se referiam às ocupações de maneira assaz genérica, muitas vezes utilizando dados do próprio DATALUTA, impedindo, assim, a identificação de ações específicas. A maioria dessas matérias se referia ao total de ocupações que foram realizadas num determinado ano ou mês, sem indicar, ao menos, o estado em que elas foram realizadas. Também não foram consideradas as matérias que se referiam às ocupações anunciadas pelos movimentos antes delas serem realizadas, por mais que elas viessem a se concretizar.

A Base Geral foi construída a partir da base do DATALUTA, ou seja, foram agregadas a todas as 6298 observações e às seis variáveis presentes no DATALUTA mais sete variáveis. Desta forma, a Base Geral ficou com a seguinte estrutura: as 6298 ocupações de terra, realizadas entre 2000 e 2016, continuaram como unidade de análise e foram classificadas a partir de treze variáveis, que serão apresentadas na sequência.

Tabela 12 - Estatísticas Descritivas

Estatísticas	N	Média	Dev. Padrão	Min.	Máx
Ocup. Reportadas	6298	0,3	0,4	0	1
SP	6298	0,2	0,4	0	1
Distância km	6298	1558,3	875,9	0	4719,6
Abril Vermelho	6298	0,2	0,4	0	1
N. de Famílias	6298	142,4	202,3	1	5100
Intensidade	6298	3,6	10,6	0	83
log PIB-M (x 1000)	6298	5,3	0,7	3,7	8,8
Ano Eleitoral	6298	0,2	0,4	0	1

Fonte: O autor, 2019.

A *variável dependente* é uma variável binária que representa as ocupações que constam no DATALUTA e que foram reportadas pela FSP (codificadas como 1). Das 6298 ações, 1773 foram cobertas pelo jornal, ou seja, aproximadamente 28%. Os três estados que contaram proporcionalmente com maiores números de cobertura foram Pernambuco, com 55,4% das ocupações reportadas, São Paulo, com 44,4%, e Sergipe, com 35,2%. Entretanto, diferentemente de Sergipe, que presenciou somente 88 ocupações das quais 31 foram reportadas, Pernambuco e São Paulo presenciaram 925 e 1050, respectivamente, das quais 513

e 467 foram reportadas. Esse resultado corrobora o argumento de que as ocupações realizadas em São Paulo apresentam maiores chances de serem cobertas.

Em relação às *variáveis independentes*, para testar o argumento que diz respeito à distância entre as ocupações e a sede do jornal, criei duas variáveis: uma binária, representando as ações que foram empreendidas no estado de São Paulo (codificadas como 1); e outra contínua, representando a distância em quilometragem entre os municípios onde as ações foram realizadas e a cidade de São Paulo. De todas as ocupações, 1050 ocorreram no estado de São Paulo, isto é, aproximadamente 17%. A média da segunda variável foi de 1558 km, a distância mínima foi de zero, pois algumas ocupações se deram na própria capital paulista, e a máxima foi de 4719 km (ver na Tabela 12). Assim, assumi a seguinte hipótese:

Hipótese 1: *as ocupações realizadas mais próximas à capital paulista, cidade sede da FSP, apresentam probabilidades maiores de serem reportadas pelo jornal.*

Para testar o argumento sobre ações previsíveis, produzi uma variável binária, representando as ocupações que foram realizadas pelo MST nos meses de abril (codificadas como 1). Essas ocupações são previsíveis por fazerem parte da jornada anual de luta do MST, chamada de Abril Vermelho, quando o movimento realiza, nos meses de abril, diversas ações para reivindicar a reforma agrária e lembrar o Massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido em 1996. O MST realizou 979 ocupações durante a jornada. Com isso, parti da seguinte hipótese:

Hipótese 2: *as ocupações empreendidas pelo MST nos meses de abril apresentam probabilidades maiores de serem cobertas pela FSP.*

Para testar o argumento relacionado ao tamanho da ação, optei pela a variável de contagem existente na base do DATALUTA, que indica o número de famílias envolvidas nas ocupações. Entre 2000 e 2016, todas as ações reuniram um total de 896.764 famílias, apresentando uma média de 142,4 por ação. A ocupação que contou com o menor número de pessoas ocorreu com apenas uma família e a que contou com o maior foi realizada por 5100 famílias (ver na Tabela 12). Deste modo, assumi a seguinte hipótese:

Hipótese 3: *as ocupações realizadas por números maiores de famílias apresentam probabilidade maiores de serem reportadas pela FSP.*

Para testar o segundo argumento, relativo às características das ações que as tornam mais interessantes de serem cobertas, criei a variável intensidade, definida como o número de ocupações que ocorreram no mesmo dia-estado. Desta forma, se 15 ocupações foram realizadas

no mesmo dia-estado, todas foram codificadas como 15. Escolhi essa variável por partir do princípio de que é muito mais interessante para o jornalista e para o meio publicar uma matéria noticiando um número maior de ocupações que foram realizadas ao mesmo tempo e no mesmo estado do que uma ação isolada. A intensidade média foi de 3,6 e a máxima foi de 83, quando foram realizadas 83 ocupações, no dia 17 de abril de 2000, em Pernambuco (ver Tabela 12). Assim, parti da seguinte hipótese:

Hipótese 4: as ocupações com maiores intensidades apresentam probabilidades maiores de serem cobertas pela FSP.

Para testar o argumento relacionado à relevância do local onde as ações são realizadas, optei por analisar o log do Produto Interno Bruto Municipal (PIB-M)³⁴, em R\$ 1000, deflacionado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), tomando como base o ano de 2016. Esses dados foram extraídos do IBGE. A média foi de log-R\$ 5,3. O município-ano com o menor PIB apresentou o valor de log-R\$ 3,7 e com o maior apresentou um valor de log-R\$ 8,8 (ver Tabela 12). Desta forma, assumi a seguinte hipótese:

Hipótese 5: as ocupações empreendidas em municípios-anos com maiores log do PIB-M apresentam probabilidades maiores de serem reportadas pela FSP.

Para testar o último argumento, que se refere à influência dos contextos políticos no padrão de seleção do jornal, inclui uma variável binária para identificar os anos com eleições presidenciais (codificados como 1). Das 6298 ocupações, 1233 foram realizadas em anos eleitorais, isto é, aproximadamente 19%. Na esteira dos achados de Oliver e Maney (2000, p. 477), parti da seguinte hipótese:

Hipótese 6: as ocupações realizadas em anos eleitorais apresentam probabilidades menores de serem cobertas pela FSP.

No tocante às metodologias de análise, lancei mão de estatísticas descritivas e de regressões logísticas, considerando o caráter binário da variável dependente. Em relação às estatísticas descritivas, comparei as porcentagens das ocupações reportadas de acordo com os valores de cada uma das variáveis independentes. No caso das regressões logísticas, como os dados distribuem-se no tempo, incluí t , t^2 e t^3 como regressores dos modelos para controlar a dependência temporal (CARTER; SIGNORINO, 2010).

³⁴ A transformação logarítmica foi aplicada ao PIB-M para normalizar sua distribuição.

Com isso, assumindo que:

$$x_{1i} = SP,$$

$$x_{2i} = \text{Distância km},$$

$$x_{3i} = \text{Abril Vermelho},$$

$$x_{4i} = \text{N. de Famílias},$$

$$x_{5i} = \text{Intensidade},$$

$$x_{6i} = \log(\text{PIB } M),$$

$$x_{7i} = \text{Ano Eleitoral}, i = 1, \dots, 6298.$$

Temos como modelo:

$$Pr Pr(x_i, t) = \frac{1}{1 + \exp[-(x_i\beta + \alpha_1 t_i + \alpha_2 t_i^2 + \alpha_3 t_i^3)]}$$

sendo $s(t_i) = \alpha_1 t_i + \alpha_2 t_i^2 + \alpha_3 t_i^3$ uma aproximação polinomial cúbica da *hazard ratio* (HR), que pode ser interpretada como o risco relativo da ocorrência de um determinado evento em função do tempo³⁵.

Assim como a regressão de Cox (ou *proportional hazard regression*), esse modelo assume como pressuposto que as variáveis são proporcionais (BOX-STEFFENSMEIER; ZORN, 2001). Contudo, a partir da comparação entre as medidas de ajuste de modelos irrestritos, em que as interações entre as variáveis independentes e t , t^2 , t^3 (ex. xt , xt^2 , xt^3) foram estimadas juntamente com as variáveis de tempo (ex. t , t^2 , t^3), e de modelos restritos, em que foram estimadas as variáveis independentes com as variáveis de tempo, sem as interações, percebi que as variáveis Distância km, Abril Vermelho, N. de Famílias, Intensidade e Ano Eleitoral não eram proporcionais. Assim, os coeficientes dessas variáveis foram estimados com base em modelos irrestritos, ou seja, incluindo as interações como regressões.

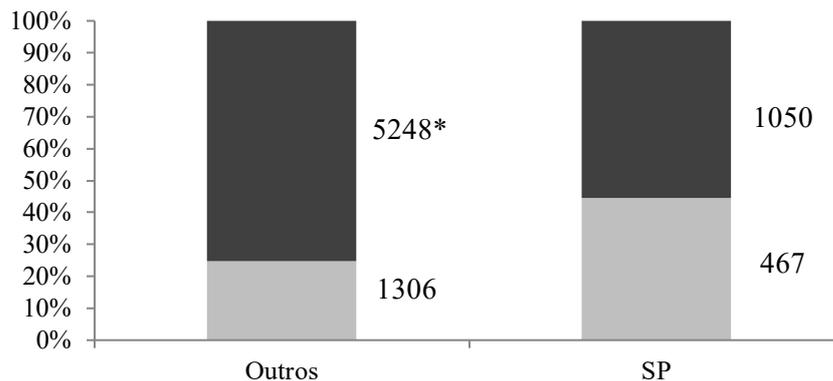
3.5 Resultados

Os resultados das estatísticas descritivas oferecem alguns indícios sobre o poder que determinadas variáveis exercem para explicar o padrão de seleção da FSP. Entretanto, por causa da simplicidade das medidas empregadas, tais resultados devem ser interpretados com certa cautela. A comparação entre as porcentagens das ocupações reportadas de acordo com os diferentes valores das variáveis independentes indica que SP, Abril Vermelho, N. de Famílias

³⁵ O modelo apresentado acima está em sua versão restrita para economizar espaço, servindo de exemplo para facilitar a compreensão.

e Intensidade apresentam associações positivas com a variável dependente, mas alguns dos resultados não foram confirmados com as regressões. Enquanto que as variáveis Abril Vermelho e N. de Famílias não apresentaram significância estatística para nenhum dos modelos estimados, as Distância km e Ano Eleitoral apresentaram significância substantiva para explicar a variável dependente.

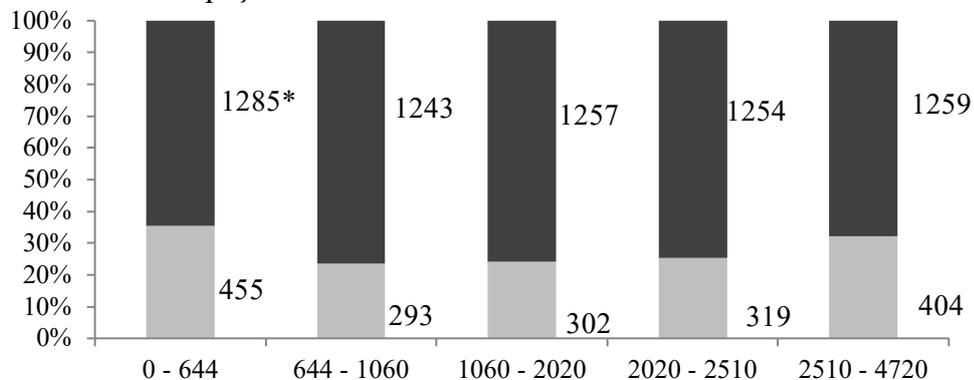
Gráfico 3 - Ocupações cobertas na variável SP



Nota: *Rótulos em números absolutos
Fonte: O autor, 2019.

Como foi dito anteriormente, das 6298 ocupações, 1050 aconteceram no estado de São Paulo e 5248 ocorreram em outros estados. Das que foram empreendidas em São Paulo, 467 foram cobertas, ou seja, 44,48%, e, das que foram levadas a cabo em outros estados, apenas 1306 foram reportadas, isto é, 24,89%. Esse resultado oferece indícios da força que a variável SP possui para explicar o processo de seleção da FSP (ver Gráfico 3).

Gráfico 4 - Ocupações cobertas na variável Distância km



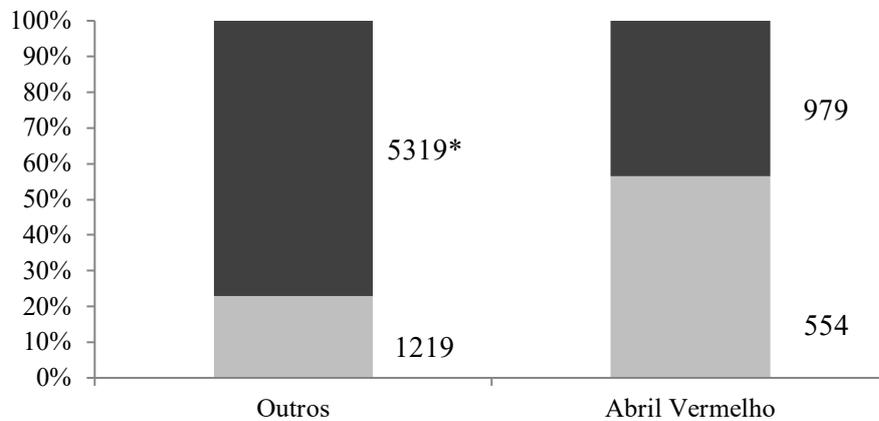
Nota: *Rótulos em números absolutos.

Fonte: O autor, 2019.

Porém, a Distância km não demonstrou o comportamento esperado, pois a expectativa era de que as porcentagens de ocupações cobertas fossem diminuindo à medida que a distância

fosse aumentando. Mas, apesar do primeiro quintil, entre 0 e 644 km, apresentar o maior nível de cobertura (35,41%), os quintis subsequentes seguiram resultados inversos (ver Gráfico 4).

Gráfico 5 - Ocupações cobertas na variável Abril Vermelho



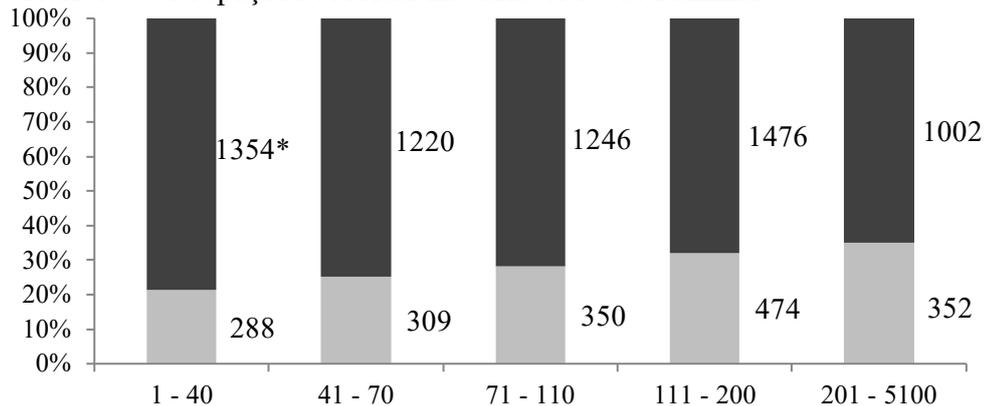
Nota:* Rótulos em números absolutos

Fonte: O autor, 2019.

■ Ocup. ■ Ocup. Cobertas

A variável Abril Vermelho apresentou um resultado mais expressivo que a SP, mas, como foi salientado, não foi corroborado pelos resultados das regressões. Enquanto que, das 979 ocupações que foram realizadas durante as jornadas de luta do MST, 554 foram cobertas, ou seja, 56,59%, das 5248 que foram realizadas em outras oportunidades, somente 1219 foram cobertas, isto é, 22,92% (ver Gráfico 5).

Gráfico 6 - Ocupações cobertas na variável N. de Famílias



Nota:* Rótulos em números absolutos

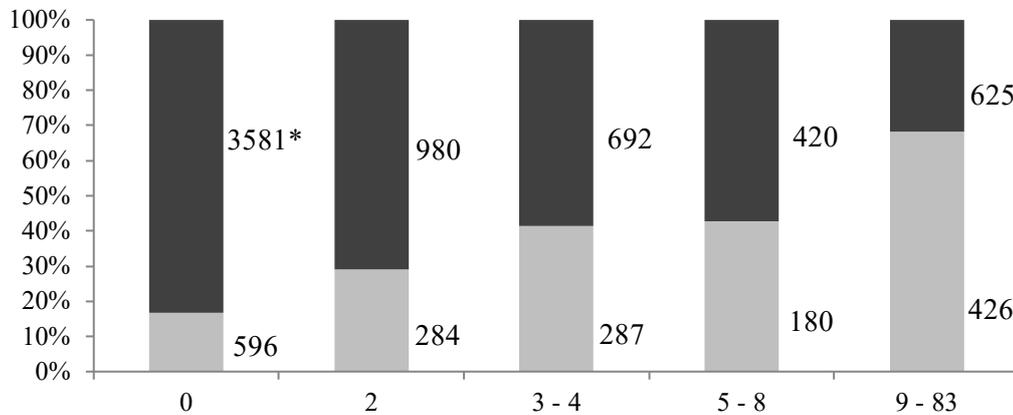
Fonte: O autor, 2019.

■ Ocup. ■ Ocup. Cobertas

O N. de Famílias também apresentou resultados expressivos, mas que, da mesma forma, não foram constatados a partir das regressões. As porcentagens de ações cobertas crescem à medida que os números de famílias também crescem. O grupo de ocupações que contaram com o envolvimento de 1 a 40 famílias – primeiro quintil – teve 21,27% de suas ações reportadas e

o grupo que contou com o engajamento de 201 a 5100 famílias – quinto quintil – teve 35,13% de suas ocupações cobertas (ver Gráfico 6).

Gráfico 7 - Ocupações cobertas na variável Intensidade



Nota:* Rótulos em números absolutos

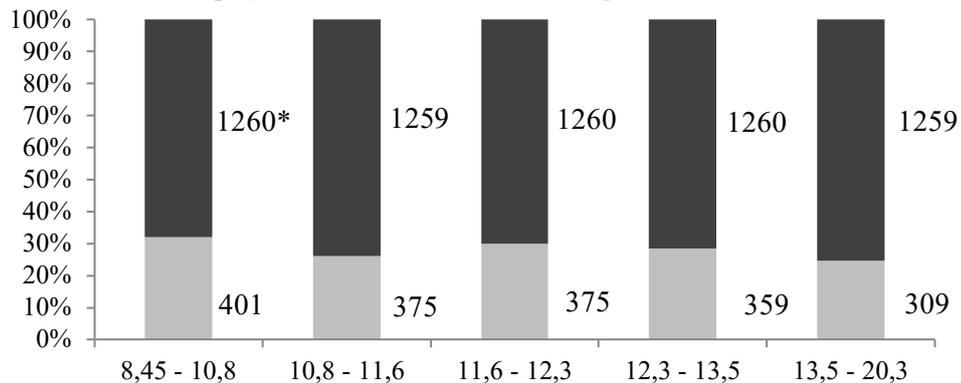
Fonte: O autor, 2019.

■ Ocup.

■ Ocup. Cobertas

A variável Intensidade foi aquela que apresentou resultados mais substantivos, tanto nas estatísticas descritivas, quanto nas regressões. É possível observar claramente que as porcentagens de ocupações cobertas aumentam à medida que os valores da intensidade também aumentam, indicando que ações mais intensas foram as mais reportadas. Enquanto que, dos 3581 casos do primeiro quintil, com valores zero, somente 596 foram cobertos, isto é, 16,64%, os 625 casos do quinto, com valores entre 9 e 83, 426 foram reportados pela FSP, ou seja, 68,16% (ver Gráfico 7).

Gráfico 8 - Ocupações cobertas na variável log PIB-M



Nota:* Rótulos em números absolutos

Fonte: O autor, 2019.

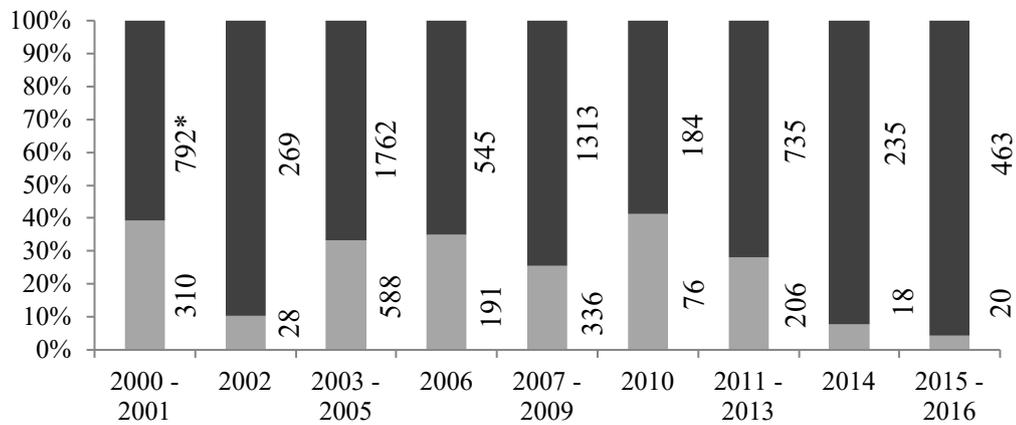
■ Ocup.

■ Ocup. Cobertas

Os resultados relativos ao log PIB-M não seguiram o comportamento esperado, pois foram os municípios-anos mais pobres que apresentaram níveis maiores de cobertura. Enquanto

que dos 1260 casos do primeiro quintil, 401 foram cobertos (31,8%), dos 1259 casos do último quintil, apenas 309 foram reportados, ou seja, 24,5% das ações (ver Gráfico 8).

Gráfico 9 - Ocupações cobertas na variável Anos



Nota:* Rótulos em números absolutos
Fonte: O autor, 2019.

■ Ocup. ■ Ocup. Cobertas

Os resultados da variável Ano Eleitoral não apresentaram, ao menos aparentemente, qualquer padrão, mas um ponto importante de ser destacado se refere às mudanças no nível de cobertura ao longo do tempo, reduzindo as porcentagens de ocupações reportadas nos últimos anos (ver Gráfico 9). Enquanto que de todas as ocupações que foram realizadas nos anos de 2000, 2001 e 2010, 39,5% foram cobertas, as que foram empreendidas nos anos de 2014, 2015 e 2016, apenas 5,4% foram reportadas.

Como ressaltai na seção anterior, as variáveis Distância km, Intensidade e Ano Eleitoral não demonstraram ser proporcionais. Por isso, para testá-las, estimei modelos irrestritos, em que incluí a interação entre essas variáveis e t , t^2 e t^3 . Somente a variável SP, que demonstrou ser proporcional, foi estimada sem as interações. Com isso, no Modelo 1, estimei o coeficiente da variável SP controlando pelas outras variáveis, sem as interações e sem a Distância km. Já no Modelo 2, estimei especificamente a Distância km, controlando pelas outras variáveis e incluindo as interações, sem, contudo, considerar a SP. No Modelo 3, estimei o coeficiente da Intensidade, controlando pelas outras variáveis e incluindo as interações. Por último, no Modelo 4, estimei a Ano Eleitoral, também controlando pelas outras variáveis e considerando as interações (ver Tabela 13).

Tabela 13 - Regressão Logística t, t², t³

	<i>Variável dependente:</i>			
	Ocupações Reportadas			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
SP	1,047*** (0,079)		1,031*** (0,079)	1,110*** (0,080)
Distância (km)		-0,0005*** (0,0001)		
Abr. Verm.	1,342*** (0,081)	1,414*** (0,083)	1,410*** (0,083)	1,413*** (0,084)
N. de Famílias	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)	0,001*** (0,000)
Intensidade	0,115*** (0,007)	0,128*** (0,007)	0,100*** (0,012)	0,118*** (0,007)
Ano Eleitoral	-0,152* (0,081)	-0,141* (0,080)	-0,180** (0,082)	-3,449*** (0,576)
Ano Eleitoral*t				0,928*** (0,284)
Ano Eleitoral*t ²				-0,054 (0,042)
Ano Eleitoral*t ³				0,0002 (0,002)
Distância*t		0,0002** (0,000)		
Distância*t ²		-0,00003** (0,000)		
Distância*t ³		0,000 (0,000)		
Intensidade*t			0,018* (0,011)	
Intensidade*t ²			-0,002 (0,002)	
Intensidade*t ³			-0,00000 (0,000)	
T	0,126** (0,060)	-0,166 (0,118)	0,103 (0,065)	0,126** (0,060)
t ²	-0,007 (0,010)	0,041** (0,019)	-0,008 (0,011)	-0,019* (0,010)
t ³	-0,001 (0,000)	-0,002*** (0,001)	-0,0003 (0,000)	0,0002 (0,000)
Constante	-1,994*** (0,115)	-1,169*** (0,216)	-1,960*** (0,121)	-1,826*** (0,114)
Observações	6298	6298	6298	6,298
Log Likelihood	-3011,424	-3039,891	-2995,682	-2958,078
AIC	6040,848	6103,782	6015,363	5940,156

Nota:

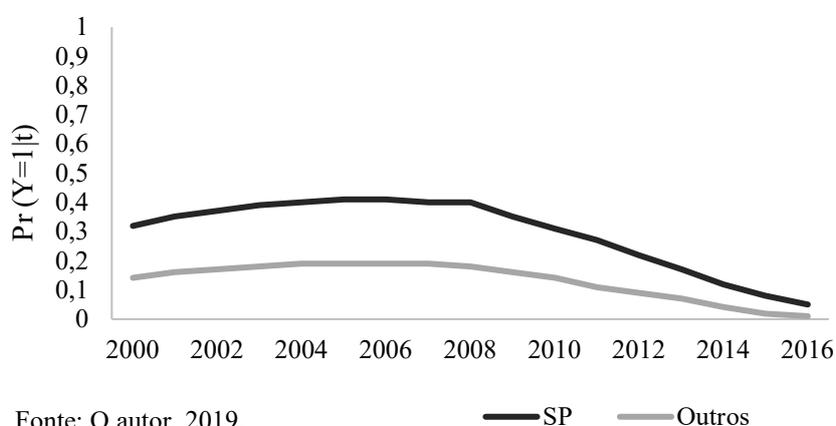
* p<0,1; ** p<0,05; *** p<0,01

Fonte: O autor, 2019.

Ainda é necessário destacar que, como o nível de cobertura não foi o mesmo ao longo dos anos, as probabilidades de as ocupações serem cobertas de acordo com os valores das variáveis independentes mudou em relação ao tempo. Deste modo, para facilitar a visualização, criei gráficos que apresentam a probabilidade de as ações serem reportadas pela FSP – ou seja, a probabilidade de Y ser igual a 1 – de acordo com os valores de cada uma das quatro variáveis e do tempo. As probabilidades foram estimadas considerando que as ações contaram com 142 famílias – isto é, aproximadamente o número médio de famílias – e que as outras variáveis independentes se mantiveram constantes.

O fato de a ocupação ser realizada no estado de São Paulo aumentou significativamente a probabilidade de ela ser reportada. Enquanto que, para uma ação empreendida em 2005, no estado São Paulo, esperava-se uma probabilidade igual a 0,41, para uma ação realizada no mesmo ano, mas em outro estado, esperava-se uma probabilidade de ela ser coberta igual a 0,19. Além disso, é possível perceber que, como passar do tempo, as probabilidades vão se aproximando (ver Gráfico 10).

Gráfico 10 - $\Pr(Y = 1)$ de acordo com SP-Ano



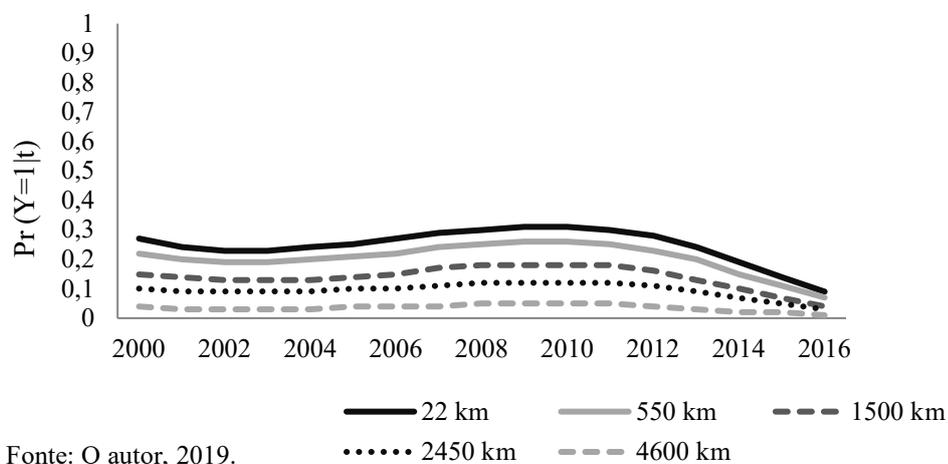
Fonte: O autor, 2019.

Seguindo na mesma linha, as ocupações levadas a cabo em municípios mais distantes da capital paulista apresentaram menores probabilidades, e vice-versa. Enquanto que, para uma ação realizada em 2010, num município a 22 km da cidade de São Paulo, esperava-se que probabilidade de ela ser reportada fosse igual a 0,31, para uma ação empreendida no mesmo ano, mas num município a 4600 km da capital paulista, esperava-se uma probabilidade igual 0,05³⁶ (ver Gráfico 11).

³⁶ Os quilômetros representam as distâncias aproximadas entre São Paulo e municípios que, realmente, presenciaram ações: São Bernardo do Campo-SP (22 km), Betim-MG (550 km), Itambé-BA (1500 km), Lajedo-PE (2450 km) e Mucajaí-RR (4600 km).

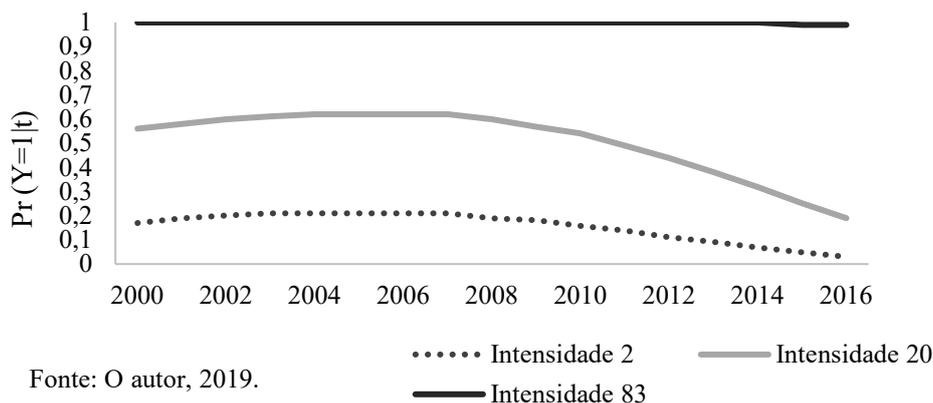
É importante dizer que a Distância km, apesar de apresentar significância estatística para todas as regressões estimadas, manifestou uma associação positiva com a variável dependente até a inclusão da Intensidade no modelo, ou seja, associação só passou a ser negativa com o controle da Intensidade, demonstrando a relevância dessa variável. Muito provavelmente, esse comportamento está relacionado ao fato de Pernambuco ser o estado com a maior porcentagem de ações reportadas, pois, embora seja relativamente longe de São Paulo, presenciou ocupações de grandes intensidades, como vimos acima.

Gráfico 11 - $\Pr(Y = 1)$ de acordo com Distância km-Ano



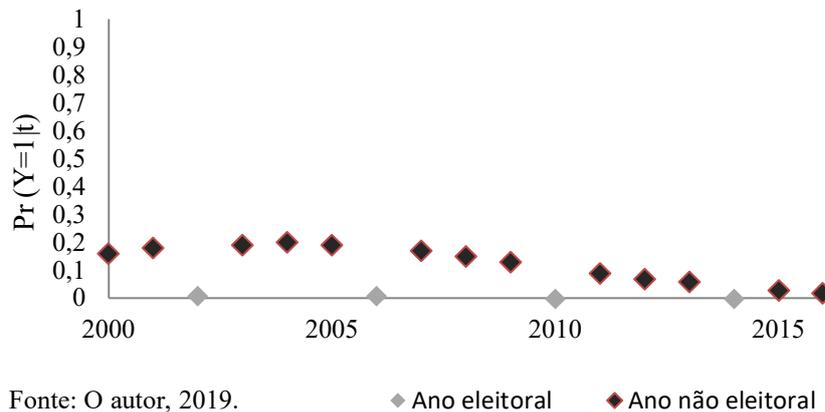
A Intensidade, por sua vez, demonstrou ser extremamente relevante para explicar a variável dependente. Para as ações com intensidade igual a 83, esperava-se que a probabilidade de elas serem cobertas fosse próxima de 1 para todos os anos. Para as ações realizadas em 2006, com intensidade igual a 2, esperava-se uma probabilidade igual a 0,21, e para as ações levadas a cabo no mesmo ano, mas com intensidade igual a 20, esperava-se uma probabilidade igual a 0,62 (ver Gráfico 12).

Gráfico 12 - $\Pr(Y = 1)$ de acordo com Intensidade-Ano



Por fim, as ocupações realizadas em qualquer um dos anos eleitorais, esperava-se que a probabilidade de elas serem cobertas fosse menor que 0,01. Já para as ações empreendidas em anos sem eleições presidenciais, esperavam-se probabilidades maiores: 0,16 para 2000; 0,20 para 2003; 0,02 para 2016 (ver Gráfico 13).

Gráfico 13 - $\Pr(Y = 1)$ de acordo com Ano



3.6 Discussão

Com base nos resultados, sobretudo, das regressões, foi possível notar o poder explicativo de SP, Distância km, Intensidade e Ano Eleitoral. Essas quatro variáveis apresentaram significâncias substantivas em todos os modelos estimados, demonstrando serem de grande importância para a compreensão do padrão de seleção da FSP. Por outro lado, Abril Vermelho, N. de Famílias e log PIB-M não apresentaram significância estatística para nenhum dos modelos estimados, não contribuindo, assim, para a compreensão da variável dependente.

Desta forma, a Hipótese 2, relacionada à previsibilidade dos protestos, não pôde ser confirmada. Contrariando um dos achados mais consistentes desse debate (cf. ALMEIDA; LICHBACH, 2003; HERKENRATH; KNOLL, 2011; HUG; WISLER, 1998; MARTIN, 2005), a Hipótese 3, referente aos efeitos dos tamanhos dos protestos, também não foi confirmada. Da mesma maneira, a Hipótese 5, que diz respeito à relevância do local onde os protestos são levados a cabo, também não pôde ser sustentada.

No tocante ao tamanho das ações, talvez o resultado esteja relacionado à forma de ação analisada, pois o número de pessoas que se engajaram nas ocupações de terra não variou tanto ao ponto de chamar a atenção dos jornalistas. Como vimos, a grande maioria das ações foi realizada por um número de famílias que variou de uma a 200. Ao multiplicarmos cada família por quatro, para ter uma ideia do número de pessoas que se envolveram nas ocupações,

chegamos à conclusão que a maioria das ações ocorreu com menos de 801 pessoas, ou seja, um número inexpressivo para atrair a atenção dos meios de comunicação.

Quanto ao argumento que se refere à relevância do local, talvez o log PIB-M não tenha servido como uma boa *proxy*. Acredito que o argumento seja pertinente, pois faz sentido supor que os protestos levados a cabo, por exemplo, nas capitais dos estados apresentem maiores chances de serem reportados, não só pela facilidade de acesso, mas pela relevância desses locais. No entanto, para testar tal hipótese, seria necessário analisar outras formas de ação, considerando que poucas ocupações foram empreendidas em capitais por causa do caráter urbano dessas cidades.

Passando para as variáveis substantivamente significantes, a Hipótese 1, concernente à distância entre a sede do jornal e o local onde os protestos são realizados, foi fortemente sustentada, sendo possível afirmar com segurança que a FSP apresenta um viés de seleção que tende a cobrir mais as ocupações que ocorrem no estado de São Paulo ou que ocorrem mais próximas à capital paulista.

Tal resultado pode ser explicado por, pelo menos, dois motivos: o primeiro, como já foi ressaltado, se refere à facilidade que os jornalistas encontram em acessar as informações sobre ações levadas a cabo em locais mais próximos aos seus ambientes de trabalho; o segundo diz respeito ao perfil dos consumidores da FSP, pois, considerando que aproximadamente 47% de seus leitores são da Grande São Paulo e que estes se interessam mais por notícias que abordam questões do seu estado, é plausível supor que os eventos que acontecem na região recebam maior atenção.

A Intensidade, que foi uma variável criada por mim na tentativa de testar os argumentos que se referem às características que tornam os protestos mais interessantes de serem reportados, apresentou grande poder explicativo, corroborando a Hipótese 4 e a ideia de que as ocupações realizadas ao mesmo tempo, no mesmo local e, principalmente, de maneira coordenada, atraem mais a atenção da FSP.

Além de serem mais interessantes de se noticiar, ações coordenadas demandam uma quantidade maior de recursos, e, ao menos que elas sejam clandestinas, é razoável esperar que seus organizadores concentrem parte dos recursos para dar visibilidade às ações.

Em relação aos argumentos que se referem ao impacto que os contextos político-sociais geram nos padrões de cobertura dos protestos, os resultados demonstraram que as ocupações realizadas em anos de eleições presidenciais apresentaram probabilidades muito menores de serem reportadas, confirmando a Hipótese 6.

Acompanhando a conclusão destacada acima de Oliver e Maney (2000, p. 477), que perceberam uma redução da cobertura dos protestos por causa da prioridade que os jornais deram à eleição presidencial estadunidense de 1996, é possível que esse achado se explique pelo fato da FSP também priorizar, durante os anos eleitorais, a eleição presidencial em detrimento de outros eventos.

Importante dizer que o padrão de seleção da FSP não demonstrou ser estável ao longo do tempo, trazendo mais problemas para construção de bases sobre eventos de protesto. Em geral, as probabilidades de as ocupações serem reportadas diminuíram consideravelmente nos últimos dois anos. Essa instabilidade cria dificuldades para se realizar previsões a respeito das magnitudes das diferenças entre as probabilidades, mas um ponto fundamental que reforça os achados é que as linhas dos gráficos não se cruzaram, sendo possível afirmar com certa segurança que as ações levadas a cabo em São Paulo ou mais próximas à capital paulista apresentarão maiores probabilidades de serem reportadas pela FSP do que as empreendidas em outros estados ou em cidades mais distantes, independentemente do período, valendo também para as outras duas variáveis.

Contudo, é necessário observar que, afora a variável Ano Eleitoral, t , t^2 e t^3 não foram consideradas como variáveis teóricas. Assim, o impacto do tempo, além de mudar com o modelo, não pode ser interpretado teoricamente, precisando ser compreendido a partir de variáveis omitidas. Talvez a mudança no padrão de seleção com o passar dos anos se explique, por um lado, pelo desinteresse da FSP nas ocupações e, por outro, pelo aumento do interesse em outros tipos de protesto, mas essas hipóteses precisam ser testadas.

Para terminar, vale reforçar que este capítulo analisou apenas uma forma de ação e um meio de comunicação que possuem, como todos os outros, suas peculiaridades. Portanto, é provável que os achados expostos acima não sirvam para explicar os vieses de seleção de outros meios ou, até mesmo, da própria FSP para outras formas de ação. Por isso, para aprofundar ainda mais nosso conhecimento sobre os vieses das fontes, é necessário realizar outras pesquisas com outros meios e/ou formas de ação. Mas creio que, apesar das limitações, esse capítulo contribui para esclarecer algumas questões sobre o uso da FSP para construção de bases sobre eventos de protesto.

CONCLUSÃO

Os três capítulos da tese – que abordaram, de modos mais tangencial ou direto, questões relacionadas às lutas dos movimentos rurais no Brasil – ofereceram uma série de evidências que demonstram como os atores e movimentos rurais vêm protagonizando, ao longo da história nacional, diversos conflitos de relevância política e como eles vêm sendo tomados como objeto de estudos de parte considerável das pesquisas do campo de movimentos sociais e ações coletivas do país. Deste modo, essas evidências contrariam parte de nossa sociologia (incluindo uma parcela das teorias que informaram a gênese do debate brasileiro sobre movimentos sociais) que tratou o rural, seus atores e lutas, a partir de uma perspectiva normativa, abordando-o a partir da falta e do atraso, entre outros aspectos pejorativos.

Além disso, os capítulos apresentaram diferentes tipos de análises quantitativas, realizando, com isso, métodos não muito comuns entre os estudos de movimentos sociais no Brasil. Enquanto no primeiro capítulo foram realizadas análise de frequência e de redes de co-palavras e co-referências presentes nos artigos abarcados, nos segundo e terceiro capítulos foram estimados alguns modelos inferenciais para testar as hipóteses. Esses métodos possibilitaram a realização de análises e a obtenção de resultados inovadores para o campo de estudos de movimentos sociais. Como vimos no primeiro capítulo, dos 403 artigos analisados que desenvolveram pesquisas empíricas, quase 90% deles – mais especificamente, 356 artigos – empreenderam análises qualitativas. Esse número poderia ser ainda maior se não considerássemos estatísticas descritivas como análises quantitativas.

Em relação aos resultados específicos de cada capítulo, foi possível chegar às seguintes conclusões. No Capítulo 1, vimos que a produção de artigos sobre movimentos apresentou um crescimento significativo, tanto em termos absolutos, quanto proporcionais. Também foi possível notar que a maioria dos trabalhos se dedicou a estudar, a partir de diferentes questões de pesquisa, os movimentos rurais. As análises por frequências de palavras e de autores, assim como as de subgrupos por co-palavras e co-referências confirmaram os diagnósticos da especialização empírica e da fragmentação teórica do campo em questão. A especialização se expressa na produção de pesquisas focadas quase que exclusivamente em atores empíricos específicos (mulheres, trabalhadores etc.). Outro aspecto do campo é a sua fragmentação, ou seja, a existência de subgrupos de autores diferentes e que não são compartilhados entre si.

Foi possível notar ainda a liderança conquistada pelos teóricos da chamada *Contentious Politics* (Tilly, Tarrow e McAdam) no Brasil, superando os teóricos dos chamados novos

movimentos sociais (Touraine, Habermas e Melucci), e a respectiva inserção no debate brasileiro das categorias por eles desenvolvidas, como “repertórios” e “oportunidades”. Mas, apesar da queda de sua abordagem teórica, Melucci continuou apresentando certa relevância para os estudiosos de movimentos do país. Outra mudança na configuração do debate foi a entrada do sistema político, de seus atores e dinâmicas, na heurística utilizada para explicar os movimentos sociais, suas condições e efeitos.

No Capítulo 2, foi possível concluir que o grau de cobertura do PBF apresentou uma associação positiva com o número de famílias nas ocupações. Esse resultado reforçou o argumento de que a atenuação da situação de penúria vivida por setores extremamente pauperizados da população brasileira, fez com que as ocupações de terra deixassem de ser vistas pelas famílias como uma alternativa interessante para melhorar de vida. Esse resultado demonstrou ainda a importância das condições materiais de existência na explicação do processo de engajamento/recrutamento para alguns tipos de ações de alto custo/risco

Além disso, é importante dizer que estes resultados nos ajudaram a entender o processo de engajamento/recrutamento de uma forma de ação específica, a saber: as ocupações de terra. Assim como McAdam (1986, p. 67) e diferentemente de Kim e Bearman (1997, p. 70), não acredito que seja possível elaborar um modelo para explicar as dinâmicas sociais e as condições estruturais da ação coletiva na sociedade humana. Não é razoável pensar que um mesmo modelo sirva para explicar os processos de engajamento/recrutamento de ações como um abaixo assinado, uma greve, uma passeata ou um sequestro a uma autoridade política. Apesar de estas ações serem utilizadas pelos movimentos sociais como forma de reivindicar determinados recursos, elas apresentam dinâmicas completamente distintas, independentemente do local onde elas são realizadas, dos movimentos que as realizam ou das reivindicações que são feitas.

Já no Capítulo 3, foi possível notar o poder explicativo das variáveis SP, Distância km, Intensidade e Ano Eleitoral, que apresentaram significâncias substantivas em todos os modelos estimados, demonstrando serem de grande importância para a compreensão do padrão de seleção da FSP. A partir dos resultados, foi possível concluir que as ocupações mais intensas, que ocorrem no estado de São Paulo, mais próximas a capital paulista e fora de anos de eleições presidenciais apresentam maiores probabilidades de serem cobertas pela FSP.

O achado relacionado à distância entre os protestos e a sede do jornal, que apresentou um forte poder para explicar o padrão de cobertura da FSP, muito provavelmente afetou os trabalhos realizados a partir das duas bases construídas em São Paulo e Campinas (ALONSO; MISCHÉ, 2016; SOARES, 2017; TATAGIBA, 2017; TATAGIBA; GALVÃO, 2019). Tatagiba (2017, p. 84), por exemplo, chegou a afirmar que as “cinco cidades que mais

abrigaram protestos à direita foram, por ordem: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte”, sem se atentar para o fato de que a FSP tende a cobrir mais os protestos empreendidos no estado de São Paulo ou mais próximos à capital paulista. É possível que São Paulo seja a cidade que mais presencia protestos à direita, como afirmou a autora, até pelo tamanho de sua população e pela intensa presença de organizações de direita, mas fundamentar essa afirmação com base nos dados tirados da FSP é um tanto problemático. Tanto é que Tatagiba e Galvão (2019, p. 67) reconheceram a existência desse viés, ao constatarem que 59,6% dos eventos da base tinham sido realizados no Sudeste e 40% em São Paulo, sendo, com isso, controverso analisá-los para discutir os protestos a nível nacional.

Soares (2017), que, por sua vez, utilizou como fonte os *websites* da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), concluiu que das 286 ações, 139 foram empreendidas em Brasília. Essa concentração de protestos na capital do país provavelmente está ligada, por um lado, ao fato da APIB ser uma entidade nacional e, portanto, com um foco maior em questões de caráter nacional, e, por outro, das mobilizações realizadas em Brasília serem nacionais, de maior destaque, reunindo diversos povos e entidades, o que as torna mais valiosas de serem publicadas. Tanto é que 223 ações foram classificadas como multiétnicas, ou seja, contaram com a presença de dois ou mais grupos étnicos (SOARES, 2017, p. 209-210).

Um ponto importante de ser destacado refere-se ao fato das 149 ações registradas por Soares (2017) terem sido classificadas como “ativismo midiático/digital” (notas divulgadas à imprensa, difusão de vídeos com lideranças indígenas, “twittaços” etc.). Porém, muito provavelmente, esse dado se deve ao fato de as fontes usadas pelo autor serem *websites*.

Para dar um exemplo de como bases de protesto enviesadas podem levar a conclusões extremamente equivocadas, o autor concluiu que:

[...] o *padrão de ações do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016* é fortemente multiétnico e concentrado em Brasília, lançando mão de ações com forte apelo simbólico e amparadas na relação com mídias jornalísticas e digitais [...] Observa-se, a partir dos dados, um movimento social que lança mão de ações pouco conflituosas, optando por uma pauta de diálogo com os representantes do governo brasileiro (SOARES, 2017, p. 212 *grifo meu*).

No entanto, enquanto, segundo o DATALUTA, apenas entre 2009 e 2012, os movimentos indígenas realizaram 95 ocupações de terra, na base produzida por Soares, entre 2009 e 2016, foram registradas menos de 20 “ocupações de propriedade privada”. Portanto, é e complicado afirmar que os indígenas lançaram mão de “ações pouco conflituosas”, quando,

durante o período estudado pelo autor, chegou a ocorrer conflitos armados entre indígenas e proprietários de terra.

Outra questão relaciona-se aos impactos dos contextos político-sociais na seleção dos protestos e às mudanças do padrão de cobertura da FSP ao longo do tempo. Além dos resultados mostrarem que as ocupações realizadas em anos de eleições presidenciais apresentaram probabilidades menores de serem cobertas pela FSP, o que, possivelmente, se explica pelo fato do jornal priorizar os acontecimentos eleitorais durante esses períodos, as probabilidades de as ocupações serem reportadas diminuíram perceptivelmente nos últimos anos, criando dificuldades, inclusive, para se realizar previsões.

Mas um ponto fundamental que reforça os achados é que, independentemente das mudanças nos padrões de cobertura e da redução das probabilidades, as ações realizadas no estado de São Paulo, mais próximas à capital paulista e com um nível maior de intensidade continuaram apresentando, ao longo de todo período, probabilidades maiores de serem cobertas. Em relação a esse problema, é interessante notar que, em 2014, ano de eleição presidencial, o número de protestos da base analisada por Tatagiba e Galvão (2019, p. 445) foi um dos menores, saindo de 445 eventos, em 2013, para 147, em 2014, 153, em 2015, e 172, em 2016.

Assim, os três capítulos que compõem a tese servem, parcial e obliquamente, para se opor às teorias normativas que partiam de uma perspectiva da falta e do atraso para compreender o rural, demonstrando, não apenas que os movimentos rurais brasileiros sempre apresentaram um nível considerável de organização, mobilização e impacto político, como também esses atores foram tomados amplamente enquanto objeto de análise pelos cientistas sociais de instituições nacionais. Além disso, esses capítulos buscaram inovar ao abarcar essas temáticas com base em análises quantitativas, alcançando resultados inéditos no campo de estudos de movimentos sociais e ações coletivas.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; LIZANDRA, S.; LUCIANA, T. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, v. 28, n. 13, p. 52-84, 2011.
- ALARCON, D. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. *Ruris*, v. 7, n. 1, p. 99-126, 2013.
- ALBERTUS, M.; BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Land Inequality and Rural Unrest: Theory and Evidence from Brazil. *Journal of Conflict Resolution*, n. 12, p. 1-40, 2016.
- ALMEIDA, M. H. T. *O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança*. Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- ALMEIDA, P.; LICHBACH, M. I. To The Internet, From The Internet: Comparative Media Coverage of Transnational Protests. *Mobilization*, v. 8, n. 3, p. 249-272, 2003.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, n. 1, p. 1-16, 2016.
- ALVES, A.; SILVEIRA, I. Anos 50 e mundo rural: na terra do “atraso” a semente da luta. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 56, p. 118-131, 2014.
- ANDRETTA, M.; DELLA PORTA, D. Contentious Precarious Generation in Anti-Austerity Movements in Spain and Italy. *Revista de Ciências Sociais*. v. 10, n. 1, p. 37-66, 2015.
- ARÃO REIS FILHO, D. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 319-333.
- ARRUDA, R. Número de invasões de terras é menor desde 2004. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 2011. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-invasoes-de-terras-e-o-menor-desde-2004,708587>. Acesso em: 11 jun. 2016.
- BAGULEY, P. The Limits of Protest Event Data and Repertoires for the Analysis of Contemporary Feminism. *Politics and Gender*, v. 6, n. 4, p. 616-622, 2010.

- BARRANCO, J; WISLER, D. Validity and systematicity of newspaper data in event analysis. *European Sociological Review*, n. 15, p. 301-322, 1999.
- BARREIRA, I. Social Movements, Culture, and Politics in the Work of Brazilian Sociologists. *Latin American Perspectives*, v. 38, n. 3, p. 150-168, 2011.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma sociologia dos intelectuais. *DADOS*, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.
- BECK, N.; KATZ, J.; RICHARD, T. Taking time seriously: Time-series-cross-section analysis with a binary dependent variable. *American Journal of Political Science*, n. 42, p. 1260-1288, 1998.
- BLONDEL, V. et. al. Fast unfolding of communities in large networks. *Journal of Statistical Mechanics*, n. 2, p. 1-12, 2008.
- BORBA, J.; SELL, C. Movimentos sociais, participação e democracia: contexto e perspectivas de debate no Brasil. Apresentação. *Política & Sociedade*, v. 11, p. 7-18, 2007.
- BORJA, J. *Movimientos Sociales Urbanos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- BOSCHI, R. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.
- BOX-STEFFENSMEIER, J.; ZORN, C. Durations Models and Proportional Hazards in Political Science. *American Journal of Political Science*, v. 45, n. 4, p. 972-988, 2001.
- BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *DADOS*, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.
- BRINGEL, B.; TEIXEIRA, M. A. Repertórios de ação e repertórios de interpretação: trinta anos de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Org.), *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*, Florianópolis: EDUFSC, (no prelo), 2015.
- CARDOSO, R. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CARDOSO, R. Movimentos sociais na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 1-12, 1987.
- CARTER, D.; SIGNORINO, C. Back to the Future: Modeling Time Dependence in Binary Data. *Political Analysis*, n. 18, p. 271-292, 2010.
- CASTELLS, M. *Movimientos Sociales Urbanos*. Ed. 2, Buenos Aires: Siglo XXI, 1977.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, p. 11-49, 2009.

CHAUI, M. *Cultura do povo e autoritarismo das elites*. A cultura do povo. São Paulo: Cortez e Moraes/ Educ, 1979.

CHAUI, M. Prefácio. In: SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CLEPS Jr., J. Banco de dados de luta pela terra em Minas Gerais – DATALUTA: importância na pesquisa sobre os movimentos socioterritoriais. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 6, 2007, Bogotá. *Acta del Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. p. 1-17.

CLEPS Jr., J. et. al. A integração dos dados da luta pela terra como subsídio ao estudo sobre o desenvolvimento socioterritorial: pesquisa DATALUTA. *Revista Desenvolvimento Social*, v 3, p. 5-22, 2009.

CLEPS Jr., J. et. al. O contexto das lutas sociais do campo nas cidades: mapeamento das manifestações no período de 2000-2012. *Boletim DATALUTA*, n. 77, p. 2-10, 2014.

COHN, G. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CORREA, M. O sexo da dominação. *Novos Estudos*, n. 54, p. 43-53, 1987.

COSTA, J. B.; OLIVEIRA, C. L. Negros do Norte de Minas: direitos, conflitos, exclusão e criminalização de quilombos. In: ALFREDO WAGNER, B. A. (Org.), *Cadernos de Debate Nova Cartografia Social: Territórios Quilombolas e Conflitos*, Manaus: UEA Edições, 2010, p. 228-234.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Org.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*, São Paulo / Campinas: Paz e Terra / Ed. Unicamp, 2006, p. 13-91.

DANZGER, H. Validating Conflict Data. *American Sociological Review*, v. 40, n. 5, p. 570-584, 1975.

DEBERT, G. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DELLA PORTA, D. Recruitment Processes in Clandestine Political Organizations: Italian Left-Wing Terrorism. *International Social Movement Research*, v. 1, p. 155-169, 1988.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. *Social Movements: An Introduction*. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

DOIMO, A. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-1970*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara/Anpocs, 1995.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável público...: performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, n. 97, p. 43-55, 2013.

DURIGUETTO, M. L.; SILVA, K. N.; SOUZA, A. R. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política. *Revista Katál*, v. 12, n. 1, p. 12-21, 2009.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 23, 2001, Washington-DC, *Anais do Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*. Washington-DC: LASA, 2001. p.1-21.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. *OSAL*, v. 24, p. 73-85, 2008.

FERNANDES, B. O MST não está em crise, mas, sim, os pequenos agricultores. *IHU On-Line*, São Leopoldo, abr. 2011. Entrevista concedida ao IHU On-Line. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42460-o-mst-nao-esta-em-crise-mas-sim-os-pequenos-agricultores-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>. Acesso em: 11 jun. 2016.

FERNANDES, B.; SILVA, A.; GIRARDI, E. DATALUTA – Banco de dados de luta pela terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. *Terra Livre*, v. 2, n. 21, p. 89-112, 2003.

FERNANDES, F. Prefácio. In: MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54)*, São Paulo: Polis, 1978, p. 17-24.

FERREIRA GUERRA, E. Gestão Territorial na terra indígena *Xacriabá* e a geopolítica das retomadas. *Revista Geográfica de América Central*, n. 2, p. 1-16, 2011.

FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FILHO, E. et. al. DATALUTA Sergipe: metodologia e contribuição ao estudo da questão agrária. *Revista de Extensão Universitária da UFS*, n. 2, p. 61-71, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Bolsa Família esvazia MST, dizem analistas. *Folha de S. Paulo*, Ribeirão Preto, 4 nov. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0411200703.htm>. Acesso em: 11 jun. 2016.

GAIGER, L. I. As condições socioculturais do engajamento no MST. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 13, p. 70-92, 1999.

- GIRARDI, E.; ROSSETTO, O.; PEREIRA, L. Ações de luta pela terra no estado do Mato Grosso em 2011. *Boletim DATALUTA*, n. 64, p. 2-10, 2013.
- GOHN, M. G. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GOHN, M. da G. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-455, 2008.
- GOHN, M. da G. A produção sobre movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, p. 79-103, 2014.
- GOMES, Â. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, J. *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 31-58.
- GOMES, C.; SORJ, B. *Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil*. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.
- GOULD, R. Multiple Networks and Mobilization in the Paris Commune, 1871. *American Sociological Review*, v. 56, n. 6, p. 716-729, 1991.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G.; BICHIR, R. Quando novos atores saem de cena. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 37-55, 2004.
- GURZA LAVALLE, A.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.
- GURZA LAVALLE, A. et. al. Movimentos Sociais, Institucionalização e Domínios de Agência. In: GURZA LAVALLE, A. (Org.). *Movimentos Sociais e Institucionalização: Políticas Sociais, Raça e Gênero no Brasil pós-transição*, Ed. 1, Rio de Janeiro: EDUERJ, 2019, p. 20-86.
- HALL, A. Brazil's Bolsa Família: a double-edged sword? *Development and change*, v. 39, n. 5, p. 799-822, 2008.
- HERKENRATH, M.; KNOLL, A. Protest Events in International Press Coverage: An Empirical Critique of Cross-National Conflict Databases. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 52, n. 3, p. 163-180, 2011.
- HIDALGO, D. et. al. Economic Determinants of Land Invasions. *The Review of Economics and Statistics*, v. 92, n. 3, p. 505-523, 2010.
- HOLLANDA, C. B. Os cadernos do nosso tempo e o interesse nacional. *DADOS*, v. 55, n. 3, p. 607-640, 2012.
- HUG, S.; WISLER, D. Correcting for selection bias in social movement research. *Mobilization*, v. 3, n. 2, p. 141-161, 1998.

HUTTER, S. Protest Event Analysis and Its Offspring. In: DELLA PORTA, D. (Org.) *Methodological Practices in Social Movement Research*, Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 335-367.

IANNI, O. *Estado e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, O. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1998*. v. 58, Rio de Janeiro, 1999. 890 p.

JACKSON, L.; BARBOSA, D. Histórias das ciências sociais brasileiras. In: MARTINS, C.; MICELI, S. (Org.). *Sociologia brasileira hoje*, Cotia: Ateliê, 2017, p. 217-281.

JACOBI, P. Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, R. (Org.). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 145-179.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil. *BIB*, n. 9, p. 221-236, 1980.

JACOBI, P. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, n. 23, p. 18-34, 1987.

JASMIN, M.; FERES JR., J. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola/Iuperj, 2006.

JASPER, J.; POULSEN, J. Recruiting Strangers and Friends: Moral Shocks and Social Networks in Animal Rights and Anti-Nuclear Protests. *Social Problems*, v. 42, n. 4, p. 493-512, 1995.

KAUCHAKJE, S. 35 anos de pesquisa sobre movimentos sociais: permanências e diversidades nas teses e dissertações realizadas na USP e UNICAMP. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, p. 113-132, 2010.

KAYSEL, A.; MUSSI, D. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre F. Weffort, C. E. Martins e M. H. Tavares de Almeida (1972-1978). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41, 2017, Caxambú, *Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambú: ANPOCS, 2017, p. 1-33.

KECK, M. *PT, a lógica da diferença*. São Paulo: Ática, 1991.

KIM, H.; BEARMAN, P. The Structure and Dynamics of Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 62, n. 1, p. 70-93, 1997.

KITTS, J. A. Mobilizing in Black Boxes: Social Networks and Participation in Social Movement Organizations. *Mobilization*, v. 5, n. 2, p. 241-257, 2000.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. *American Sociological Review*, v. 49, n. 5, p. 583-600, 1984.

- KLANDERMANS, B.; OEGEMA, D. Potentials, Networks, Motivations, and Barriers: Steps Towards Participation in Social Movements. *American Sociological Review*, v. 52, n. 4, p. 519-531, 1987.
- KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n. 3, p. 38-50, 1987.
- KOWARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- LACLAU, E. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAHUERTA, M. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, p. 53-95, 2001.
- LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. *Opinião Pública*, v. 21, n. 1, p. 157-187, 2015.
- LOERA, N. R. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo/ Campinas: Polis/CERES, 2006.
- LOJKINE, J. *Le marxisme, l'Etat et la question urbaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1977.
- LOPES, J. L. *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.
- LOVEMAN, M. High-Risk Collective Action: Defending Human Rights in Chile, Uruguay, and Argentina. *The American Journal of Sociology*, v. 104, n. 2, p. 477-525, 1998.
- LYNCH, C. Ssquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência*, v. 55, p. 21-37, 2011.
- MACEDO, M. E. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *MANA*, v. 11, n. 2, p. 473-497, 2005.
- MACHADO DA SILVA, Luiz A. A Política na favela, *Cadernos Brasileiros*, v. 9, n. 41, p. 35-47, 1967.
- MACHADO, L. Alcance e limites das teorias da modernização. *Revista de Administração de Empresas*, v. 10, n. 3, p. 169-192, 1970.
- MARQUES, M. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, v. 18, n. 19, p. 95-112, 2002.
- MARQUES, R. et. al. Discutindo o papel do Programa Bolsa Família na decisão das eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Revista de Economia Política*, v. 29, n. 1, p. 114-132, 2009.
- MARTIN, A. Addressing the selection bias in media coverage of strikes: a comparison of mainstream and specialty print media. *Research in Social Movements Conflicts and Change*, n. 26, p. 143-178, 2005.

- MARTINS, J de S. *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MARTINS, J de S. Introdução. In: MARTINS, J de S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo: Hucitec, 1986, p. 15-43.
- MCADAM, D. Recruitment to High-Risk Activism: the Case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1, p. 64-90, 1986.
- MCADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the Relationship Between Social Ties and Activism. *American Journal of Sociology*, v. 99, n. 3, p. 640-667, 1993.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n. 76, p. 11-48, 2009.
- MCADAM, D.; WILTFANG, G. The Costs and Risks of Social Activism: A Study of Sanctuary Movement Activism. *Social Forces*, v. 69, n. 4, p. 987-1010, 1991.
- MCCARTHY, J.; MCPHAIL, C.; SMITH, J. Images of Protest: Dimensions of Selection Bias in Media Coverage of Washington Demonstrations, 1982 and 1991. *American Sociological Review*, v. 61, n. 3, p. 478-499, 1996.
- MCCARTHY, J. et. al. Assessing Stability in the Patterns of Selection Bias in Newspaper Coverage of Protest During the Transition From Communism in Belarus. *Mobilization*, v. 13, n. 2, p. 127-146, 2008.
- MEDEIROS, L. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MICELI, S. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Idesp, 1989.
- MIRANDA, E.; FIÚZA, A. L. Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 55, n. 1, p. 123-136, 2017.
- MOISÉS, J. A. *Greve de massa e crise política: estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54)*. São Paulo: Polis, 1978.
- MOISÉS, J. A.; MARTINEZ-ALIER, V. A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”. In: MOISÉS, J. A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977, p. 13-64.
- MÜELLER, C. International Press Coverage of East German Protest Events, 1989. *American Sociological Review*, v. 62, n. 5, p. 820-832, 1997.
- MÜLLER, E.; OPP, K. Rational Choice and Rebellious Collective Action. *American Political Science Review*, v. 80, n. 2, p. 471-487, 1986.
- MUNHOZ, T.; MEDEIROS, R. DATALUTA. Banco de dados de luta pela terra: monitoramento e análise de dados no estado do Rio Grande do Sul. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 29, 2017, Porto Alegre, *Anais do Salão de Iniciação Científica*, Porto Alegre: UFRGS, 2017. p. 1-15.

- MYERS, D.; CANIGLIA, B. All the Rioting That's Fit to Print: Selection Effects in National Newspaper Coverage of Civil Disorders, 1968-1969. *American Sociological Review*, v. 69, n. 4, p. 519-543, 2004.
- NEPSTAD, S. E.; SMITH, C. Rethinking Recruitment to HighRisk/Cost Activism: The Case of Nicaragua Exchange. *Mobilization*, v. 4, n. 1, p. 25-40, 1999.
- NISBET, R. As ideias-unidades da sociologia. In: MARTINS, J de S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo: Hucitec, 1986, p. 41-61.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVER, P.; MANEY, G. Political Processes and Local Newspaper Coverage of Protest Events: From Selection Bias to Triadic Interactions. *American Journal of Sociology*, v. 6, n. 2, p. 463-505, 2000.
- OLIVER, P.; MYERS, D. How Events Enter the Public Sphere: Conflict, Location, and Sponsorship in Local Newspaper Coverage of Public Events. *American Journal of Sociology*, v. 105, n. 1, p. 38-87, 1999.
- OLZAK, S. Analysis of Events in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*, n. 15, p. 119-141, 1989.
- OPP, K.. Soft Incentives and Collective Action: Participation in the Anti-Nuclear Movement. *British Journal of Political Science*, v. 16, p. 87-112, 1986.
- PALMEIRA, M. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v. 1, n. 1, p. 41-56, 1979.
- PAOLI, M. C. *Labor, Law and State in Brazil (1930-1950)*. 1988. 459 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Londres, Londres, 1988.
- PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, J. S. L. *Cultura e identidade operária*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987, p. 53-101.
- PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, v. 3, n. 6, p. 1291-49, 1983.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade*. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERRUSO, M. A. Em busca do “novo”: movimentos sociais no pensamento social brasileiro dos anos 1970/80. *Perspectivas*, v. 37, p. 249-268, 2010.
- ROBINSON, W. Ecological Correlations and the Behavior of Individuals. *American Sociological Review*, v. 15, n. 3, p. 351-356, 1950.

- RODRIGUES, L. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- ROMAO, W. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do Cesit*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.
- ROSA, M. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. *DADOS*, v. 47, n. 3, p. 473-503, 2004.
- RUCHT, D.; KOOPMANS, R.; NEIDHARDT, F. Introduction: Protest as a Subject of Empirical Research. In: RUCHT, D.; KOOPMANS, R.; NEIDHARDT, F. (Org.) *Acts of Dissent: New Developments in the Study of Protest*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, E.; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, R. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 39-67.
- SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANNA, M. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia Política*, v. 10, n. 11, p. 19-35, 1998.
- SANTOS, C. N. F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, C. N. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro: padres, profissionais liberais, técnicos do governo e moradores em geral servindo-se de uma mesma causa. *Religião e Sociedade*, v. 2, p. 1-53, 1977.
- SANTOS, W. G. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios de história intelectual*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- SAUER, S.; MÉSZÁROS, G. The political economy of land struggle in Brazil under Worker’s Party governments. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, p. 397-414, 2017.
- SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. *Uma revolução no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53.
- SCHERER-WARREN; I.; LÜCHMANN, L. H. Um panorama dos estudos sobre movimentos sociais e a participação no Brasil. In: SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. (Org.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*, Florianópolis, EDUFSC, 2015, p. 15-42.
- SCHWARCZ, L.; BOTELHO, A. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. *Lua Nova*, n. 82, p. 11-16, 2011.

- SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, n. 58, p. 73-92, 2000.
- SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: nota sobre um ciclo de greves camponesas. *DADOS*, v. 29, p. 319-334, 1986.
- SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*, v. 17, n.1, p. 255-280, 2005.
- SIGAUD, L.; ROSA, M.; MACEDO, M. E. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *DADOS*, v. 51, n. 1, p. 107-142, 2008.
- SIGAUD, L. et al. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: L'ESTOILE, B. de; SIGAUD, L. (Org.). *Ocupações de terra e transformações sociais*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 29-63.
- SILVA, C.; SILVA, M. “Se a passagem não baixar, a cidade vai parar”: transformações nas manifestações públicas de demandas relacionadas ao transporte coletivo na cidade de Porto Alegre, 1970-2013. In: MARX, V. (Org.). *Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições ao Habitat III*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 156-177.
- SILVA, L. A.; RIBEIRO, A. C. *Paradigma e movimentos sociais: por onde andam nossas ideias?* São Paulo: Ciência Sociais Hoje, 1985.
- SILVA, M.; ARAUJO, G.; PEREIRA, M. Análise de eventos de protesto no estudo dos repertórios associativos. In: ROBERTT, P. (Org.), *Metodologia em ciências sociais hoje: práticas, abordagens e experiências de investigação*. v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 311-330.
- SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 1, n. 46, p. 2-9, 2010.
- SMITH, J. et al. From Protest to Agenda Building: Description Bias in Media Coverage of Protest Events in Washington, D.C. *Social Forces*, v. 79, n. 4, p. 1397-1423, 2001.
- SNOW, D. et. al. Frame Alignment Processes, Micromobilization, and Movement Participation. *American Sociological Review*, v. 51, p. 464-481, 1986.
- SNOW, D.; ZURCHER Jr., L.; EKLAND-OLSON, S. Social Network and Social Movements: A Microstructural Approach to Differential Recruitment. *American Sociological Review*, v. 45, n. 5, p. 787-801, 1980.
- SNYDER, D.; KELLY, W. Conflict Intensity, Media Sensitivity and the Validity of Newspaper Data. *American Sociological Review*, n. 42, p. 105-123, 1977.
- SOARES, L. Ciclos de protesto e repertório de ação do movimento indígena brasileiro entre 2009 e 2016: o caso da PEC 215. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 24, p. 191-222, 2017.

SZWAKO, J. O “mau desempenho” de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, v. 20, n. 1, p. 132-155, 2014.

TATAGIBA, L. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). *Sinais Sociais*, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.

TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (1997-2015). In: CRUZ, S. (Org.), *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-121.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. In: PIRES R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (Org.) *Burocracia e Políticas Públicas no Brasil*, Brasília: IPEA, 2018, p. 105-138.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.

TEIXEIRA, A. C. *Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010)*. 2017. 160 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TÓFOLI, A. L. *As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial*. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

TOLEDO, C. N. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TOURAINÉ, A. *La voix et le regard*. Paris: Les Éditions du Seuil, 1978.

VALMORE, F.; DE SOUZA, N. R. Movimentos sociais, instituições participativas e sociedade civil em sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1), 2005-2014. *BIB*, v. 82, p. 105-126, 2016.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VINHA, J.; GIRARDI, E. Conjuntura da luta pela terra no Brasil: balanço e perspectivas. *Boletim DATALUTA*, n. 75, p. 2-7, 2014.

WALSH, E.; WARLAND, R. Social Movement Involvement in the Wake of a Nuclear Accident: Activists and Free Riders in the TMI Area. *American Sociological Review*, v. 48, n. 6, p. 764-780, 1983.

WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964 (primeira parte). *Revista de Cultura Contemporânea*, v. 1, p. 7-13, 1978.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOUTERS, R. From the Street to the Screen: Characteristics of Protest Events as Determinants of Television News Coverage. *Mobilization*, v. 18, n. 1, p. 83-105, 2013.